



O SOCIALISMO

NAS RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS
DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Muito oportuna – e mais que necessária – a iniciativa da Fundação Perseu Abramo de editar esta publicação para recuperar o conjunto de reflexões sobre o socialismo feitas pelo Partido dos Trabalhadores desde o seu nascimento. Fundado sob a égide das ideias socialistas, e já crítico ao modelo do socialismo real e da declinante social-democracia europeia, o PT reafirmou agora, no 6º Congresso “Marisa Leticia Lula da Silva”, nosso compromisso histórico com a construção de uma sociedade pós-capitalista. “Temos a convicção de que a sociedade capitalista, baseada na exploração e na opressão, está longe de ser o fim da história e de que ela pode e deve ser superada, para que a humanidade alcance novos patamares de dignidade e padrões de convívio social, justos e livres”, afirma o texto aprovado.

Dez anos após o 3º Congresso, quando avançamos em definições a respeito do chamado “socialismo petista”, o debate congressual atualizou nosso patrimônio de ideias. Ao considerar que a construção do socialismo é o maior desafio da nossa época, a resolução aprovada aprofunda com mais precisão caminhos, meios, uma transição, enfim, a estratégia petista para superar o capitalismo. O que exige, para além da disputa eleitoral, das lutas institucionais e sociais, da chegada ao governo da República, um intenso processo de disputa de hegemonia na sociedade.

Num momento em que cresce a popularidade do PT e do Lula, ainda em meio à sórdida campanha da mídia e do grande capital para nos destruir, é vital clarear posições, apontar para o futuro, oferecer ao debate dos movimentos sociais, da esquerda e dos setores democráticos pontos programáticos para mudar o Brasil .

Na mesma linha, foi relevante reavivar as ideias socialistas e nosso compromisso com uma nova sociedade, pois contribui para reacender a esperança e estimular a mobilização do povo, desmotivado pela crise e pelo descrédito na política inculcado pela mídia.

A definição estratégica adotada no 6º Congresso permite construir alternativas capazes de, a um só tempo, configurar uma oposição sólida ao poder do capital e combater o fatalismo dos que propagam a morte do socialismo em

virtude da queda do Muro de Berlim, em 1989, e do fim da União Soviética, em 1991. A resolução deixa claro que não basta tomar o poder para mudar a sociedade, mas que não se muda a sociedade sem tomar o poder e romper com o capitalismo. Definição importante quando, no País e no mundo, pululam concepções (anarquistas, autonomistas, antipartidos) de que ações em pequena escala e ativismo local, por si só, possam criar alternativa viável de transformação em grande escala.

A partir da autocrítica e do reconhecimento de erros na condução de nossas práticas, dentro e fora do governo, o Congresso também propôs mudanças organizacionais compatíveis com nossas ações na conjuntura e para o êxito da estratégia traçada. É um desafio para todos (as) nós descobrir novas formas de fazer política. De travar a luta anticapitalista nas condições atuais, em que as grandes massas, fragmentadas pela crise, só visualizam os caminhos do isolamento, da apatia e do consumismo desenfreado.

Se é verdade, como diz o Papa Francisco, que impera hoje uma “globalização da indiferença”, é certo também que este regime odioso, que explora, oprime, promove o desemprego e destrói a natureza, este capitalismo em crise também engendra contradições. E, como lembrava Bertold Brecht, “a esperança está latente nelas”.

Valhamo-nos delas para fecundar o solo para um novo mundo.

Rui Falcão

Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores
entre 2011 e 2017, também exerceu quatro mandatos
como deputado estadual e um como deputado federal

CADERNOS

Perseu

MEMÓRIA & HISTÓRIA
Nº 3 – SETEMBRO DE 2018



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

CADERNOS

Perseu

MEMÓRIA & HISTÓRIA
CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Marcio Pochmann (Presidente licenciado)
Artur Henrique da Silva Santos (Diretor)
Isabel dos Anjos Leandro (Diretora)
Joaquim Calheiros Soriano (Diretor)
Rosana Ramos (Diretora)

COMITÊ DE HISTÓRIA DO CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Adriano Luís Duarte (Universidade Federal de Santa Catarina)
Alexandre Fortes (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)
Heloísa Maria Murgel Starling (Universidade Federal de Minas Gerais)
Jean Tible (Universidade de São Paulo)
John D. French (Duke University)
Lincoln Secco (Universidade de São Paulo)
Luigi Biondi (Universidade Federal de São Paulo)
Maria Victória Benevides (Universidade de São Paulo)
Patrícia Valim (Universidade Federal da Bahia)
Paulo Fontes (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Pere Petit (Universidade Federal do Pará)
Sérgio Armando Diniz Guerra (Universidade Estadual da Bahia)

EQUIPE DO CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Elisa Maria Lopes Chaves
Jaime Cabral
Luana Soncini
Sarkis Alves
Vanessa Xavier Nadotti

O SOCIALISMO
NAS RESOLUÇÕES
DE ENCONTROS
E CONGRESSOS DO
PARTIDO DOS
TRABALHADORES

O socialismo nas Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores

Copyright© 2018 dos autores

CADERNOS PERSEU
Série Memória & História

EQUIPE

Coordenadora da coleção: Isabel dos Anjos
Editores: Luana Soncini e Vanessa Xavier Nadotti

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação Editorial: Rogério Chaves
Assistente Editorial: Raquel Maria da Costa
Projeto Gráfico e Diagramação: Caco Bisol
Edição e preparação de texto: Linda Goulart

Imagem da capa: Cartaz do Comitê Estadual da Campanha Lula - 1989/SP. Acervo CSBH/FPA
Imagem Contra-capa: Jornal *Boletim Nacional*, nº 51, julho de 1990. Acervo CSBH/FPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

5678 Centro Sérgio Buarque de Holanda

O socialismo nas resoluções de encontros e congressos do Partido dos
Trabalhadores. – São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2018.
192 p. ; 23 cm – (Cadernos Perseu. Memória & História ; 3)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-5708-098-0

1. Socialismo - Congressos. 2. Partido dos Trabalhadores (Brasil).
3. Política - Brasil. 4. Economia. I. Série.

CDU 330.342.151
CDD 320.531

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

1ª edição: setembro de 2018

Todos os direitos reservados à Fundação Perseu Abramo.

Centro Sérgio Buarque de Holanda

Rua Francisco Cruz, 234
04117-091 – São Paulo – Brasil
Tel.: (55 11) 5571-4299
revistaperseu@fpabramo.org.br

Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234
04117-091 – São Paulo – Brasil
Tel.: (55 11) 5571-4299
editorial@fpabramo.org.br

*Todos os esforços foram feitos para determinar a origem das fotos usadas neste Cadernos Perseu.
Nem sempre isso foi possível. Teremos prazer em creditar as fontes caso se manifestem.*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
A ATUALIDADE DE MARX Gleisi Hoffmann	11
FIM DA IDEOLOGIA? ALGUMAS RAZÕES PARA SER SOCIALISTA Marilena Chaui	17
ENTREVISTA COM JOSÉ GENOINO José Genoino	37
O PT DEBATE O SOCIALISMO	
1º ENCONTRO NACIONAL DO PT – 1981 Rumo ao socialismo democrático	67
2º ENCONTRO NACIONAL DO PT – 1982 Só o socialismo resolverá de vez nosso problema	70
3º ENCONTRO NACIONAL DO PT – 1984 Teses Políticas	72
ENCONTRO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO – 1985 Plano de Ação Política e plataforma de lutas	74
4º ENCONTRO NACIONAL DO PT – 1986 Perspectivas de transformações na direção do socialismo	77
5º ENCONTRO NACIONAL DO PT – 1987 Objetivo estratégico do PT: socialismo A alternativa democrática e popular e o socialismo	84
6º ENCONTRO NACIONAL DO PT – 1989 A proposta socialista do PT Socialismo e democracia	93
7º ENCONTRO NACIONAL DO PT – 1990 O socialismo petista	99
1º CONGRESSO NACIONAL DO PT – 1991 Socialismo	108

8° ENCONTRO NACIONAL DO PT – 1993 A vitória em 1994 consolidará o PT – e sua experiência de governo – como uma referência ao movimento socialista internacional	149
11° ENCONTRO NACIONAL DO PT – 1997 O Socialismo	151
12° ENCONTRO NACIONAL DO PT – 2001 FHC: Crise, corrupção e desgoverno As bases populares de uma alternativa de esquerda democrática e popular	153
13° ENCONTRO NACIONAL DO PT – 2006 A conjuntura internacional Diretrizes para elaboração do programa de governo do PT	155
3° CONGRESSO NACIONAL DO PT – 2007 O Socialismo petista Uma postura Internacionalista, antiimperialista e socialista	158
4° CONGRESSO NACIONAL DO PT – 2011 Resolução Política	174
5° CONGRESSO NACIONAL DO PT – 2015	176
6° CONGRESSO NACIONAL DO PT – 2016 Resolução sobre situação internacional Resolução sobre balanço de uma experiência histórica Resolução sobre estratégia e programa Resolução sobre estrutura e funcionamento partidário	179

APRESENTAÇÃO

A Fundação Perseu Abramo, por meio do Centro Sérgio Buarque de Holanda (CSBH), tem o prazer de publicar mais um volume da *Coleção Cadernos Perseu*. Neste terceiro título, dando continuidade ao propósito de disponibilizar documentos históricos relevantes para os debates da esquerda no presente, trazemos aos leitores a coletânea intitulada *O Socialismo nas resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores*. Nela, o CSBH reuniu os trechos dos debates sobre socialismo registrados nas resoluções do PT ao longo de toda a sua trajetória, desde o 1º Encontro, em 1981, até o 6º Congresso, em 2016.

Com o intuito de somar à formulações do partido sobre a temática, agradecemos às contribuições à esta obra de Rui Falcão, com longa trajetória no PT, incluindo mandatos e presidência nacional do partido, Gleisi Hoffmann, presidenta do PT e senadora, Marilena Chaui, filósofa e professora aposentada da Universidade de São Paulo, e José Genoíno, militante, ex-deputado federal e também ex-presidente do PT. Todos possuem uma importante trajetória de participação nas formulações e ação petistas, e em muito contribuem para a compreensão do debate acerca do socialismo, visto sob diferentes perspectivas.

Gleisi Hoffmann, em *A atualidade de Marx*, reafirma a importância do pensamento marxista para a compreensão do funcionamento do capitalismo

e suas dinâmicas. A teoria formulada por Marx sobre a distribuição da riqueza, a acumulação do capital e a desigualdade social se constitui, segundo as considerações de Gleisi, como uma das análises mais consistentes ainda nos dias atuais. Permite compreender as crises econômicas como parte do processo de acúmulo de capital, e também questionar a naturalização das desigualdades, operada por meio de ideias como a de meritocracia, por exemplo, entre outros aspectos.

Contribuindo substancialmente para a obra, apresentamos também análise de Marilena Chaui, no texto *O fim da ideologia*, sobre a denominada “crise das esquerdas” e a conseqüente perda do “horizonte socialista” nos debates atuais. De acordo com a autora, a gênese desta discussão remete ao fim da União Soviética, da Guerra Fria e à queda do muro de Berlim. Chaui, propõe, no entanto, recuperar a noção de *ideologia*, a qual identifica como ferramenta necessária para a compreensão e enfrentamento do neoliberalismo nos dias atuais.

Colaborando com a análise proposta por Marilena, Genoino reconhece que o debate do socialismo no PT foi central principalmente em dois momentos: na fundação do partido, por causa das tendências de esquerda que compuseram o PT, e, num segundo momento, com o fim do socialismo na União Soviética e no Leste Europeu, quando, no seu 1º Congresso, O PT elaborou o que seria o socialismo petista. Na entrevista concedida para esta obra, Genoino apresenta, ainda, inquietações sobre a atuação do PT no governo, e suas reflexões sobre o desenvolvimento do capitalismo e o Golpe de Estado em curso no Brasil atualmente.

Após estas contribuições, disponibilizamos a seleção de documentos *O PT debate o socialismo*. Já em 1981, no 1º Encontro Nacional do PT, aparece a questão: “qual a ideologia do PT?”. Buscava-se uma formulação de socialismo capaz de ser expressão coletiva e não apenas uma concepção teórica disposta em uma cartilha a ser seguida. No debate, os trabalhadores entendiam-se como “os maiores explorados da sociedade atual. Por isso sentimos na própria carne e queremos, com todas as forças, uma sociedade que, como diz o nosso programa, terá que ser uma sociedade sem exploradores. Que sociedade é esta senão uma sociedade socialista?”. O *Socialismo democrático* era a resposta presente nas resoluções, entendido como um socialismo que seria definido “nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT”.

Neste período de fundação do partido, o PT menciona o socialismo em suas resoluções, mas não imprime os debates de maior fôlego, registrando na documentação, de maneira mais abstrata, posicionamento anticapitalista. É na segunda metade da década que irá aprofundar a discussão, especialmente a partir do 4º e 5º Encontros, em 1986 e 1987, respectivamente, quando

aprova a alternativa democrática e popular como princípio norteador de sua atuação política. Pode-se dizer que, desde o princípio, o socialismo e a democracia são indissociáveis para o PT. No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, o PT, ao analisar e buscar suas respostas à crise da URSS, vai elaborar e desenvolver as propostas socialistas próprias do PT, formulando a ideia do *socialismo petista*, mencionado pela primeira vez no 7º Encontro, em 1990.

No ano seguinte, em 1991, no 1º Congresso Nacional do PT, as formulações sobre a temática reiteram posições do 7º encontro, afirmando que o socialismo petista definiu-se desde a fundação do partido “como um processo de construção teórica e política”, fruto do contato com organizações políticas que buscavam uma alternativa pós-capitalista, e também do contato com as experiências oriundas das lutas populares. E reitera: “Estamos convencidos de que a tarefa que se coloca, hoje, para a classe trabalhadora e todas as forças progressistas, é a de impulsionar um renovado projeto de socialismo democrático.” Na década seguinte, é relevante o debate trazido pelo 3º Congresso Nacional do PT, em 2007, notadamente pelo esforço de definição em novo contexto, qualificando então o “socialismo petista democrático e sustentável”.

Finalizando a seleção dos documentos, no 6º Congresso Nacional, ocorrido em 2016, o PT reafirma a relação entre socialismo petista e democracia. Declara que “o Partido dos Trabalhadores buscará, com maior audácia e rigor teórico, com vigor e compromisso, intensificar o debate sobre os fundamentos de nossa concepção de socialismo democrático em diálogo com as forças populares, intelectuais, artistas, partidos de esquerda, alimentando-nos para isso também da interlocução com a esquerda em diferentes partes do mundo”.

Diante dos desafios políticos enfrentados pela esquerda atualmente, com esta publicação o CSBH mantém a expectativa, firmada no primeiro volume desta coleção, de colaborar para que a história das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras seja difundida e contribua para a transformação da realidade.

Boa leitura!

Centro Sérgio Buarque de Holanda

A ATUALIDADE DE MARX

GLEISI HOFFMANN

O economista e senador Lauro Campos, grande especialista na obra de Marx, a qual conhecia em profundidade, costumava contar, em tom jocoso, sobre o caráter sempre recorrente do uso do pensamento marxista.

Dizia ele que, nos tempos de bonança e tranquilidade, ao visitar universidades britânicas ou norte-americanas, via pouca gente lendo ou debatendo Marx. Porém, observava, sempre que havia uma crise notava que “todo o mundo começava a andar com *O Capital* debaixo do braço”.

Essa anedota simples, porém verdadeira, demonstra a força incontestável do pensamento marxista. O pensamento econômico conservador e ortodoxo simplesmente não consegue oferecer uma explicação sólida e consistente para as crises recorrentes, com frequência graves, que o capitalismo sofre.

O pressuposto do pensamento conservador clássico ou neoliberal é que o sistema, o mercado, tendem naturalmente ao equilíbrio e à harmonia. Os desequilíbrios e os conflitos surgem de intervenções indevidas do Estado na economia, da ação de sindicatos de trabalhadores e de outros fatores externos ao seu livre funcionamento. A “mão invisível” é, necessariamente, a única forma de corrigir desequilíbrios e conflitos eventuais.

Desequilíbrios e conflitos esses que não fazem parte da dinâmica intrínseca do sistema capitalista.

Nesse arraigado de crenças, reproduzido sistematicamente pelos aparelhos culturais do sistema, escolas, universidades, mídia etc., até mesmo as desigualdades não são vistas como problemas, mas sim como incentivos naturais ao bom funcionamento da economia, a qual tende a distribuir benesses e progressos pelo “gotejamento” das riquezas para o resto da sociedade. A desigualdade, nessa visão distorcida, é um simples resultado da meritocracia, que recompensa os indivíduos mais esforçados, inteligentes e de maior iniciativa.

Mas, mesmo as versões heterodoxas da interpretação do capitalismo, como a keynesiana, por exemplo, também não oferecem uma explicação aprofundada e bem embasada dos desequilíbrios intrínsecos da acumulação capitalista, embora, nesse caso específico, ofereça, sim, políticas bem mais eficientes e realistas para as superações das crises, as chamadas políticas anticíclicas, que colocam o papel do Estado como fundamental para corrigir os desequilíbrios gerados na crise.

Assim, somente a teoria marxista, em suas variantes, fornece uma explicação realmente consistente dos conflitos e das crises capitalistas. Para Marx, a acumulação capitalista tende “inexoravelmente ao desequilíbrio, gera suas próprias contradições intrínsecas.

A acumulação capitalista, pelo aumento do capital constante (máquinas, instalações, insumos etc.) em relação ao capital variável (a força de trabalho), que Marx denominava de mudança da composição orgânica do capital, tende à diminuição das taxas de lucros. Tal diminuição provoca uma corrida pelo aumento da produtividade e pela superexploração do trabalho. Mais mercadorias precisam ser produzidas com o mesmo trabalho. Mas isso, por sua vez, aumenta a composição orgânica do capital, levando a novo decréscimo das taxas de lucro. Trata-se, assim, de um trabalho de Sísifo, que nunca atinge seu objetivo. O capitalista está fadado a sempre aumentar sua produtividade e a explorar cada vez mais a força de trabalho para conter esse desequilíbrio intrínseco.

Como assinala Marx no livro I de *O Capital*:

Os períodos em que a acumulação atua como mera expansão da produção sobre uma base técnica dada tornam-se cada vez mais curtos. Requer-se uma acumulação acelerada do capital global em progressão crescente para absorver um número adicional de trabalhadores de certa grandeza, ou mesmo por causa da constante metamorfose do capital antigo, para ocupar os já em funcionamento. Por sua vez, essa acumulação crescente e a centralização se convertem numa

fonte de nova mudança da composição do capital ou reiterado decréscimo acelerado de sua componente variável comparada com a constante.¹

Além dessa tendência de decréscimo das taxas de lucro há também o desequilíbrio da superprodução. A corrida pela produtividade, que diminui o número de trabalhadores necessários para fabricar a mesma quantidade de mercadorias, e a exploração relativa da mão-de-obra crescem tanto que as mercadorias produzidas não conseguem ser consumidas, em sua totalidade, pelos assalariados. A resposta usual a esse desequilíbrio é a conquista de novos mercados, com a crescente globalização da produção e do consumo. E também a busca por uma força de trabalho mais barata, que permita reduzir os custos de produção das mercadorias e torná-las mais acessíveis aos consumidores. O deslocamento da produção industrial dos EUA e da Europa para a Ásia, especialmente para China, obedece a essa necessidade.

No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels descrevem tal processo da seguinte forma:

As relações burguesas de produção e de troca, o regime burguês de propriedade, a sociedade burguesa moderna, que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelham-se ao feiticeiro que já não pode controlar as potências infernais que pôs em movimento com suas palavras mágicas. Há dezenas de anos, a história da indústria e do comércio não é senão a história da revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção e de propriedade que condicionam a existência da burguesia e seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais que, repetindo-se periodicamente, ameaçam cada vez mais a existência da sociedade burguesa. Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos já fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já desenvolvidas. Uma epidemia, que em qualquer outra época teria parecido um paradoxo, desaba sobre a sociedade – a epidemia da superprodução. Subitamente, a sociedade vê-se reconduzida a um estado de barbárie momentânea; dir-se-ia que a fome ou uma guerra de extermínio cortaram-lhe todos os meios de subsistência; a indústria e o comércio parecem aniquilados. E por quê? Porque a sociedade possui demasiada civilização, demasiados meios de subsistência, demasiada indústria, demasiado comércio. As forças produtivas de que dispõe não mais favorecem

1. *O Capital*, livro I, de Karl Marx, lançado originalmente em 1867 na Alemanha, trata sobre o processo de produção do capital. Único volume lançado em vida, as demais obras que integram o conjunto de livros d'*O Capital* foram lançados após a morte do autor em 1883. *O processo de circulação do capital* – livro II em 1885, e *O processo global da produção capitalista* – livro III em 1894. (N.E.)

o desenvolvimento das relações de propriedade burguesa; pelo contrário, tornaram-se por demais poderosas para essas condições, que passam a entravá-las; e todas as vezes que as forças produtivas sociais se libertam desses entraves, precipitam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da propriedade burguesa. O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. De que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro lado, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que isso leva? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios de evitá-las².

Desse modo, as crises capitalistas não são apenas inevitáveis, mas também necessárias para depurar a acumulação capitalista. Ressalte-se que essa destruição violenta das forças produtivas que não mais geram lucro pode também ser obtida pelas guerras, que eliminam uma quantidade enorme de patrimônio, que terá de ser reconstruído.

No campo social, a consequência também inevitável dessas tendências da acumulação capitalista é o aumento das desigualdades e do acúmulo crescente das riquezas e do patrimônio.

É claro que Marx sempre falava de grandes tendências de longo prazo. Houve períodos em que a acumulação capitalista distribuiu renda. Foi o caso, por exemplo, da Europa após a Segunda Guerra Mundial. A destruição causada pelo conflito bélico, adicionada às políticas distributivas da socialdemocracia, em parte suscitadas como resposta ao avanço do socialismo real, originou um novo ciclo de crescimento, no qual o aumento da renda dos trabalhadores foi crucial. Outro exemplo que pode ser dado foi o Brasil dos governos Lula e Dilma.

Entretanto, na Europa, já a partir de meados da década de 1970, com a crescente queda das taxas de lucros, esse modelo social democrata foi substituído pela barbárie neoliberal, que soltou as amarras de um capitalismo crescentemente desregulado, globalizado, financeirizado e concentrador.

O resultado desse novo ciclo, como bem apontam Thomas Piketty e outros, foi o aumento brutal da desigualdade. Hoje, o capitalismo tem os mesmos níveis de desigualdade de renda e patrimônio que predominavam no início do século XX. Uma regressão substancial, que ameaça até as pró-

2. *O Manifesto do Partido Comunista*, de Karl Marx e Friedrich Engels, lançado originalmente de forma panfletária em fevereiro de 1848, em Londres. (N.E.)

prias democracias. Outro resultado foi a crise atual, a pior desde 1929. Uma crise extensa, mundial, profunda e de longa duração, que não dá mostras de ceder.

A atualidade do pensamento de Marx, portanto, não diz apenas respeito sua capacidade única de explicar os desequilíbrios e a crises inerentes à acumulação capitalista. Na realidade, a atualidade do pensamento de Marx se revela justamente no fato de que hoje o capitalismo se parece cada vez mais como Marx o descreveu no século XIX.

Como bem assinala Slavoj Žižek, é agora que Marx atingiu uma plena atualidade:

Afirmemos não apenas que ainda hoje a crítica da economia política de Marx, seu raio x das dinâmicas do capital, permanece totalmente atual, mas mais do que isso, afirmemos que é apenas hoje, com o capitalismo global, que Marx atingiu sua plena atualidade. Ou, para falar em “hegelianês”, apenas hoje a realidade atingiu seu conceito.³

De fato, não apenas a explicação marxista da acumulação capitalista é cada vez mais atual, como o capitalismo globalizado e financeirizado, que destrói todas as outras formas de produção, é a grande profecia de Marx que se cumpriu integralmente.

Assim, nunca Marx foi tão atual como hoje, tanto em termos intelectuais como políticos.

É simplesmente impossível entender o que acontece no mundo atual sem o auxílio de Marx. Muitos tentam desacreditá-lo apelando para os golpes baixos de erros e excessos de socialismo real, sem colocá-los em perspectiva histórica. Ora, isso é a mesma coisa que dizer que Cristo foi responsável pela Inquisição Espanhola ou que Adam Smith é o responsável pelas misérias e as inúmeras mortes causadas pelo capitalismo.

Tudo isso não quer dizer, contudo, que estejamos necessariamente próximos de uma superação do capitalismo, como sonhava Marx. Afinal, o capitalismo deu mostras, uma e outra vez, de ter capacidade, encerradas as crises destrutivas e depuradoras, de retomar novos ciclos de crescimento.

A principal crítica de Marx ao capitalismo tange à sua incompatibilidade com a humanidade e seu desenvolvimento. Como bem argumentou Yanis Varoufakis em seu belo artigo sobre os 200 anos do *Manifesto Comunista*:

O Manifesto argumenta que o problema com o capitalismo não é que ele produz muita tecnologia, ou que é injusto. O problema do capitalismo é que ele é

3. ŽIŽEK, Slavoj. *A atualidade de Marx*. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/05/04/zizek-a-atualidade-de-marx/>

irracional. O sucesso do Capital em espalhar seu alcance via a acumulação pela acumulação está fazendo com que trabalhadores humanos trabalhem como máquinas por uma ninharia, enquanto os robôs são programados para produzir coisas que os trabalhadores não podem mais pagar e os robôs não precisam. O Capital falha em fazer uso racional das máquinas brilhantes que ele engendra, condenando gerações inteiras à privação, a um ambiente decrepito, ao subemprego, ao lazer zero e à busca incessante do emprego e da sobrevivência em geral. Até mesmo os capitalistas são transformados em autômatos angustiados. Vivem em permanente temor de que, a menos que mercantilizem seus companheiros humanos, deixarão de ser capitalistas - unindo-se às fileiras desoladas do proletariado precário em expansão.⁴

A grande força do pensamento marxista, que foi aprimorada e reforçada pela Teoria Crítica da Sociedade, desenvolvida pela mal denominada Escola de Frankfurt (Theodor Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse, principalmente), reside justamente nessa condenação da irracionalidade do capital, que significa, na realidade, sua desumanidade intrínseca. A escravização de todos nós (e do meio ambiente) às suas engrenagens cruéis e incessantes.

Assim, Marx sempre será atual e necessário, enquanto o capitalismo perdurar.

Voltando à anedota contada por Lauro Campos, precisamos não apenas andar com *O Capital* debaixo do braço, mas, fundamentalmente, percorrer nossos caminhos na sociedade com a crítica de Marx em nossas cabeças e nossos corações.

4. Tradução da introdução escrita por Yanis Varoufakis ao *Manifesto Comunista* publicada no *The Guardian* < <https://www.theguardian.com/news/2018/apr/20/yanis-varoufakis-marx-crisis-communist-manifesto>>. Tradução de Antonio Martins disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/578705-por-que-marx-no-seculo-21>> (N.E.)

FIM DA IDEOLOGIA?

ALGUMAS RAZÕES PARA SER SOCIALISTA

MARILENA CHAUI

I.

Na antiga tradição da Igreja de Roma, afirmava-se que os cristãos se salvam por suas obras, realizadas de acordo com as virtudes cristãs. Como se sabe, desde o século XVI, o Calvinismo recusou a ideia de salvação pelas obras ao defender a doutrina teológica da predestinação, isto é, que nossa salvação ou danação estão determinadas por Deus desde toda a eternidade e nada que façamos pode alterar o decreto divino. Entretanto, o fundo desesperador dessa teologia foi matizado pela relação entre a ética calvinista e o capitalismo¹, isto é, pela afirmação do trabalho como virtude, cuja recompensa salvadora após a morte é manifestada por alguns sinais enviados por Deus, o principal deles sendo a prosperidade e a riqueza de quem trabalha. Disso resultou a definição da preguiça como vício e a explicação do porquê há ricos (trabalhadores virtuosos) e pobres (preguiçosos viciosos).

Há de parecer surpreendente que, na aurora do século XXI, essas ideias do século XVI ressurgissem com força persuasiva quase indestrutível. Seu reaparecimento se dá com a ideologia da *meritocracia* que, em algumas seitas

1. A esse respeito, veja-se a obra-prima de Max Weber *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.

evangélicas, é fundamentada numa teologia, a *teologia da prosperidade*. Estamos aqui no coração da ideologia contemporânea².

Ora, partindo do fim da Guerra Fria e da União Soviética, está na moda afirmar o fim da ideologia. Por isso, vale a pena examinarmos o conceito de ideologia.

Desde sempre, a direita levou a sociedade a confundir ideologia com ideário e, particularmente, a tomá-la como ideário dos partidos de esquerda. Como dizia Espinosa, no *Tratado Político*, a ignorância é petulante; se tosca, é agressiva; se refinada, é estúpida e ambiciosa. Eis por que não é demais recordarmos, de maneira muito breve, a radical inovação prático-teórica trazida por Marx quando elaborou o conceito de ideologia, pois basta ler *A ideologia alemã* para compreendermos que a ideologia não acabou e que não é um ideário ou mero conjunto de teses e crenças que formam uma doutrina que defendemos (quando somos de esquerda) ou atacamos (quando se é de direita).

Quando acompanhamos o texto da *Ideologia Alemã*, percebemos o instante no qual Marx formula o conceito geral de ideologia. De fato, esse conceito aparece para explicitar um fenômeno histórico muito peculiar, qual seja, a distância entre a ordem prática e a ordem das representações – ideias e discursos – próprias do modo de produção capitalista e da formação social moderna. Com efeito, nas formações sociais anteriores não há, em sentido rigoroso, ideologia, mas mitologia e teologia, isto é, nelas a origem da sociedade e do poder político recebem a legitimidade de um saber e de um poder transcendentais, anteriores e exteriores à sociedade, garantindo-lhes identidade, permanência e intemporalidade. Ao contrário, a ideologia nasce naquela formação sócio-histórica em que a origem da sociedade e da política aparece como imanente ao próprio social. Em outras palavras, a ideologia surge quando a exposição da origem da sociedade e do poder é percebida como interior à formação social na qualidade de um princípio que lhe dá nascimento, forma e conservação. Em suma, a formação histórica na qual a ideologia se torna possível e necessária é aquela que apresenta os seguintes traços gerais:

1. ruptura com a ideia de comunidade una, indivisa, corporificada na figura do dirigente e passagem à ideia de sociedade (nascida da cisão entre capital e trabalho) como originariamente dividida em classes sociais contraditórias e em grupos ou frações de classes, desprovida de centro e de identidade, na qual se efetuam a separação entre a esfera privada da sociedade civil (o mercado) e o Estado, e, no interior da sociedade civil, sob os efeitos da divisão social do trabalho, se efetua a separação das diferentes esferas de atividades (econômica, jurídica, política, pedagógica, científica, artística etc.);

2. Basta lembrar a maneira como, no Brasil, a direita critica os programas sociais dos governos petistas, particularmente o Bolsa Família, considerado alimento para a preguiça dos pobres.

2. ruptura com a ideia e a prática teológico-política do poder encarnado na pessoa do governante escolhido por uma graça divina e cuja vontade pessoal é lei e passagem à dominação impessoal por meio do Estado como formulador, representante e guardião das leis, em defesa dos interesses da classe dominante, fazendo-os valer como interesses gerais contra os particularismos das frações da classe dominante e usando-os para manter a submissão dos dominados;

3. distinção entre a esfera privada dos interesses econômicos e a esfera pública das instituições político-jurídicas como campo da vontade geral e dos direitos formais;

4. passagem da ideia medieval e romântica da constituição como expressão do caráter, do temperamento e do espírito de um povo para a ideia da constituição como lei maior que regula o espaço público;

5. passagem da ideia de monarquia constitucional e de república representativa, isto é, oligárquica e censitária, à ideia de democracia representativa ou formal, baseada no sufrágio universal;

6. surgimento da ideia de opinião pública como reflexão que um indivíduo ou um grupo de indivíduos realiza em público a propósito de seus interesses e direitos.

Essa nova formação social, interna e originariamente dividida em classes, descentrada e desprovida de identidade, fabricará sua identidade, a imagem de sua unidade indivisa e a de seu centro, recorrendo não mais a forças transcendentais externas (Deus, a Natureza), mas a princípios imanentes ao social, isto é, com as ideias de indivíduos livres relacionados por contratos, a de nação (identidade de origem) e a de Estado nacional (soberania territorial e jurídica). Essas idéias serão o suporte da ideologia burguesa. A ideologia não é um corpo de teses e crenças que formam uma doutrina que defendemos ou atacamos, mas ela é a *lógica das ideias dominantes* que, invertendo o *ser* do social pelo *aparecer* do social, oferece identidade, unidade, centro e indivisão a uma sociedade dividida em classes contraditórias, ocultando a origem dessas ideias e dissimulando por meio delas a realidade social. Em outras palavras, a partir do momento em que i) os sujeitos sociais e políticos deixam de contar com o apoio de uma explicação transcendente à sua prática (como a trazida pela religião e a teologia), capaz de legitimar a forma presente da exploração econômica e da dominação política; e, ii) as representações sobre a prática começam a surgir determinadas pela posição e situação das classes sociais na produção econômica, a separação entre a esfera do trabalho e a do pensamento (determinada pela divisão social do trabalho) constituirá o pano de fundo sobre o qual os agentes sociais pensarão sobre si mesmos, sobre as instituições sociais, o poder político, a cultura, enfim sobre a sociedade no seu

todo. Nasce, assim, um discurso social dividido socialmente, manifestando a divisão social das classes. Entretanto, a esse discurso social vem sobrepor-se outro, encarregado de ocultar a divisão e de produzir a imagem una e coesa da sociedade do ponto de vista de uma das classes sociais, a classe dominante: em lugar de um discurso *do* social, nasce, agora, um discurso *sobre* a sociedade e *sobre* a política, isto é, nasce a ideologia.

Em suma, como descreve Marx, o processo se inicia quando a nova classe ascendente – a burguesia – representa um interesse coletivo, a derrubada do Antigo Regime ou da aristocracia, prossegue com a tomada do poder pela nova classe dominante que, agora, representa seus interesses particulares enquanto uma classe determinada como se fossem interesses gerais de toda a sociedade, por meio de ideias universais nas quais o todo da sociedade encontra as explicações sobre a origem, a forma, a necessidade e o desenvolvimento do social. A ideologia produz representações ou um corpo sistemático de imagens nas quais o modo imediato de aparição do social – sua *aparência* – é posto como a própria realidade do social – seu *ser* –, justificando-o e dando-lhe legitimidade, fazendo com que o ponto de vista de uma classe particular determinada ganhe universalidade.

Sem acompanharmos aqui a minuciosa exposição de Marx da gênese da ideologia nem sua divertida e apimentada análise da ideologia alemã, fiquemos com os principais constituintes do conceito de ideologia, tais como podemos apanhá-los não só pelo texto da *Ideologia Alemã*, mas também nos textos dos *Grundrisse*, da *Introdução à Crítica da Economia Política* e de alguns capítulos de *O Capital*:

1. a ideologia é o resultado da divisão social do trabalho, em particular da separação entre trabalho manual e intelectual ou entre trabalho e pensamento, que põe a aparente autonomia do pensamento em face do trabalho, pondo, por seu turno, a aparente autonomia dos pensadores (os intelectuais) que, por sua vez, põem a aparente autonomia dos produtos do trabalho intelectual, isto é, as ideias, como se estas existissem em si e por si mesmas e fossem apenas descobertas pelos pensadores;

2. essas ideias dotadas de autonomia aparente são as ideias da classe dominante de uma formação social determinada (a sociedade posta pelo modo de produção capitalista) e essa autonomia se consolida no momento em que se separam a classe que domina e as ideias que dominam, de tal maneira que a dominação de homens sobre homens se torne invisível, aparecendo como legitimidade das ideias para todos os homens. Em suma, a ideologia é instrumento de dominação de classe cuja origem é a divisão da sociedade em classes contraditórias e em luta, instrumento indispensável porque, se a dominação for diretamente percebida na violência de uma classe sobre as outras, estas se

considerarão no direito de revoltar-se e retirar o poder da classe dominante;

3. por conseguinte, é tarefa fundamental da ideologia ocultar sua própria origem, ocultando as divisões sociais, dissimulando a exploração econômica e a exclusão política, o que é realizado pela universalização das ideias da classe dominante – no caso, a ideia de que existem indivíduos (e não classes) e a de que estes são, por natureza, livres e iguais. Trata-se, portanto, de uma universalidade abstrata, uma vez que concretamente existem classes sociais contraditórias e luta de classes. Essa abstração é construída graças a uma rede de imagens e representações que possuem base material real (a divisão social do trabalho e a forma da propriedade), mas que aparecem invertidas, isto é, os efeitos são postos como causas e estas, como efeitos do social. Eis porque a ideologia é um sistema de ilusões que desliza sobre a superfície do social: é a *aparência social*.

4. porque é resultado de um processo material real (a economia), a ideologia não é um reflexo da realidade na cabeça dos homens, e sim o modo pelo qual representam o aparecer social como se este fosse a realidade social. Em outras palavras, a ideologia não é um ato intelectual especulativo de desvendamento da realidade, mas uma experiência social, uma prática social que parte da experiência social imediata e sobre ela constrói representações e valores. Ela é o que Gramsci iria chamar de senso-comum de uma sociedade;

5. a ideologia é, por conseguinte, um *corpus* lógico, sistemático e coerente de representações, valores, normas e regras de conduta que indicam e prescrevem a todos os membros de uma sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem fazer e como devem fazer, o que devem sentir e como devem sentir. É, assim, um *corpus* explicativo e prático de caráter prescritivo, normativo, regulador cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as divisões sociais, transformando-as em diferenças naturais, individuais, étnicas, culturais, geográficas, ocultando a origem da divisão social, isto é, as divisões engendradas na esfera da produção, e garantindo referenciais abstratos de universalidade que permitam o sentimento de identidade social – a humanidade, a liberdade, a nação, a raça, o bem, o mal, o progresso, a modernidade etc. A ideologia distingue, assim, o *de facto* e o *de jure*: de fato, há divisões sociais; de direito, a sociedade é una, indivisa, homogênea e harmoniosa, de sorte que as divisões são meramente empíricas e suas causas devem ser encontradas em maus sujeitos sociais (facções, rebeldes, bandidos, preguiçosos, raças inferiores, caipiras, migrantes, imigrantes etc.).

Compreende-se, portanto, porque Marx e Engels disseram que a ideologia não tem história. Evidentemente, não disseram que a ideologia é sempre a mesma e sim que as transformações das ideias não decorrem de uma pura

lógica intelectual, de alguma força interna às ideias, mas dependem das transformações das relações sociais e, portanto, das relações na esfera da produção econômica, pois o materialismo histórico é materialismo porque a matéria de que fala são as relações sociais mediadas pelas coisas, isto é, relações determinadas na esfera da produção econômica. A ideologia é sempre contemporânea ao modo de produção e às formas assumidas pela acumulação do capital. É exatamente por isso que podemos falar numa *ideologia neoliberal* definida por três grandes lógicas simultâneas: a lógica da circulação das mercadorias, no lugar da lógica da produção; a lógica da informação e da comunicação, no lugar da lógica do trabalho; a lógica da satisfação-insatisfação dos desejos individuais na sua intimidade, em lugar da lógica da luta de classes.

II.

O que vou propor é bifronte: de um lado, quais os aspectos da elaboração de Marx que, julgo, não podem ser abandonados por nós; de outro lado, quais os aspectos dessa elaboração precisam encontrar novos caminhos e novas formulações.

Em suas análises históricas, Marx afirma que o núcleo de uma sociedade se encontra na forma da propriedade, que define o modo de produção das coisas pelo trabalho e determina a divisão social das classes. O modo de produção capitalista se define pela propriedade *privada* dos meios de produção, determinando a existência de duas classes sociais fundamentais: a dos proprietários privados dos meios de produção, isto é, do capital (a burguesia, classe dominante) e a dos não-proprietários, que vendem sua força de trabalho para a acumulação e reprodução do capital (os trabalhadores, classe dominada). Essa venda se faz mediante um salário e este jamais remunera integralmente o trabalho, mas apenas uma parcela dele, o restante – a mais-valia – é retido pelos proprietários dos meios de produção. A exploração do trabalho ou da mais-valia é o núcleo do modo de produção capitalista e é isto que a ideologia tem como finalidade ocultar sob a figura do contrato de trabalho firmado entre indivíduos ditos livres e iguais. O socialismo, em contrapartida, é definido pela propriedade *social* dos meios de produção, abolindo, portanto, a base material que sustenta o modo de produção capitalista.

Começemos com as razões para que a elaboração de Marx não pode ser abandonada pelos socialistas:

1. Marx assentou sua análise e exposição do modo de produção capitalista numa constatação histórica universal, qual seja, a de que os homens agem em condições materiais determinadas, isto é, em relações sociais mediadas pela produção das coisas, ou pela apropriação e transformação das coisas naturais no processo de trabalho; e que as coisas produzidas se expri-

mem pela mediação de instituições sociais (formas do trabalho, da família, da política, da religião, da ideologia cristalizada nessas instituições). Perder ou abandonar a ideia de base material das relações sociais e das relações sociais como sistemas determinados de mediações institucionais é condenar-se a não compreender a formação neoliberal.

2. Marx descobriu e expôs as formas pelas quais a base material determina a diferença entre sociedades sem e com excedente, analisou o que acontece no momento em que o excedente surge determinando divisões sociais baseadas na exploração econômica e na dominação política, portanto, o surgimento da luta de classes. Isto significa que, se na forma capitalista tal como a conhecíamos até algumas décadas atrás, a luta de classes se constituía no interior da grande indústria e de todas as instituições a ela subordinada não quer dizer que as mudanças na economia (a chamada fase pós-industrial) tenham eliminado ou superado a luta de classes, pois o lugar onde Marx a situou não foi nas relações industriais e sim no momento em que uma sociedade passa a ter excedente e a forma da propriedade determina o surgimento de classes sociais determinadas. Ora, visto que o capitalismo ainda não acabou, também não acabou o excedente e, portanto, não acabou aquilo que é constitutivo das sociedades que produzem excedente, *a luta de classes*. Nossa tarefa é compreender as novas modalidades assumidas por essa luta, por onde ela passa, como ela se oculta e se dissimula, como desvendá-la e fazê-la operar.

3. para Marx, a superfície social e política aparece invertida com relação à base material de produção, distribuição e consumo das mercadorias, isto é, ele apontou e analisou os fenômenos da alienação, da ideologia e do fetichismo. Abandonar a análise de ideologia e, sobretudo desconsiderar o fenômeno do fetichismo da mercadoria³ é condenar-se a não compreender o fenômeno da ideologia pós-moderna e dos mecanismos do capital neoliberal, pois uma das chaves da ideologia neoliberal é a afirmação da racionalidade do mercado e da capacidade de auto-regulação do mercado. Ora, se retomarmos o capital da perspectiva do fetichismo, poderemos contestar objetivamente essa fantasmagórica racionalidade do mercado.

4. Marx insistiu que compreender a realidade social é expô-la em suas práticas e que estas tanto põem e repõem as condições dadas quanto são capazes de transformá-las. Essa insistência estava referida a algo muito preciso que Marx chamava de *ciência da história*, cujo escopo não era apenas com-

3. Como sabemos, o fetichismo da mercadoria consiste na imagem da autonomia das mercadorias, que passam a se relacionar entre si como se tivessem vida própria, como os fetiches. A fórmula lapidar do fetichismo é descrita por Marx como: as relações sociais, em vez de apresentarem como relações entre seres humanos mediadas pelas coisas, apresentam-se como relações entre as coisas mediadas pelas relações entre os humanos.

preender as possibilidades e os vetores da mudança, isto é, da revolução, mas também as formas da repetição, da permanência, da reprodução. Não sendo Marx um evolucionista nem um positivista⁴, sua preocupação com as formas da reposição do capital como repetição que se inova para poder repetir-se é uma baliza preciosa para nós, se quisermos compreender a forma contemporânea da repetição histórica, tanto mais importante quanto mais levarmos em conta que as mudanças tecnológicas e ideológicas propiciam a incessante ilusão do novo, como se as novidades da superfície social espelhassem transformações reais da base material.

5. penso que o que reúne o terceiro e o quarto pontos que assinaei é a exposição feita por Marx, nos *Grundrisse* e em *O Capital*, a respeito do sujeito do modo de produção capitalista. Esse sujeito não é o homem, não é a burguesia nem é o proletariado – *o sujeito é o capital* do qual a burguesia e o proletariado são os *predicados contraditórios*. O capitalismo não pode ser um humanismo nem ser humanista porque seu sujeito não é o homem e sim o capital e, justamente porque é este o sujeito, também não se pode esperar que o capitalismo seja civilizatório, pois só pode ser a barbárie e a fantasmagoria do mercado, isto é, dos interesses privados de uma classe erigidos em interesses universais e das relações entre mercadorias mediadas por pessoas. Não só se refuta aqui a ideia da direita de um “capitalismo com face humana”, mas também o comunismo grosseiro que partia da suposição de que o homem já estava dado e que a tarefa revolucionária era a de transformar todo homem em operário, quando Marx propusera transformar todo operário em homem e vira na revolução comunista o advento da humanidade.

6. para isso, precisamos compreender duas formulações essenciais para, então, entendermos o conceito de dialética, pois Marx é um dialético. Em primeiro lugar, a diferença entre oposição e contradição. Uma oposição é constituída por dois termos positivos que existem independentemente um do outro e cujas diferenças os fazem se opor e entrar em conflito. Numa contradição, porém, os termos só existem pela negação um do outro. Por exemplo, a oposição dirá que existem, como termos positivos independentes, o senhor e o escravo e que pode haver conflito entre eles. A contradição, porém, afirma que só há um senhor se houver um não senhor e que só pode haver um escravo se houver um não escravo, ou seja, o que define cada um dos termos é que ele é a negação do outro e nenhum deles pode existir e ser pensado sem o

4. O evolucionismo e o positivismo consideram o tempo como um movimento linear contínuo rumo ao progresso e ao melhor. Marx é um dialético. Isto significa que pensa o tempo como movimento interno de contradições que podem se repetir se os dominados e explorados não conseguirem perceber e compreender sua situação de classe e lutar contra ela. Em lugar da continuidade linear, Marx propõe a ruptura revolucionária.

seu negativo. Na contradição dialética um dos termos é *o negativo do seu outro*, nenhum deles é positivo em si mesmo, mas só recebe positividade pela negação de seu contraditório ou, em outras palavras, cada um dos termos só existe porque é posto pelo seu contraditório. Ora, o termo negativo não está imobilizado, mas luta para negar sua própria negação (o escravo luta para negar a si mesmo como escravo ou como não-senhor) e essa luta – *a negação da negação* – é o motor da história, pois da luta nasce um sujeito novo, que não é escravo nem senhor. Assim, quando Marx afirma que a contradição, no capitalismo, se põe entre o capital e a força de trabalho, ou, traduzindo, entre burguesia e proletariado, não diz, de maneira alguma, que se trata de dois positivos, cada qual com sua identidade, que, em certas ocasiões entram em conflito e em outras podem negociar e formar coalizões – o burguês não é *diferente* do proletário, é o *não proletário*, é o *outro* do proletário; o proletário não é *diferente* do burguês, é o *não burguês*, é o *outro* do burguês. Entre eles não há oposições e conflitos, pois estes significariam que dois termos positivos e existentes em si e por si mesmos que se enfrentam ou se opõem. A luta de classes não é um conflito e sim uma *contradição interna ao capitalismo* entre duas classes que se definem uma pela negação da outra. Ora, como veremos mais adiante, as alterações na forma contemporânea da acumulação do capital tornaram fluida e precária a percepção da contradição e tendemos, por isso, a considerar que já não há ideologia nem luta de classes. Abandonar a noção de contradição dialética significa que nós nos satisfazemos com oposições e conflitos sociais, coalizões e rearranjos políticos, com as chamadas diferenças, o multiculturalismo, os micro-poderes, dispensando-nos da investigação sobre as novas figuras dos sujeitos históricos postos pelo capital e que o negam internamente. Nisso reside a dificuldade maior da luta política socialista contemporânea.

III.

Fala-se em toda parte na crise das esquerdas, os referenciais da gênese dessa crise sendo dados pela *glasnost* (com o fim da União Soviética), a queda do muro de Berlim e o massacre da Praça da Paz Celestial. Ora, esses referenciais nos oferecem a factualidade empírica da gênese da crise, mas não as causas e o sentido da própria crise.

Se me fosse dado localizar essa crise eu a situaria no ideário e nas práticas da esquerda e a periodizaria muito antes, isto é, no estalinismo, na feição burocrática e autoritária dos partidos comunistas, na mal resolvida clandestinidade dos partidos trotskistas e maoistas, na feição assumida pelo chamado marxismo ocidental, quando foi abandonando as análises econômicas em proveito das culturais e políticas e, sobretudo, no fato de a esquerda haver

sempre deixado por conta da direita a crítica do totalitarismo. No entanto, para não regredir no tempo e deixar de lado o presente, eu diria que a crise se exprime, antes de tudo, na incapacidade de oferecermos uma análise da forma atual da acumulação do capital - não uma descrição, pois isto todos temos feito, mas uma análise como aquela que Marx fez do capitalismo industrial do século XIX, pois, se estamos convencidos da determinação econômica das relações sócio-políticas e do movimento da história, a ausência dessa análise nos deixa desamparados ou obrigados meramente a colocar um “não” na frente das afirmações neoliberais.

Um segundo lugar da crise, consequente do primeiro aspecto, é a declaração de muita gente tida como de esquerda asseverando que já não há luta de classes ou que a luta de classes acontece apenas nos locais de trabalho. Essas declarações são surpreendentes não tanto porque aderem à ideologia neoliberal, mas porque revelam que se possui uma compreensão tosca e grosseira da luta de classes, como se ela acontecesse em momentos de confronto explícito e não fosse a maneira mesma como a exploração econômica, a dominação política e a exclusão social se realizam cotidianamente como modo de ser do capitalismo. Deixamos em silêncio a ideologia neoliberal do fim da luta de classes e acabamos aderindo à elaboração econômica e sociológica de que está em curso no planeta a “medianização da sociedade”⁵, isto é, a existência, finalmente, de uma única classe ou uma classe universal, a classe média. Por não levar em conta que se trata de pura e simples ideologia, muita gente de esquerda acaba adotando e defendendo essa ideia.

No entanto, em terceiro lugar, a crise também se situa no pólo oposto, isto é, quando se imagina reduzir a luta de classes às expressões dos movimentos sociais e populares, à discussão dos micro-poderes, às diferenças culturais e ao multiculturalismo, pois, se, no caso anterior, há um economismo grosseiro, neste segundo caso há a adesão involuntária à maneira como a forma atual do capitalismo fragmenta o social, de tal maneira que a luta de classes não possui determinação alguma, parecendo estar em toda e em nenhuma parte, reduzindo-se a todas as manifestações de conflito, protesto e reivindicação de direitos, desembocando numa perspectiva jurídica do social, que é, afinal, a perspectiva liberal. Não por acaso, essa perspectiva é vulnerável aos discursos pós-modernos sobre o desejo, o imaginário, o simbólico tomados não como foram elaborados por Freud, isto é, como balizas para desenharem um campo de pensamento e de ação no mundo da cultura, mas como explicações psicológicas que imaginam recuperar a dignidade do indivíduo contra os mitos totalitários e a multidão solitária.

5. Veja-se a análise crítica e decisiva dessa ideologia no livro de Márcio Pochmann *O mito da grande classe média*, lançado pela Boitempo Editorial em 2014.

IV.

Podemos, porém, dar um passo para além dessa crise tomando o surgimento do neoliberalismo como ideologia da nova forma da acumulação do capital.

A economia política neoliberal nasceu de um grupo de economistas, cientistas políticos e filósofos que, em 1947, reuniu-se em Mont Saint Pélérin, na Suíça, em torno de Hayek e Milton Friedman. Esse grupo opunha-se encarniçadamente ao surgimento do Estado de Bem-Estar de estilo keynesiano e social-democrata e à política estadunidense do New Deal. Navegando contra a corrente das décadas de 1950 e 1960, o grupo elaborou um detalhado projeto econômico e político no qual atacava o chamado Estado Providência com seus encargos sociais e com a função de regulador das atividades do mercado, afirmando que esse tipo de Estado destruía a liberdade dos indivíduos e a competição, sem as quais não há prosperidade. Essas ideias permaneceram como letra morta até a crise capitalista do início dos anos 1970, quando o capitalismo conheceu, pela primeira vez, um tipo de situação imprevisível, isto é, baixas taxas de crescimento econômico e altas taxas de inflação: a famosa estagflação. Falou-se, então, em “crise fiscal do Estado” ou em “colapso da modernização”.

Francisco de Oliveira⁶ analisa o “colapso da modernização” a partir das transformações econômicas e políticas introduzidas pelo próprio Estado de Bem-Estar com a criação do fundo público. Este se caracteriza: 1) pelo financiamento simultâneo da acumulação do capital (os gastos públicos com a produção, desde subsídios para a agricultura, a indústria e o comércio, até subsídios para a ciência e a tecnologia, formando amplos setores produtivos estatais que desaguaram no célebre complexo militar-industrial, além da valorização financeira do capital por meio da dívida pública etc); e 2) pelo financiamento da reprodução da força de trabalho, alcançando toda a população por meio dos gastos sociais (educação gratuita, medicina socializada, previdência social, seguro desemprego, subsídios para transporte, alimentação e habitação, subsídios para cultura e lazer, salário família, salário desemprego, etc). Em suma, o Estado do Bem-Estar introduziu a república entendida estruturalmente como gestão dos fundos públicos, os quais se tornam condição da acumulação e da reprodução do capital (e da formação da taxa de lucro) e da reprodução da força de trabalho por meio das despesas sociais. Numa palavra, houve a socialização dos custos da produção e manutenção da apropriação privada dos lucros ou da renda (isto é, a riqueza não foi socializada).

6. Francisco de Oliveira “O surgimento do antivalor. Capital, força de trabalho e fundo público”, in *Os direitos do antivalor. A economia política da hegemonia imperfeita*, Coleção Zero à Esquerda, Petrópolis, Vozes, 1998.

A ação de duplo financiamento gerou um segundo salário, o salário indireto, ao lado do salário direto, isto é, o direto é aquele pago privadamente ao trabalho e o indireto é aquele pago publicamente aos cidadãos para a reprodução de sua força de trabalho. O resultado foi o aumento da capacidade de consumo das classes sociais, particularmente da classe média e da classe trabalhadora; ou seja, o consumo de massa.

Nesse processo de garantia de acumulação e reprodução do capital e da força de trabalho, o Estado endividou-se e entrou num processo de dívida pública conhecido como déficit fiscal ou “crise fiscal do Estado”. A isso se deve acrescentar o momento crucial da crise, isto é, o instante de internacionalização oligopólica da produção e da finança, pois os oligopólios multinacionais não enviam aos seus países de origem os ganhos obtidos fora de suas fronteiras e, portanto, não alimentam o fundo público nacional, que deve continuar financiando o capital e a força de trabalho. É isso o “colapso da modernização” e a origem da aplicação da política neoliberal, que propõe “enxugar” ou encolher o Estado.

Ora, o que significa exatamente o fundo público (ou a maneira como opera a esfera pública no Estado de Bem-Estar)? Como explica Francisco de Oliveira, o fundo público é o antivalor (não é o capital) e é a antimercadoria (não é a força de trabalho) e, como tal, é a condição ou o pressuposto da acumulação e da reprodução do capital e da força de trabalho. É nele que vem *por-se a contradição atual do capitalismo*, isto é, ele é o pressuposto necessário do capital e, como pressuposto, é a negação do próprio capital (visto que o fundo público não é capital nem trabalho). Por outro lado, o lugar ocupado pelo fundo público com o salário indireto faz com que a força de trabalho não possa ser avaliada apenas pela relação capital-trabalho (pois na composição do salário entra também o salário indireto pago pelo fundo público). Ora, no capitalismo clássico o trabalho era a mercadoria padrão que media o valor das outras mercadorias e da mercadoria principal, o dinheiro. Quando o trabalho perde a condição de mercadoria padrão, essa condição também é perdida pelo dinheiro que deixa de ser mercadoria e se torna simplesmente moeda ou expressão monetária da relação entre credores e devedores, provocando, assim, a transformação da economia em monetarismo.

Além disso, com sua presença sob a forma do salário indireto, o fundo público desatou o laço que prendia o capital à força de trabalho (ou o salário direto). Essa amarra era o que, no passado, fazia a inovação técnica pelo capital ser uma reação ao aumento real de salário e, desfeito o laço, o impulso à inovação tecnológica tornou-se praticamente ilimitado, provocando expansão dos investimentos e agigantamento das forças produtivas, cuja liquidez é impressionante, mas cujo lucro não é suficiente para concretizar

todas as possibilidades tecnológicas. Por isso mesmo, o capital precisa de parcelas da riqueza pública, isto é, do fundo público, na qualidade de financiador dessa concretização.

Eis por que o grupo de Hayek e Friedman passou a ser ouvido com respeito, pois oferecia a suposta explicação para a crise: esta, diziam eles, fora causada pelo poder excessivo dos sindicatos e dos movimentos operários, que haviam pressionado por aumentos salariais e exigido o aumento dos encargos sociais do Estado. Teriam, dessa maneira, destruído os níveis de lucro requeridos pelas empresas e desencadeado os processos inflacionários incontroláveis. Feito o diagnóstico, o grupo do Mont Pèlerin propôs o remédio: 1) um Estado forte para quebrar o poder dos sindicatos e movimentos operários, para controlar os dinheiros públicos e cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos na economia; 2) um Estado cuja meta principal deveria ser a estabilidade monetária, contendo os gastos sociais e restaurando a taxa de desemprego necessária para formar um exército industrial de reserva que quebrasse o poderio dos sindicatos; 3) um Estado que realizasse uma reforma fiscal para incentivar os investimentos privados e, portanto, que reduzisse os impostos sobre o capital e as fortunas, aumentando os impostos sobre a renda individual e, portanto, sobre o trabalho, o consumo e o comércio; 4) um Estado que se afastasse da regulação da economia, deixando que o próprio mercado, com sua racionalidade própria, operasse a desregulação; em outras palavras, abolição dos investimentos estatais na produção, abolição do controle estatal sobre o fluxo financeiro, drástica legislação anti-greve e vasto programa de privatização. O modelo foi aplicado, primeiro, no Chile, depois na Inglaterra e nos Estados Unidos, expandindo-se para todo o mundo capitalista (com exceção dos países asiáticos) e, depois da “queda do muro de Berlim”, para o leste europeu. Esse modelo político tornou-se responsável pela mudança da forma da acumulação do capital, hoje conhecida como “acumulação flexível” e que não havia sido prevista pelo grupo neoliberal. De fato, este propusera seu pacote de medidas na certeza de que abaixaria a taxa de inflação e aumentaria a taxa do crescimento econômico. A primeira aconteceu, mas a segunda não, porque o modelo incentivou a especulação financeira em vez dos investimentos na produção; o monetarismo superou a indústria. Donde falar-se em “capitalismo pós-industrial” para marcar a hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo.

Em *A condição pós-moderna*⁷, David Harvey descreve essa nova forma do capital e podemos resumi-la nos seguintes traços:

7. HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1992.

1. o desemprego tornou-se estrutural, deixando de ser acidental ou expressão de uma crise conjuntural, porque a forma contemporânea do capitalismo, ao contrário de sua forma clássica, não opera por inclusão de toda a sociedade no mercado de trabalho e de consumo, mas por exclusão. Essa exclusão se faz não só pela introdução da automação, mas também pela velocidade da rotatividade da mão de obra que se torna desqualificada e obsoleta muito rapidamente em decorrência da velocidade das mudanças tecnológicas. Como consequência, tem-se a perda de poder dos sindicatos e o aumento da pobreza absoluta;

2. o monetarismo e o capital financeiro tornaram-se o coração e o centro nervoso do capitalismo, ampliando a desvalorização do trabalho produtivo e privilegiando a mais abstrata e fetichizada das mercadorias, o dinheiro (em um dia, a bolsa de valores de Nova York ou de Londres é capaz de negociar montantes de dinheiros equivalentes ao PIB anual do Brasil ou da Argentina). O poderio do capital financeiro determina, diariamente, as políticas dos vários Estados, pois estes sobretudo os do Terceiro Mundo, dependem da vontade dos bancos e financeiras de transferir periodicamente os recursos para um determinado país, abandonando outro;

3. a terceirização, isto é, o aumento do setor de serviços, tornou-se estrutural, deixando de ser um suplemento à produção porque, agora, a produção não mais se realiza sob a antiga forma fordista das grandes plantas industriais que concentravam todas as etapas da produção - da aquisição da matéria prima à distribuição dos produtos -, mas adota o chamado *toyotismo*, que opera por fragmentação e dispersão de todas as esferas e etapas da produção, com a compra de serviços no mundo inteiro. Como consequência, desaparecem todos os referenciais materiais que permitiam à classe trabalhadora perceber-se como classe e lutar como classe social, enfraquecendo-se ao se dispersar nas pequenas unidades terceirizadas espalhadas pelo planeta. A terceirização e o *toyotismo* determinaram não só a terceirização, mas também a precarização do trabalho;

4. a ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas, deixando de ser mero suporte do capital para se converter em agentes de sua acumulação. Consequentemente, mudou o modo de inserção dos cientistas e técnicos na sociedade, porque se tornaram agentes econômicos diretos, e a força e o poder capitalistas encontram-se no monopólio dos conhecimentos e da informação. Eis por que se fala, hoje, em *sociedade do conhecimento* e em *trabalho imaterial* para indicar que os conhecimentos técnicocientíficos são a força produtiva e a informação é o núcleo do poder do capital financeiro;

5. diferentemente da forma keynesiana e social-democrata, que havia definido o Estado como agente econômico para regulação do mercado e agen-

te fiscal que emprega a tributação para promover investimentos nas políticas de direitos sociais, agora o capitalismo dispensa e rejeita a presença estatal não só no mercado, mas, também, nas políticas sociais, de sorte que a privatização tanto de empresas quanto de serviços públicos também tornou-se estrutural. Disso resulta que a ideia de direitos sociais como pressuposto e garantia dos direitos civis ou políticos tende a desaparecer porque o que era um direito converte-se num serviço privado regulado pelo mercado e, portanto, torna-se uma mercadoria a que têm acesso apenas os que têm poder aquisitivo para adquiri-la;

6. a transnacionalização da economia torna desnecessária a figura do Estado nacional como enclave territorial para o capital e dispensa as formas clássicas do imperialismo (colonialismo político-militar, geopolítica de áreas de influência etc.), de sorte que o centro econômico, jurídico e político planetário encontra-se no FMI e no Banco Mundial. Estes operam com um único dogma, proposto pelo grupo fundador do neoliberalismo, qual seja: estabilidade econômica e corte do déficit público. Em outras palavras, as decisões econômicas e políticas são tomadas em organismos supra nacionais (verdadeiros detentores do poder mundial), com os quais os Estados contraem dívidas *públicas*, isto é, os cidadãos devem pagar para que seus governos cumpram as exigências desses organismos (a maioria deles, privados), os quais operam com base no segredo e interferem nas decisões de governos eleitos, os quais deixam de representar os cidadãos e passam a gerir a vontade secreta desses organismos;

7. a distinção entre países de Primeiro e Terceiro Mundo tende a ser substituída pela existência, em cada país, de uma divisão entre bolsões de riqueza absoluta e de miséria absoluta, isto é, a polarização de classes aparece como polarização entre a opulência absoluta e a indigência absoluta. Há, em cada país, um “primeiro mundo” (basta ir aos Jardins e ao Morumbi, em São Paulo, para vê-lo) e um “terceiro mundo” (basta ir a Nova York e Londres para vê-lo). A diferença está apenas no número de pessoas que, em cada um deles, pertence a um dos “mundos”, em função dos dispositivos sociais e legais de distribuição da renda, garantia de direitos sociais consolidados e da política tributária (o grosso dos impostos não vem do capital, mas do trabalho e do consumo).

Em resumo, estão em operação a desintegração vertical da produção, as tecnologias eletrônicas, a diminuição dos estoques, a velocidade na qualificação e desqualificação da mão de obra, a aceleração da rotatividade da produção, do comércio e do consumo pelo desenvolvimento das técnicas de informação e distribuição, a proliferação do setor de serviços, o crescimento da economia informal e paralela, e novos meios para prover os serviços

financeiros (desregulação econômica e formação de grande conglomerados financeiros que formam um único mercado mundial com poder de coordenação financeira).

Situemos esses traços da formação capitalista no aspecto nuclear do modo de produção capitalista. De fato, sabemos que o movimento do capital tem a peculiaridade de transformar toda e qualquer realidade em objeto do e para o capital, convertendo tudo em mercadoria destinada ao mercado e, por isso mesmo, produz um sistema universal de equivalências, próprio de uma formação social baseada na troca de equivalentes ou na troca de mercadorias pela mediação de uma mercadoria, o dinheiro como equivalente universal. A isso corresponde o surgimento de uma prática, a prática contemporânea da *administração*. Esta parte de dois pressupostos: o de que toda dimensão da realidade social é equivalente a qualquer outra e por esse motivo é administrável de fato e de direito, e o de que os princípios administrativos são os mesmos em toda parte porque todas as manifestações sociais que, sendo equivalentes, são regidas pelas mesmas regras. Em outras palavras, a administração é percebida e praticada segundo um conjunto de normas gerais desprovidas de conteúdo particular e que, por seu formalismo, são aplicáveis a todas as manifestações sociais. Uma sociedade de mercado produz e troca equivalentes e suas instituições são, por isso mesmo, equivalentes também. É isso que se costuma batizar de “tecnocracia”, isto é, aquela prática que julga ser possível dirigir a escola, o hospital, a universidade, um centro cultural segundo as mesmas normas e os mesmos critérios com que se administra uma montadora de automóveis ou uma rede de supermercados.

A prática administrativa se reforça e se amplia à medida que o modo de produção capitalista entra na sua fase neoliberal contemporânea. De fato, as grandes concentrações das plantas industriais fordistas foram substituídas pelo modelo *toyotista* fundado na dispersão, fragmentação e terceirização da produção, que se espalha por todo o planeta, voltada para o descartável, acompanhada pelo trabalho precário e pelo desemprego estrutural, determinados pela rápida obsolescência da mão-de-obra em decorrência da velocidade das mudanças tecnológicas. A fragmentação e desarticulação induzidas pelo mercado alcançam todas as esferas e dimensões da vida social exigindo que se volte a articulá-las e isso é feito por meio da administração. A rearticulação administrada transforma uma *instituição* social numa *organização*, isto é, numa entidade isolada cujo sucesso e cuja eficácia se medem em termos da gestão de recursos e estratégias de desempenho e cuja articulação com as demais organizações se dá por meio da competição.

Uma organização difere de uma instituição por definir-se por outra prática social⁸, qual seja, a de sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios (administrativos) particulares para obtenção de um objetivo particular. Não está referida a ações articuladas às ideias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a operações definidas como estratégias balizadas pelas ideias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. Por ser uma administração, é regida pelas ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da sociedade (portanto, da luta de classes), pois isso, que para a instituição social universitária é crucial, é, para a organização, um dado de fato. Ela julga saber por que, para que e onde existe.

A instituição social aspira à universalidade. A organização sabe que sua eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade. Isso significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares. Em outras palavras, a instituição se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (ou imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições impostas pela divisão. Ao contrário, a organização pretende gerir seu espaço e tempo particulares aceitando como dado bruto sua inserção num dos pólos da divisão social e seu alvo não é responder às contradições e sim vencer a competição com seus supostos iguais.

Fundado nas ideias de organização e administração, o neoliberalismo é totalitário. Por que? Porque possui o primeiro traço definidor do totalitarismo, qual seja, recusar a especificidade das diferentes instituições sociais e políticas para torná-las homogêneas, definindo todas elas como *empresas*: a fábrica é uma empresa, a escola é uma empresa, o hospital é uma empresa, o centro cultural é uma empresa. Não só isso. Define o Estado como empresa e o governante como *gestor*. Numa palavra, encolhe o espaço público e alarga o espaço privado, ou seja, torna plenamente visível a análise de Marx sobre a sociedade civil como mercado.

Do ponto de vista da ideologia, além da recusa da existência das classes sociais e afirmação apenas da existência de indivíduos, ainda define este último como capital humano ou *empresário de si mesmo*, destinado à competição mortal em todas as organizações, interiorizando o princípio universal da concorrência. É dessa maneira que faz ressurgir a ideologia calvinista do

8. Cf. Michel Freitag *Le naufrage de l'université*, Paris, Editions de la Découverte, 1996.

século XVI com o nome de *meritocracia*. Disso decorre, como consequência, a inculcação da culpa naqueles que não vencem a competição, desencadeando ódios, ressentimentos e violências de todo tipo, dirigidas aos competidores, isto é, aos outros trabalhadores quando migrantes, imigrantes, etnicamente “inferiores”, sexualmente “perversos”. A luta de classes perde o foco e a classe trabalhadora luta contra si própria, sob o aplauso da classe média, que se vê a si mesma como vencedora na competição meritocrática.

Essas determinações econômicas, sociais e ideológicas da nova forma do capital são inseparáveis de uma transformação sem precedentes na experiência do espaço e do tempo. Essa transformação é designada por Harvey com a expressão “compressão espaço-temporal”, isto é, o fato de que a fragmentação e a globalização da produção econômica engendram dois fenômenos contrários e simultâneos: de um lado, a fragmentação e dispersão espacial e temporal e, de outro, sob os efeitos das tecnologias de informação, a compressão do espaço – tudo se passa *aqui*, sem distâncias, diferenças nem fronteiras – e a compressão do tempo – tudo se passa *agora*, sem passado e sem futuro. Na verdade, fragmentação e dispersão do espaço e do tempo condicionam sua reunificação sob um espaço indiferenciado e um tempo efêmero, ou sob um espaço que se reduz a uma superfície plana de imagens e sob um tempo que perdeu a profundidade e se reduz ao movimento de imagens velozes e fugazes.

Aqui encontramos um aspecto decisivo para a crise das esquerdas e o risco da perda do horizonte socialista. De fato, a perda da profundidade do tempo com a perda de sentido do futuro é inseparável da crise do socialismo e do pensamento de esquerda, isto é, do enfraquecimento da ideia de emancipação do gênero humano ou a perda do que dizia Adorno nas *Mínima Moralía*, quando escreveu que “o conhecimento não tem nenhuma luz senão a que brilha sobre o mundo a partir da redenção”. Perdeu-se, hoje, a dimensão do futuro como possibilidade inscrita na ação humana enquanto poder para determinar o indeterminado e para ultrapassar situações dadas, compreendendo e transformando o sentido delas, fazendo história. Volátil e efêmera, hoje nossa experiência desconhece qualquer sentido de continuidade e se esgota num presente vivido como instante fugaz. Essa situação, longe de suscitar uma interrogação sobre o presente e o porvir, leva ao abandono de qualquer laço com o possível e ao elogio da contingência e de sua incerteza essencial. O contingente não é percebido como uma indeterminação que a ação humana poderia determinar, mas como o modo de ser dos homens, das coisas e dos acontecimentos. Não podemos fazer a história.

Mais profundamente, a fugacidade do presente, a ausência de laços com o passado objetivo e de esperança de um futuro emancipador suscitam o reaparecimento de um imaginário da transcendência. Assim, a figura do

empresário de si mesmo é sustentada e reforçada pela chamada teologia da prosperidade, desenvolvida por algumas seitas evangélicas. Mais do que isso. Os fundamentalismos religiosos e a busca da autoridade decisionista na política são os casos que melhor ilustram o mergulho na contingência bruta e a construção de um imaginário que não a enfrenta nem a compreende, mas simplesmente se esforça por contorná-la apelando para duas formas inseparáveis de transcendência: a divina (à qual apela o fundamentalismo religioso) e a do governante (à qual apela o elogio da autoridade política forte).

Como deixar de ser socialista?

ENTREVISTA COM JOSÉ GENOINO¹

“Eu me filio à luta pela igualdade social, à luta pela liberdade, como pressuposto de autonomia dos indivíduos, dos humanos, para construir o caminho da luta dos valores da igualdade social”

Você tem sido uma referência sobre o socialismo há muito tempo. Por essa razão, gostaria de sugerir que fale um pouco sobre a sua reflexão a respeito do tema ao longo dos anos de militância e também como se posiciona em relação ao socialismo petista hoje.

Quero começar falando de minha fidelidade, de uma relação de adesão ao socialismo na minha vida. É uma filiação, uma identidade com os ideais da revolução socialista, os ideais do marxismo. No ano passado, quando comemoramos 100 anos da Revolução Bolchevique e 150 anos do *Manifesto Comunista*, completei 50 anos de militância política. Comecei em 1967.

E, mesmo considerando as polêmicas, os equívocos, me filio àquilo que, para mim, é a continuidade histórica deste pensamento, seus desafios e seus ensinamentos. Reafirmo isto na luta que travamos hoje contra o golpe e contra o fascismo, como reafirmei na minha formação ortodoxa no Partido Comunista do Brasil (PCdoB), com a minha experiência de ter participado do desafio de governar o país, como presidente do PT. Eu me filio à luta pela

1. Entrevistado por Luana Soncini, Gustavo Cudas e Rogério Chaves, com a participação de Sérgio Honório, em 17 de outubro de 2017, para compor esta publicação. (N.E.)

igualdade social, à luta pela liberdade, como pressuposto de autonomia dos indivíduos, dos humanos, para construir o caminho da luta dos valores da igualdade social.

Eu sou de esquerda, anticapitalista, minha referência é o marxismo como uma experiência teórica e histórica, com todas as vertentes que foram se desenvolvendo no leito do marxismo. Estou aberto, inclusive, a discutir novos caminhos que surgiram nesse debate para dizer o seguinte: o capitalismo não ofereceu uma sociedade do bem comum. Do bem no sentido do valor humano. No sentido da igualdade, da liberdade, no sentido do humanismo transformador. Eu me filio a essa posição.

Minha experiência no PT foi muito rica. Entrei no PT com base teórica ortodoxa, que eu trazia do PCdoB. Ao me filiar, participei da organização de um partido dentro do PT, o Partido Revolucionário Comunista (PRC), que tinha como base teórica o leninismo influenciado por Georg Lukács, um dos formuladores do pensamento e da leitura leninista que os quadros, os teóricos do PRC, tinham naquele momento. Sou de uma geração que passou por esses dilemas e esses desafios da luta teórica e política do socialismo. Seja na geração 1968, para quem a revolução era voluntarista, heróica, generosa, e estávamos mais preparados para morrer do que para matar. Seja no período da derrota, quando ficamos cinco anos na cadeia, seja no período da democratização do país.

Continuo com os pressupostos que expus na entrevista *Repensando o Socialismo*², que é o seguinte: você pode mudar sem mudar de lado. E o PT foi o grande palco desse debate. Fora do PT não existia o debate propriamente dito.

E como você situa os debates sobre o socialismo no momento da fundação do Partido?

O debate sobre o socialismo surgiu no PT a partir dos debates das tendências. O PT se formou, desde o Movimento Pró-PT até a sua fundação, com as várias vertentes que vinham da academia, da Igreja, do movimento sindical e dos sobreviventes da luta armada, da esquerda marxista leninista, trotskista, socialdemocrata. Eu brincava, na época, que o PT era o único partido que juntava as quatro Internacionais dentro dele. A terceira, a segunda, a quarta e a primeira.

Então, as tendências, que eram organizações ou partidos que se relacionavam com o PT, trouxeram esse debate para dentro dele. A própria relação

2. Entrevista publicada em 13 de março de 1991, na *Folha de São Paulo*, e posteriormente publicada em livro pela editora Brasiliense: GENOINO, José. *Repensando o socialismo*. São Paulo : Brasiliense, 1991. (N.E.)

delas com o PT fez parte desse debate. Vínhamos da derrota da luta armada, e não foi uma derrota qualquer, foi muito profunda com tantos mortos e desaparecidos. Tínhamos esse retrovisor muito presente, e essas tendências – algumas participaram da luta armada, como no caso da minha experiência no PCdoB, os companheiros da Aliança Libertadora Nacional (ALN), companheiros do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) e de outras tendências – trouxeram, na fundação do PT, uma visão de socialismo.

E como se dava esse debate?

O debate sobre socialismo circulava nessas correntes, que se relacionavam com o PT. O primeiro debate mais teórico no PT dizia respeito à sua natureza. Ele era um movimento, um Partido-movimento, um partido tático, um partido estratégico? Ou era uma Frente? Sua existência e a relação das tendências com ele colocavam um problema novo para a esquerda, a pluralidade do PT. Ele nasceu com o DNA da pluralidade, porque havia várias tendências discutindo o seu caráter. Algumas, como o PCR, dizendo que era um partido tático. A maioria discutia a questão de duas camisas – a camisa do PT e a camisa da organização e que disciplina predominaria.

Eu me lembro bem que, na campanha das *Diretas* em 1984, no Rio de Janeiro, se acertou com o organizador, que era o Brizola, e com as organizações de esquerda, que os partidos que não estavam legalizados poderiam falar no comício. E os companheiros da direção do PRC queriam que eu falasse pelo PRC, que não estava legalizado. E foi minha primeira divergência com a direção do PRC. Eu disse: não vou falar – eu já era deputado – eu não vou falar no comício das *Diretas* no Rio de Janeiro. Aí tem toda a discussão porque, mesmo quando se fundou o PRC, eu e meus companheiros vivemos muito essa tensão - éramos minoria - defendíamos que ele não fosse partido, mas uma tendência, uma organização, para não batermos de frente com o PT.

Havia um dilema teórico sobre o PT. Dizíamos, nós vamos entrar no PT. É um partido, estamos fundando, estamos legalizando, estamos aprovando o regimento, estamos fazendo emenda para os Encontros, estamos levando tese para os Encontros. Como é que a gente é um partido? Alguns companheiros diziam que deveríamos ser uma tendência, uma organização.

E esse debate passava pelo PRC e por outras tendências de esquerda, inclusive nessa época nosso campo no PT se chamava Alternativa Operária Popular. Entretanto, o socialismo para o PT era uma declaração. O socialismo era declaratório. A primeira fase era a declaração do PT contra o capitalismo. Depois, a declaração contra a opressão dos trabalhadores. Depois, a declaração de que a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.

Desse processo saiu a formulação do socialismo dentro da visão petista. Um socialismo com as características petistas. Era uma espécie de aproximação, de afirmações declaratórias. Já as tendências, com a vertente leninista, com a vertente trotskista, com a vertente marxista, tinham uma formulação do socialismo mais clássica, ortodoxa, digamos. E essa formulação do socialismo era o pano de fundo para discutir o caráter do PT.

Lembro-me de um encontro em São Caetano, antes do Colégio Eleitoral. Foi um Encontro muito dramático porque nele apareceu o debate sobre quem era comunista e quem não era. E eu disse: eu sou comunista. Foi uma declaração respondendo a um discurso do Lula. Porque eu já vinha de uma trajetória, eu vinha da guerrilha do PCdoB e, ao entrar no PT junto com um grupo de companheiros, cuja vertente teórica era o leninismo lucakcsiano. Era onde buscávamos referências para a elaboração dos documentos do PRC, principalmente a partir dos companheiros do Rio Grande do Sul. O Adelmo era quem mais elaborava nesse terreno e influenciava bastante nosso debate. E a nossa relação com as outras tendências revolucionárias - a gente chamava assim - envolvia, na discussão do socialismo, o caráter do PT: se era tático ou estratégico, se era frente ou partido. Nós queríamos enquadrar o PT dentro de uma formulação teórica e, depois, percebemos que o PT não era enquadrável. Nós é que fomos sendo enquadrados. Por isso, foi um grande avanço o PT regulamentar o direito de tendências. Caso não tivesse regulamentado, talvez ele tivesse rachado.

Como foi essa regulamentação?

Houve uma discussão importante no PT sobre a regulamentação do direito de tendência. Ao regulamentar o direito de tendência, não sei se tínhamos noção das conseqüências teóricas de um partido de esquerda regulamentando dar o direito de existência de tendências, sem ser uma frente, porque não estava na tradição da esquerda marxista, da esquerda trotskista, leninista, a regulamentação institucionalizada do direito de tendência como uma facção. Não era o direito de facção, era o direito de tendência! Tinha publicação própria, tinha disciplina, tinha sede, tinha representantes no Diretório. O PT ganhou muito. Aquilo que era um guarda-chuva e foi se transformando numa imanência política. E essa imanência política, que era o próprio PT, foi diluindo a força e o papel das tendências dentro dele.

Quando fomos para um segundo momento das definições sobre socialismo no PT, o debate sobre o seu caráter já não era central, ele era especificamente sobre as características do socialismo. Estava em curso a elaboração do socialismo petista. E isto se refletia nos documentos que orientaram a

campanha do Lula em 1989, no nosso projeto de Constituição para o Brasil³, cuja vertente era uma concepção de economia de Estado radicalmente democrática. Eu, inclusive, na época o PRC ainda existia, apresentei o documento “Nossas exigências na Constituinte”⁴ que tinha o objetivo de deslegitimar o processo da Constituinte. Porque nessa época a formulação do PRC era de que tínhamos de lutar contra a ditadura e de roldão, derrubar o Estado burguês. E isso fica presente na nossa atuação na Constituinte.

Então, havia um movimento pela democratização do país, a campanha das *Diretas*. Na campanha das *Diretas* houve o impasse sobre a ida ao Colégio Eleitoral. O PT era a Ala Esquerda da transição e, ao mesmo tempo, ele afirmava em seus documentos, nas suas referências, uma declaração socialista. Não era um desenvolvimento teórico. Não era uma relação do socialismo com a realidade brasileira. Não era uma discussão sobre as classes no país, sobre o Estado brasileiro. Era uma declaração política em relação ao socialismo.

Quando veio a crise do Socialismo Real, aí o bicho pegou. Primeiro, porque o PT tinha relação com muitos partidos e até delegações em países onde os governos estavam caindo. Uma delegação da Alemanha Oriental veio ao 5º Encontro do PT em 1987, em Brasília, em plena Assembleia Nacional Constituinte. Inclusive, na abertura do Encontro, Luís Eduardo saudou o camarada secretário-geral da Alemanha Oriental. Aquilo ali era polêmico, porque nós, da esquerda, que nos considerávamos leninistas, os companheiros trotskistas com quem fazíamos aliança, não nos afinávamos com aquela visão, criticávamos a União Soviética e o Leste Europeu.

Para nós, aquela discussão não foi traumática. O traumático para nós no 5º Encontro foi a questão do direito de tendências, porque foi no 5º Encontro que a maioria do Partido, depois da fundação dos 113³, aqui em São Paulo, tomou decisões garantindo o direito de tendências. Mas estabelecia limites mais claros. Inclusive, a primeira crise, vamos chamar assim, da nossa organização, o PRC, foi a partir do 5º Encontro: “E agora? Nós vamos ter de nos reformular.”

Para os companheiros da Democracia Socialista (DS), com os quais tínhamos uma aliança prioritária, essa questão estava equacionada. Para nós, não estava equacionada, porque trabalhávamos com o conceito de partido

3. No dia 06 de maio de 1987 o PT apresentou à Assembleia Nacional Constituinte seu projeto de Constituição. Com base no texto do jurista Fábio Konder Comparato e nas propostas e emendas recebidas, o projeto foi elaborado pelo Diretório Nacional, sob a coordenação da Comissão Constitucional, constituída especialmente para este fim.(N.E.)

4. GENOINO, José. *Nossas exigências na Constituinte*. São Paulo: Kairós, 1986. (N.E.)

5. *Manifesto dos 113* foi um documento lançado por militantes do Partido dos Trabalhadores em julho de 1983. Os signatários propunham uma intervenção coletiva nas instâncias de decisão com intuito de orientar as práticas de renovação das direções partidárias. (N.E.)

de vanguarda. Então, como é que seria nossa relação com o PT? E aí qual foi tendência a partir do 5º Encontro? Foi um processo paulatino de dissolução progressiva, gradual, do PRC nos marcos do PT. Foi isso aí. Esse processo culminou depois com a Nova Esquerda, da Nova Esquerda veio a Democracia Radical, da Democracia Radical veio o Projeto para o Brasil. O interessante é que saímos de uma posição dogmática, inclusive com um viés fundamentalista, para uma posição - vamos chamar assim - pluralista, libertária. Daí, o próprio nome Nova Esquerda.

Vocês abriram mão do socialismo?

Não. Nesse movimento à direita que fizemos, não abrimos mão da defesa do socialismo no PT. Tanto que eu voltei a ler minha entrevista publicada no livro *Repensando o Socialismo* e constatei que mantenho a minha afinidade com seus elementos centrais. Mas essa entrevista foi meio complicada porque deu um estresse dentro do PT. Nessa época eu era líder da bancada. E olha que interessante: até 1991, uma das razões de eu não ser líder da bancada é porque eu tinha uma posição minoritária no PT e na bancada. Na Constituinte, o primeiro vice-líder era o Plínio e eu era o segundo. Uma das razões é que eu, apesar de conhecer a Câmara e a Constituinte, era vinculado a uma tendência dentro do Partido, vestia duas camisas e tinha uma posição esquerdista. Por exemplo, na Constituinte eu defendia o direito de rebelião, desobediência civil, tirar Deus da Constituinte. Todos esses temas eu coloquei no debate da Constituinte e eram teses aprovadas pelo Comitê Central do PRC, que orientava a minha intervenção nesses debates.

Outra característica interessante desse processo foi o fato de o debate sobre o socialismo no PT não ter sido apenas acadêmico. Mas também foi acadêmico. Ele não foi um debate só dentro da esquerda, mas foi dentro da esquerda. Ele não foi um debate só teórico, porque ele também foi instigado pela luta social e política. Ele se deu junto com a vida real do PT e apareceu em alguns temas da Constituinte. Por exemplo, na questão se assinaríamos ou não a Constituinte, no fundo também estava esse problema: que ordem é essa que vamos assinar? Assinamos, mas marcamos posição votando contra. Hoje eu acho que foi correto ter feito a declaração de princípios lida pelo Lula sobre porque votamos contra a Constituinte. O PT estava correto nos cinco pontos levantados: Forças Armadas, segurança pública, direito de propriedade, meios de comunicação e a tortura como crime não prescritível, como crime contra a humanidade. Eu acho que nós estávamos vendo o galo cantar e não sabíamos onde, pois era exatamente esse o caráter do Estado brasileiro.

E como evoluiu essa discussão no PT?

Mas nossa discussão do socialismo não se relacionava automaticamente com a discussão do caráter do Estado, do caráter da sociedade, do desenvolvimento da economia etc. Ela se misturava muito com a vida real. Aí o que acontece? O PT começou a ganhar governos locais. E os governos locais se transformaram em laboratórios avançados de como fazer Orçamento Participativo, conselho deliberativo, políticas sociais. A partir daí, qual foi a tendência diante do quadro da crise do Socialismo Real? Saímos de uma posição, vamos chamar assim, doutrinária declaratória, para uma posição de rebaixar o que chamávamos de socialismo. Orçamento Participativo não é socialismo, é uma democracia avançada. Você podia vincular o Orçamento Participativo dentro de uma concepção de democratização radical do Estado. De democracia direta, de democracia participativa dentro de uma visão macro. No nível micro, aquilo não era socialismo. O socialismo não podia ser reduzido àquilo. E nós fomos reduzindo, pelas nossas experiências de governo. O grande debate aqui em São Paulo na eleição municipal de 1989 foi se os conselhos eram deliberativos ou consultivos, isto foi divergência interna no PT.

O debate sobre o socialismo tangenciava a vida do PT com as tendências, porque elas entraram no PT firmando uma posição sobre o socialismo. E, nesse sentido, as tendências tiveram - todas elas - um papel fundamental nas formulações de esquerda do PT. O partido vivia esse tensionamento, esse risco de divisão. Foi nessa época que o pessoal da Convergência Socialista saiu do PT. Eu quase fui punido por causa do documento do PRC, que era uma resolução do Comitê Central defendendo finança própria e uma tática eleitoral própria para a Assembléia Nacional Constituinte. Isso era um dilema, mas não tínhamos um debate teórico, vamos chamar assim, linearmente andando. Ele era muito tensionado pela vida real do PT, que era ganhar a prefeituras, ter bancada, participar da Constituinte.

E aí veio a campanha de 1989 que, no meu entender, foi um avanço, pois a plataforma petista era anticapitalista, popular. Eu tenho até hoje os 13 pontos⁶. A campanha de 1989 do Lula foi um claro movimento de ruptura com a ordem. Tinha esta marca indelével. Uma marca radical. Era de ruptura. Fomos ao segundo turno e quase ganhamos a eleição.

6. Os treze pontos que sintetizaram o Programa Alternativo de Governo (PAG) do PT em 1989 foram: Democratização do Estado, Distribuição de Renda, Dívida Externa, Reforma Agrária, Desprivatizar o Estado, Combater a especulação, Capital estrangeiro, Subordinação militar, Salvar a Amazônia, Política energética, Reforma urbana, Política externa, Direito dos Trabalhadores. Fonte: Boletim Nacional do PT, nº44. Maio/jun. 1989, p. 7. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

Essa plataforma foi sistematizada até 1994, e aí eu acho que o Marco Aurélio Garcia teve um papel fundamental quando dirigiu, organizou e coordenou a estratégia do governo democrático popular de ruptura. Ele resgata o documento do socialismo petista do 8º Encontro e traz para a campanha eleitoral de 1994 uma visão que chamava o Governo Democrático Popular, que era um governo de ruptura com a ordem vigente. Inclusive com a ordem constitucional da carta que nós assinamos, mas marcamos posição contra. Penso que as tendências, com a discussão do socialismo, tiveram um papel importante para fazer esse movimento à esquerda do PT, que foi a campanha de 1994. Naquele momento, é importante colocar isso, houve uma redefinição das maiorias no PT. Quem era sempre maioria, a Articulação Unidade na Luta, perdeu o Encontro que preparou o programa do Lula para a eleição de 1994. *[O Encontro foi em 1993]* Sim. Nós fizemos uma aliança com a Articulação e perdemos a maioria. As tarefas institucionais da bancada – isso é uma lição importante – nos afastaram da base popular, da militância do PT. Estávamos lá: eu, o Eduardo Jorge, o José Dirceu, o Mercadante e o Gushiken. Nós perdemos o Encontro, e a Hora da Verdade fez uma aliança com a esquerda do partido e ganhou a maioria, que orientou a campanha do Lula de 1994. Que o Plano Real derrotou. E é interessante ligar isso com o debate que estamos fazendo sobre o socialismo. Porque a política é a solução para tudo, mas a política, a real política, tirou o socialismo da agenda do PT a partir da possibilidade de o PT ser uma alternativa de governo.

Mas, antes disso, vamos voltar ao momento em que a União Soviética acaba e o PT decidiu fazer um Encontro para discutir o socialismo petista, o que é peculiar, porque o socialismo virou uma referência ruim na opinião pública. E o PT que, até então, havia tratado a questão de forma, digamos, declaratória, como você comentou, decide fazer uma discussão programática e definir sua posição em relação à história do socialismo, às correntes do socialismo. Como você explica a decisão de fazer esse encontro que resultou no socialismo petista?

Primeiro, a realidade e a vida foram mais fortes que todos os debates que fazíamos. Nessa época eu estava iniciando a transição, pois o PRC já estava discutindo qual seria o seu destino, do quê fazer, mesmo havendo a Alternativa Operário Popular. Intuitivamente, sem uma elaboração, até onde me lembro, sem uma reflexão, houve uma convergência das principais correntes de esquerda – o Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), o PRC, a DS, alguns companheiros individualmente com Marco Aurélio, Luiz Dulci – e se buscou uma síntese no “socialismo

petista”, uma espécie de ponto de equilíbrio, o que gerou uma unidade sem um debate teórico. Havia a pressão internacional, o desgaste de defender o socialismo e a tradição teórica das organizações de esquerda. Penso que houve lucidez, principalmente desses dois quadros do Partido, que eram da Articulação Unidade na Luta, o Luiz Dulci e o Marco Aurélio, de compreender que era preciso abrir um novo diálogo com as tendências. Vínhamos do 5º e do 6º Encontros que foram muito tensionados. No 5º Encontro eu fui vaiado quando fui falar, porque eu era PRC. O 8º foi um encontro de unidade. E todo mundo opinou sobre aquela Resolução e, para mim, ela foi um marco, mais do que no 1º Congresso.

Os companheiros da Articulação eram os responsáveis na Secretaria de Relações Internacionais pelas relações com os países do chamado Socialismo Real. Considero que houve uma atitude de abertura, particularmente dos dois companheiros com os quais conversei muito, o Marco Aurélio Garcia e o Luiz Dulci, de como repactuar a discussão do socialismo no PT. Por outro lado, as tendências à esquerda tinham necessidade de afirmar outra visão de socialismo, de afirmar que nós não éramos filiados ao Leste Europeu, nem à União Soviética, nem à China. Pelo contrário. Tiramos uma resolução no Encontro do Colégio da Aclimação⁷, criticando os acontecimentos da Praça da Paz Celestial. A minha experiência pessoal foi muito dramática, porque, quando vi aqueles episódios da Praça da Paz Celestial, com aquele jovem em frente ao tanque e música do Beethoven, eu me lembrei dos companheiros do Araguaia. Porque a China era uma referência para os companheiros que morreram no Araguaia. Passei a noite toda em parafuso, com pesadelo, lembrando-me do Osvaldão, do Bronca, do Grabois, porque eram os companheiros que falavam da China. E lá no Araguaia a gente ouvia a Rádio Pequim e a Rádio Albânia. Os companheiros morreram achando que aquilo ali era o farol, e olha o que estava acontecendo!

Então, tinha esse drama também. Mas nós não éramos filiados a essa vertente, porque criticávamos o socialismo autoritário, o socialismo burocrático. Tínhamos vários trabalhos, inclusive do Otto, do Rio Grande do Sul, o professor que escreveu aquela coletânea *Materialismo Histórico*⁸, que faziam críticas ao socialismo real. Já estávamos estudando Antonio Gramsci, tínhamos uma relação muito forte com o Carlos Nelson Couti-

7. Trata-se da moção “Não ao massacre do povo Chinês” que integra as Resoluções aprovadas durante o 6º Encontro Nacional do PT ocorrido nos dias 16 a 18 de junho de 1989 no Colégio Caetano de Campos em São Paulo/SP. (N.E.)

8. OHLWEILER, Otto Alcides. *Materialismo histórico e crise contemporânea*. Coleção Novas Perspectivas. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1984. (N.E.)

nho, com o Leandro Konder, com o Milton Temer. Precisávamos afirmar o socialismo, mas não estávamos amarrados àquela vertente burocrática. Nem nós, do PRC, nem os companheiros com quem fazíamos aliança MEP e DS na Alternativa Operário-Popular.

O fato de termos uma posição a favor do socialismo era um grande avanço no debate político, essa questão apareceu nos debates e na campanha eleitoral. Quais eram as grandes questões que o PT enfrentava no debate político-eleitoral? Não sabia fazer aliança, era sectário. Só fazia aliança com a esquerda. Segundo: estava filiado à tradição autoritária de socialismo. Terceira crítica: era o partido de macacão, não tinha relação com a classe média, com a intelectualidade, com a burguesia. E as campanhas do PT eram muito dogmáticas. Não é por acaso que, na primeira campanha do PT, em 1982, a nossa foto aparecia com o nosso histórico da ficha policial. Era uma maneira de também fazermos a crítica.

O interessante é que o PT, ao fazer esse movimento, não se descaracterizou como aconteceu com o Partido Comunista Italiano (PCI). O PC italiano tinha mais formação, mais elaboração teórica, mais tradição marxista, tinha teóricos do porte do Gramsci, Enrico Berlinguer, Palmiro Togliatti, não era qualquer um. O PT não tinha esse nível de teóricos, mas, não fez o giro à direita como fez o PCI, que foi para o eurocomunismo, e depois se diluiu. Isso está muito claro no livro *O alfaiate de Ulm*⁹, de Lucio Magri.

Essa é uma das lições a avaliar: o PT, sem uma base teórica – o PT não tinha uma formulação teórica, uma matriz teórica única, ele tinha várias vertentes – buscou uma liga no socialismo petista. Penso que isso se explica pelo fato de que a teoria entrava no PT por vários poros. Não entrava pelo poro da racionalidade teórica da tradição marxista da III Internacional, dos congressos, das grandes teses, das grandes formulações. E é interessante notar que, até o 1º Congresso do PT, as tendências de esquerda tinham uma vida muito intensa dentro do partido. Os seminários, os encontros, as reuniões eram representativas. As reuniões do Diretório Nacional não tinham problema de *quorum*. Eram representativas, com muita gente, com grandes debates. As tendências tinham uma legitimação teórica para existir, tendo como pano de fundo a questão do socialismo.

Nesse sentido, as tendências de esquerda deram uma contribuição fundamental ao PT, mesmo quando esse debate saiu do PT pela política. Estou ainda tentando compreender como é que a política, a *real politik*, foi nos tirando esse debate teórico e se criou uma lacuna. Lacuna que aumen-

9. MAGRI, Lucio. *O alfaiate de Ulm*. Uma possível história do Partido Comunista Italiano. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. (N.E.)

tou quando fomos para uma espécie de taticismo depois de termos elaborado uma estratégia de ruptura. Havia uma estratégia de ruptura, inclusive porque formulávamos que o socialismo petista tinha um pé na legalidade e outro na ilegalidade.

Há até um texto, e é interessante citar isso, que foi uma marca importante do PRC, escrito pelo Adelmo Genro¹⁰, irmão do Tarso Genro, que faleceu em 1987, onde ele faz uma crítica a um documento assinado pelo Wladimir Pomar e pelo José Dirceu sobre o socialismo legalista¹¹. Qual era nossa idéia? Tínhamos que manter um partido na clandestinidade e o PT era uma frente. O PRC era clandestino, a gente fazia reunião com nome de guerra em 1988! Porque, na nossa visão, para lutar pelo socialismo era preciso ter uma organização clandestina, ilegal. Defendíamos um pé na legalidade e um pé na ilegalidade. Um pé na ordem e um pé na contraordem. Depois, fomos evoluindo para defender um pé na sociedade e um pé no Estado. Até que se chegou à situação em que o Estado tomou todos os nossos pés.

Gostaria que você aprofundasse uma ideia que tem discutido sobre democracia e socialismo. Quando é que o PT se declara contra a ditadura do proletariado, como é esse processo?

Em primeiro lugar, o PT não nasceu da vertente da III Internacional, do conceito de Estado do proletariado. Não nasceu nessa vertente. Nesse sentido, o Marco Aurélio Garcia tinha razão quando afirmava que o PT era pós-social-democrata e pós-socialismo real. Ele foi o primeiro a formular isso, aliás foi no debate sobre o socialismo petista que ele começou a externar essa posição sobre o PT ser pós-socialdemocrata e pós-socialismo real.

No 1º Congresso, logo depois da derrota da eleição de 1989, nós construímos a experiência de Governo Paralelo. Só que a experiência foi a de elaborar várias propostas alternativas ao governo Collor, quando Collor começou a discutir a mudança da Constituição. E antes disso, em 1993, houve uma polêmica razoável dentro do PT: se nós participaríamos ou não da revisão constitucional. Porque a Constituinte previu uma revisão depois de cinco anos da promulgação, e o PT foi fundamental para inviabilizar a revisão constitucional.

Nós achávamos que o 1º Congresso tinha de dar um salto. Isto é, além de reafirmar os documentos anteriores, principalmente o do socialismo petis-

10. GENRO, Adelmo. *Contra o socialismo legalista*. Porto Alegre: Editora Tche, 1987. (N.E.)

11. DIRCEU, José; POMAR, Wladimir. "Algumas considerações sobre as tendências organizadas no PT". *Práxis*. Porto Alegre-RS, n. 4, out. 1986, p. 9-36; (N.E.)

ta, o Congresso deveria fazer uma crítica ao conceito de ditadura do proletariado, a defesa da democracia como meio e como fim. Essa elaboração da democracia como questão estratégica foi colocada por Carlos Nelson Coutinho. A questão era apostar na radicalização da democracia.

Mas, foi aquele tipo de debate que às vezes acontece, que se ganha por causa do clima político, por causa da opinião pública, por causa da onda, sem um aprofundamento teórico. Ganhamos esse debate no 1º Congresso, mas sem uma discussão profunda do significado dessas mudanças e das críticas que o PT fazia. O movimento político da época era intenso e complexo: a derrota do Lula, a derrota da Revolução Sandinista com a vitória da Violeta Chamorro, a vitória do plebiscito do Chile, o Collor fazendo as emendas de reforma da Constituição, o fim da União Soviética, os fatos que apareciam sobre os países do Leste europeu. Havia muita perplexidade, muita dúvida, muita indagação na militância de esquerda. O PT é esquerda? É socialista? A consequência da falta de um debate mais profundo foi que fomos caminhando para uma espécie de pragmatismo teórico e ajustando a política do partido à onda, ao clima político, porque quase ganhamos em 1989. Em 1994 começamos a campanha com 42% e terminamos perdendo no primeiro turno, por causa do Plano Real.

Quando o José Dirceu foi eleito presidente do PT, no Encontro de Guarapari¹², no Espírito Santo, por uma diferença de 17 votos, o debate sobre o PT como partido estratégico, o partido da ruptura, foi substituído pelo debate relacionado ao enfrentamento da primeira ofensiva neoliberal no Brasil com o governo Fernando Henrique Cardoso. Foi quando ajustamos a linha do partido para derrotar as reformas neoliberais. O eixo do debate eram as reformas neoliberais.

No final dos anos 1980, o eixo era a luta pela democracia; o fim da ditadura; a campanha pelas *Diretas*; a Constituinte, e as idéias afloravam no terreno da discussão dos dilemas da esquerda, do socialismo. Na década de 1990, o debate foi sobre como derrotar as reformas neoliberais. Então, as discussões sobre o Estado, direitos, sobre a democracia e a experiência do Leste europeu, mudaram para o combate à hegemonia do Estado mínimo, do mercado, das privatizações, da globalização. Foi quando a estratégia da direita neoliberal se colocou. Antes, tivemos Ronald Reagan e Margareth Thatcher, que trouxeram questões como o fim da luta de classes, o fim da história. Na década de 1990, o centro da política do PT foi a questão da resistência às reformas neoliberais. O debate sobre o socialismo saiu do centro da política.

O debate do socialismo no PT esteve no centro da política em dois momentos: na fundação do partido, por causa das tendências de esquerda e o

12. 10º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, ocorrido de 18 a 20 de agosto no Sesc de Guarapari/ES. (N.E.)

direito de haver tendências. Depois, com o fim do socialismo na União Soviética e no Leste Europeu, quando, no nosso 1º. Congresso, elaboramos sobre o que seria o socialismo petista. A partir daí ele foi saindo do centro das discussões, perdeu importância com a estratégia democrático-popular em 1994, e, em 2002 ele saiu de vez pela visão taticista, que é a autocrítica que eu faço.

Em 1999, Lula encomenda a Antônio Cândido um seminário sobre o socialismo, que discutisse o tema de uma maneira muito ampla. Como você explica esse seminário?

É preciso entender os movimentos que o PT faz pela perspectiva da personalidade política do seu principal dirigente, Lula. O debate sobre o socialismo não era uma prioridade, não era premente para as discussões que fazíamos, porque o debate que a esquerda fazia sobre a eleição era se o programa era de ruptura, de enfrentamento, e qual era o nível de alianças. Quando o Lula propôs, por meio do Instituto Cidadania¹³ - e o organizador desse seminário pelo Instituto foi o Paulo Vanuchi -, um seminário amplo sobre o socialismo, de certa maneira ele quis dizer “eu quero manter a tradição de esquerda do PT. Quero me eleger presidente da república, mas mantendo a tradição de esquerda do PT. A marca de esquerda do PT”. Eu acho que era esse o sentido. O seminário sobre o socialismo, concebido pelo Antônio Cândido, teve esse sentido. Não foi fruto de grandes polêmicas. Foi um seminário panorâmico, vamos chamar assim, inodoro e incolor. Não havia o confronto. Não era tensionado. Não tinha estresse. Era um seminário proclamatório.

Naquele momento, era também uma maneira de dialogar com a intelectualidade que estava observando os movimentos que o PT estava fazendo. Porque, quando o PT foi para a campanha de 1998, houve um debate interno sobre quem deveria ser o candidato. E o Lula aceitou ser candidato para manter a bancada. Ele sabia que não ia ganhar. Aí veio a campanha de 2000. Na campanha de 2000 o PT retoma a ofensiva de 1988, que antecedeu a eleição presidencial de 1989, quando ocorreu a eleição da Luíza Erundina, em São Paulo, do Olívio Dutra em Porto Alegre, do prefeito de Belo Horizonte, da Telma de Souza, em Santos. Então, 1988 nós preparamos 1989. Em 2000, nós preparamos 2002.

13. Em 1999 Lula visita Antônio Cândido e propõe alguns temas para debate. Desta conversa resulta que, no ano seguinte, Antônio Cândido convida Paul Singer e Francisco de Oliveira para organizarem os *Seminários Socialismo e Democracia*, juntamente com Paulo Vannuchi, assessor do Lula no Instituto Cidadania, em parceria com a Fundação Perseu Abramo e a Secretaria Nacional de Formação do PT. Tais seminários resultaram, ainda, na coleção *Socialismo em discussão*, editada pela Editora da Fundação Perseu Abramo entre 2000 e 2003. (N. E.)

Em 2002, fizemos uma releitura do programa e eu acho que nós deixamos de lado a estratégia e fomos para a tática. E o socialismo não teve incidência. Esses seminários foram eventos que não tiveram incidência. Foram movimentos positivos, mas não tiveram incidência, não mudaram a cabeça, nem o rumo, nem a direção. Ele foi muito mais um fato político.

E aí, em 2007, houve uma resolução importante sobre o socialismo.

Sim. É interessante. Eu reli essa resolução e ela não inova em relação às que existiam antes. Ela reafirma e atualiza as resoluções do socialismo petista e do 1º Congresso. Foram essas que dão uma marca, vamos dizer assim, da adesão do PT a uma visão democrática de socialismo. Não é por acaso que, a partir daí, o PT passa a estabelecer uma relação mais orgânica com as forças de esquerda no mundo, com os partidos socialistas. Por exemplo, houve um debate no PT se deveríamos nos filiar ou não à Internacional Socialista. Houve uma proposta de o PT se filiar. E quando eu fui presidente do PT, em dois momentos, inclusive num Congresso que se realizou aqui em São Paulo, no Hotel Transamérica¹⁴, em que a socialdemocracia pressionou para o PT se filiar, nós afirmávamos que PT era observador.

Esse documento do socialismo petista foi um elemento importante, uma referência importante na nossa relação com as forças de esquerda. Para se relacionar com a Frente Sandinista, com a Frente Ampla do Uruguai, com a experiência chilena. É incrível que essa elaboração não tenha sido tão efetiva para nos relacionarmos com as três experiências de esquerda que estão sobrevivendo na América Latina – Venezuela, Equador e Bolívia. Que dilema, hein?! São as experiências que estão de pé.

Também tem El Salvador e Nicarágua na América Central.

No Uruguai apoiamos Tabaré Vázquez em várias eleições, ele vinha sempre aqui. Quer dizer, o quê é que acontece? Outro elemento que tem que estar presente nessa discussão do socialismo é que todas as tendências que, no início, tiveram atitude positiva na formulação do socialismo, foram absorvidas pelo PT. Mas, ao longo do tempo perdeu-se aquela energia interna do debate, da vitalidade da discussão. E em momentos cruciais que vivemos, se esse debate tivesse se mantido, talvez não tivéssemos cometido certos equívocos, determinadas opções. E eu me sinto participante dessas

14. 22º Congresso da Internacional Socialista ocorrido entre os dias 27 e 29 de outubro de 2003 no Hotel Transamérica em São Paulo/SP. (N.E.)

escolhas, como, primeiro como a ala esquerda da transição, não fomos ao Colégio Eleitoral, só diretas. Depois com o compromisso de navegar contra a maré – o Plano Cruzado. Fomos quase escorraçados porque fomos contra o Plano Cruzado. Ainda tivemos os episódios de Leme¹⁵ e o assalto ao banco em Salvador¹⁶.

O PT sobreviveu à eleição de 1986 porque tinha uma cultura de navegar contra a maré, de não aceitar o bom mocismo, de enfrentamento. E eu acho que um dos motivos pelos quais o socialismo saiu da pauta do PT foi por medo do isolamento, a ideia de que não podíamos navegar contra a maré, de que era preciso fazer uma avaliação das tendências do momento. Houve um momento em que o PT morria de medo do isolamento porque foram três derrotas na disputa por prefeituras, algumas dramáticas, como a de Santos.

Para o militante de esquerda e socialista, e eu me filio a essa posição, se se quer mudar a sociedade e o mundo é preciso criar a narrativa de que você não é da ordem. Nós viemos de fora para dentro da ordem. A população começou a nos ver como da ordem. Mas nós não éramos da ordem. E a classe dominante não nos aceitou como da ordem.

De alguma forma dizer que é socialista é também uma forma de dizer que não está na ordem, e isso o PT continua afirmando.

Eu acho que é esse o vínculo. Primeiro, o vínculo com uma tradição libertária, emancipadora, igualitária da esquerda. Segundo, o vínculo do PT com o socialismo quer dizer que nós não estamos submissos a essa ordem. Esse debate, hoje, exige uma elaboração mais sofisticada. Por quê? Porque fizemos uma leitura economicista do Gramsci para as condições do PT. Nós não disputamos a subjetividade no enfrentamento da ordem capitalista. O capitalismo nos derrotou na subjetividade, na narrativa e no simbólico, e temos que enfrentá-lo na disputa de hegemonia no âmbito da subjetividade, do simbólico, de corações e mentes.

Nesse sentido, penso que, mesmo quando você é governo, tem que disputar, ainda que perdendo. Criamos a seguinte lógica: quando você

15. Referência à greve de Leme em São Paulo, iniciada em 27 de junho de 1986, na qual trabalhadores rurais reivindicavam melhorias nas condições de trabalho. Em 11 de julho de 1986, a polícia militar reprimiu o protesto e dois trabalhadores foram mortos e outros ficaram feridos. (N.E.)

16. Assalto ao Banco do Brasil, ocorrido em novembro de 1986, em Salvador/BA. O objetivo da ação era obter recursos financeiros para a Revolução Sandinista, na Nicarágua. Na ocasião, a grande imprensa tentou atribuir a culpa ao PT pelo fato de haver, entre os assaltantes, integrantes que se declaravam petistas. Conforme resolução do 4º Encontro Nacional do PT, ficou decidido pela expulsão dos militantes que estavam envolvidos no episódio. (N.E.)

é governo não pode perder, o que o obriga a disputar só o que dá para aprovar. Por exemplo, perdemos a questão do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) na gestão da Luiza Erundina aqui em São Paulo, porque ela não aceitou negociação na Câmara e comprometeu a gestão. Foi um dilema. Mas eu acho que, como militante de esquerda e pautado pelos valores do socialismo democrático e humanista, é preciso fazer disputas estratégicas que naveguem contra a onda, contra a maré, contra a corrente. E não fizemos isso nas experiências macro do PT, principalmente quando chegamos ao governo. Nós não enfrentamos o sistema político, não enfrentamos os meios de comunicação, não enfrentamos o sistema tributário, não enfrentamos o sistema de segurança. Não enfrentamos a questão de viabilizar as políticas públicas pelo orçamento nem disputamos o conceito de ajuste fiscal, de austeridade fiscal. A austeridade fiscal foi o primeiro valor da hegemonia neoliberal e você não pode ser socialista defendendo o ajuste, a austeridade fiscal. A austeridade fiscal é a essência da ordem capitalista porque, à medida que você submete as pessoas à austeridade do Fisco, está mitigando as aspirações, e nós nos submetemos à austeridade fiscal. A Lei de Responsabilidade Fiscal é a materialidade da austeridade fiscal, um dos pilares da hegemonia neoliberal que veio logo após o discurso do fim da luta de classes, do fim da História. Fomos caindo em armadilhas que tínhamos que disputar, mesmo correndo o risco de perder. E essa disputa implicava uma contra-hegemonia.

Aí há um problema que não resolvemos e esse é um dilema da esquerda socialista no mundo inteiro: quando você ganha um governo, há um determinado tipo de expectativas, mas você tem que governar fazendo tensionamentos, fazendo afrontamento, mostrando seus dentes até para poder forçar concessões. Não é por acaso que hoje vemos dois países onde o golpe foi derrotado por causa de enfrentamento radicalizado: Turquia e Venezuela, até o momento. O Uruguai é um pouco diferente. Com essa ofensiva neoliberal, onde não há enfrentamento eles passam a motosserra com muita facilidade. Esse é um dilema, mas eu quero voltar à discussão de por dentro da ordem, porque qual foi nosso dilema em relação ao socialismo? Dizíamos que havíamos saído de uma luta contra a ordem, derrotados: a luta armada. Aí dissemos, temos de lutar por dentro da ordem. Lutar por dentro da ordem é caminhar no fio da navalha. Nós escolhemos esse caminho.

Lula usava a expressão: eu tenho que reformar a casa morando dentro dela. A nossa visão era destruir a casa e construir uma nova. Como buscar o equilíbrio? Esse é o grande dilema político, teórico e prático, na esquerda hoje. Como buscar o equilíbrio entre disputar, governar e acumular forças no sentido de questionar a ordem capitalista neoliberal. Este é o problema.

Este é o dilema, é o desafio do PT, nós não juntamos as pontas da elaboração política e teórica dentro do PT sobre o socialismo. O socialismo muitas vezes era doutrina. A estratégia era um objetivo que um dia alcançaríamos. Mas o taticismo acabou governando a vida do PT e estamos numa encruzilhada. Sem o PT não existe frente de esquerda e tem gente de esquerda fora do PT. O PT não pode ser hegemônico como foi em 2002, 2006 e 2010, nem pode ser descartado, como algumas posições minoritárias da esquerda acham. É um dilema. Porque nós temos militância, referência, história e uma liderança de massa. O nosso futuro exige radicalização e polarização para as eleições de 2018, e está amarrado à personalidade política do maior líder, que é o Lula. O Lula tem razão quando diz que o PT, de certa maneira, deu cidadania para a esquerda que veio da luta armada. E se a esquerda não tivesse entrado no PT, ela teria se tornado insignificante. E ela entrou questionando o PT por causa do tema do socialismo. E foi importante para o PT.

E você acha que esse questionamento está em pauta?

Eu acho que hoje o questionamento volta para a pauta, a discussão tem atualidade, a discussão da ruptura, a discussão dos valores socialistas, a discussão de contra a ordem, a discussão de enfrentar uma elite conservadora, tudo isso é atual. Porque a classe dominante brasileira se relaciona com a esquerda de duas maneiras, ou elimina ou coopta. Como é que foi em 1935? A esquerda foi riscada. E em 1945? A esquerda foi, de certa maneira, cooptada. Em 1964, a esquerda foi derrotada. O que está em jogo hoje é o PT não cair no isolamento, nem cair na cooptação. Vivi esse dilema no PT. Como militante político, quando era do PRC e da Alternativa Operário Popular, eu não tinha espaço, era chamado de radical, extremado. E, quando faço um movimento para discutir alianças, começo a atuar no Congresso, passo a ser, vamos dizer assim, admitido na ordem. Eu nunca me esqueço quando, certa vez, uma jornalista me disse: “olha, por enquanto no Jornal Nacional só aparece sua cara. Daqui a pouco você vai poder falar.”

Aí você passou a escrever no Estadão...

É, quando eu passei a escrever no Estadão foi o ápice. E quando eu fui candidato a governador, era tratado civilizadamente. Mas, quando fui para o segundo turno, a manchete do dia da eleição, da *Folha de São Paulo*,

foi “*De coroinha a guerrilheiro*”¹⁷. Os caras engoliram vinte e cinco anos de Parlamento. Já era o sinal.

Até o primeiro turno tudo bem...

Sim! “Você está no projeto do Lula, você não vai ser eleito”; tirou o Maluf, “ok! Mas o nosso candidato é o Alckmin e agora você não tem colher de chá”. E a partir do momento que eu me tornei presidente do PT, antes da crise de 2005, fui tratado como um elemento a ser destruído. Essa foi minha incompreensão, e faço uma autocrítica, que está presente na minha história, nessa relação com a discussão da esquerda, do socialismo. Quer dizer, só quando você é uma personalidade individual, é convidado para o banquete.

A última questão que eu queria colocar dentro dessa reflexão é a seguinte. Quando você ganha um governo, seja de um estado, do Brasil, e isso também aconteceu na prefeitura de São Paulo, a tendência é os quadros do Partido irem todos para o governo. Nós não tínhamos uma elaboração de que certos quadros não deveriam ir para governo, porque é tão importante estar no governo como estar no partido, porque a disputa pela hegemonia não pode ser feita só pelo governo, só pelo Estado. O Partido também tem que fazer isso, com certo nível de autonomia, de liberdade. Nós não tivemos essa experiência, não a elaboramos porque envolveria a discussão do Estado, do governo, do socialismo, do que é estratégico e o que é tático. Enquanto isso, o capitalismo fez uma construção teórica de retomar a ofensiva pós-queda do muro de Berlim. Temos que recuperar a iniciativa numa luta de contra-hegemonia. Nesse sentido, a discussão do socialismo é pertinente e atual.

Você estava tratando dessa temática política no socialismo, partido-Estado, e eu gostaria que comentasse também sobre as elaborações do PT sobre Economia. O que o socialismo petista elaborou em relação ao que deveria ser a economia socialista e o que almejavamos alcançar?

O que o PT elaborou de mais significativo foi para o programa, para a eleição de 1994, com a ideia de mercado interno de massa, com as experiências de democratização da gestão das estatais, com conselho de representantes. Quando democratizamos a gestão das estatais, nos opusemos ao conceito de agências, mas sucumbimos a isso. Veio o conceito de agências, autonomia

17. SCOLESE, E.; VICTOR, F; SÁ, X. De coroinha a guerrilheiro, Genoino flerta com militares. *Folha de São Paulo*. São Paulo, domingo, 27 de outubro de 2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41302.shtml>>. Acesso em 14 de agosto de 2018. (N.E.)

do Banco Central. Era a orientação ortodoxa da política econômica do primeiro mandato do governo do presidente Lula.

As experiências criativas se materializaram no âmbito local com o Orçamento Participativo, os conselhos. No governo Lula tivemos as Conferências, que foram importantes como um vínculo de participação popular, de participação política, mas não fizemos, por exemplo, uma política de democratização da relação do Estado com os movimentos. Nós executamos experiências administrativas, mas não discutimos, estrategicamente, o que seria isso, como fazer essa democratização. Acho que o próprio debate sobre o socialismo ficou, basicamente, no plano da doutrina, como referência doutrinária, e não incidiu no terreno prático.

No econômico, o momento em que poderia ter havido isso foi quando Paul Singer propôs a Economia Solidária. Mas, na gestão do governo federal, ficou como um programa, mas não um programa principal.

Um programa tangencial, não era uma das vertentes principais, porque, de certa maneira, houve a hegemonia da reestruturação econômica do capitalismo. O neoliberalismo produziu quatro grandes ondas conservadoras. Nós estamos na quarta. A primeira foi no fim dos anos 1980, com Thatcher e Reagan, quando foi criada uma governabilidade econômica mundial. A segunda onda foi marcada pelas privatizações e as agências. A terceira foi na crise de 2008, com a Crise do *subprime*. A quarta é a que estamos vivendo agora, que é a hegemonia do capital financeiro, do rentismo e das empresas transnacionais. Não criamos uma contraposição na discussão desse modelo econômico. Nós tiramos dinheiro do orçamento, distribuimos renda, melhoramos a vida das pessoas, aumentamos o consumo, mas não houve um enfrentamento a esta hegemonia rentista. Em dois momentos mexemos com esta vaca sagrada e nem imaginamos que estávamos fazendo algo tão, tão radical. Primeiro, quando Lula disse que a crise era uma marolinha e era preciso investir no consumo e usar os bancos públicos para isso, ele atirou nos caras. E foi a partir dali que eles pensaram: “esse aí não dá”. Ele é bem comportado, é civilizado, mas vai nos trair. E é interessante observar que, no fundo, no fundo, a classe dominante brasileira olhava o PT e pensava: um dia eles vão nos trair. Um dia eles vão nos dar a facada. Negócio de banco público, marolinha, o Brasil quase chegou ao pleno emprego. Aí foi o sinal. A segunda foi, mesmo com o julgamento do mensalão, a eleição do Haddad! Os caras disseram, no voto nós não derrubamos o PT. E aí deu no que deu.

E do ponto de vista econômico, mesmo sem fazer a ruptura – porque não reestatizamos nem nacionalizamos – nós fizemos um movimento de cerco, ou melhor, de ir pelas bordas.

Capitalização da empresa pública, investimento no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), fortalecimento dos bancos para diminuir a taxa de juros e uma aliança com o setor produtivo. Nós fizemos aliança com o setor produtivo e não com o sistema financeiro. E, aí sim, acho que a nossa grande contribuição no plano econômico foi que potencializamos o mercado interno brasileiro de maneira impressionante, agricultura familiar, micro e pequena empresa, Simples Nacional, ou seja, desburocratizamos o processo. Foi impressionante. Foi uma experiência de democratização na economia. Mas não fizemos a disputa política do significado disso.

Nesse debate sobre o socialismo, há outra questão que reavalio, é preciso sair da visão economicista do socialismo e incorporar uma visão que discuta o socialismo no simbólico, na subjetividade, nas mentes e corações, na nova maneira de ser das pessoas. A crise que vivemos hoje no mundo não é só uma crise econômica de modelo, é uma crise da vida. Como é que vai ser a nossa vida nesse mundo selvagem, de fascismo, intolerância, violência, terrorismo? Temos que recolocar a discussão do socialismo numa nova visão de vida, de valores. Essa visão economicista não dá conta da disputa de hegemonia.

Você propõe ampliar a disputa incluindo temas não econômicos?

Sim. Você tem que enfrentar isso numa discussão que não é só econômica. Por exemplo, nós perdemos o debate da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) porque não o fizemos pelo princípio da solidariedade, da justiça social e da qualidade de vida das pessoas. Fizemos um debate de racionalidade econômica e não para fiscalizar os bancos, para ter mais renda. É preciso fazer o debate sobre qualidade de vida e solidariedade. O mesmo ocorreu, em um primeiro momento, com o debate sobre o Bolsa Família, que era estratégico e essencial. Num primeiro momento a direita veio com a ofensiva: Bolsa eletrodoméstico, bolsa não sei o quê, bolsa preguiça...

A luta pelo socialismo exige que se escolha trincheiras de onde você diga que não fará uma série de coisas e não abre mão disso. Se não fizermos assim, a hegemonia neoliberal é tão agressiva, tão violenta, que ela vai no imaginário, vai no dinheiro, vai na prosperidade. Vai na idéia da gestão, do tecnicismo, do individualismo, e nos aprisiona. A qualidade da discussão do socialismo é sobre o modelo de sociedade, de país, de humanidade, de vida. Essa é que é a questão. Muito mais do que uma medida econômica, produtiva. Claro que você tem que pegar os bancos e dizer que a lucratividade dos bancos é um escândalo. Mas você vai pelo lado da política, e eu acho que os economistas do PT cometeram um equívoco sobre o debate

do socialismo, porque a política não pode ficar prisioneira da economia. A política tem que dirigir a economia. Assim como tem que dirigir a gestão. Caso contrário, você aniquila a política.

Eu também acho que à diferença daquilo que falou o assessor de Bill Clinton, James Carville, “É a economia, estúpido!” , nós deveríamos dizer “É a política, estúpido!”. Mas aí a gente tem um problema complexo em relação ao conceito de correlação de forças, porque muitas vezes você ficava justificando que a correlação de forças não permite determinado debate, mas ela também se constrói. Então, como saímos dessa?

Primeiro, eu faço uma distinção entre enfrentamento e afrontamento. O enfrentamento é uma linha mais radical, quando você vai de frente. O afrontamento, você afronta, você cerca, você faz movimentos impeditivos, você mostra que tem prejuízo.

Segundo, sem cair no isolamento, é preciso fazer uma resistência isolacionista, você tem que fazer uma disputa e não ter medo da radicalização quando você é governo. Por exemplo, penso que é possível, quando se é governo, criar instrumentos de diálogos ativos e altivos com forças sociais de onde viemos. Uma vez em Brasília, eu me senti como se estivesse conversando com o “museu do poder”. Quer dizer, eu olhei para o setor militar urbano e disse, eu fiquei preso ali, olhei para o Congresso e disse, fiz obstrução no Congresso. De uma hora para outra, eu olhava no Planalto, e eu estava no poder. No museu do poder.

Você não pode assumir a condição de classe dominante porque está governando. É preciso saber equilibrar tudo isso e fazer um movimento para criar uma correlação de forças favorável. Nós subestimamos, no caso do Brasil, a diferença essencial entre frente e aliança. Desprezamos frente e fizemos apenas aliança. E como a nossa experiência é de partido, e o PT se impôs como grande partido – ora de esquerda, ora de centro-esquerda – esse grande partido acabou fazendo aliança com os partidos à direita, e não construímos um núcleo de frente estratégica para criar uma correlação de forças mais favorável. Porque correlação de forças você cria.

Durante o governo, em algumas questões, a gente tinha que ter pagado para ver, sem fazer a ruptura no sentido estratégico. Um exemplo disso é o sistema político, porque isso tinha a ver com o debate interno no PT, de reforma interna. Tínhamos que ter pagado para ver no debate sobre os meios de comunicação. Na Constituinte, nós pagamos para ver. É preciso estabelecer certos limites. A esquerda hoje tem que fazer isso. Na minha experiência política, em alguns momentos estabeleci limites de como fazer

a disputa política na Câmara ou na presidência do PT. “Posso, inclusive, ser derrotado, mas eu quero experimentar.”

Porque isso é luta de classe. E a luta de classes não é apenas uma relação econômica. Ela é uma relação subjetiva, simbólica de projetos, de valores. Esse é um problema que a esquerda tem que discutir no debate sobre o socialismo. Porque, no fundo, eu gostaria de colocar na balança. Está aqui o capitalismo: há quantos séculos ele está aqui? Vocês mataram mais gente, vocês fizeram isso, isso e aquilo. Eu topo discutir o socialismo, vamos botar na balança. Quer dizer, ou fazemos esse debate com altivez, com ousadia, ou, então, entramos nele derrotados. Mas parece que queremos buscar a unanimidade, criamos uma concepção de buscar a unanimidade no Brasil. Mas a esquerda deve buscar a polarização. Eu vivi isso. Eu gostava da unanimidade, gostava de ser paparicado, gostava de ser endeusado. Mas aquilo ali era um engano. Na hora que os caras viram que precisavam sangrar, eles não pensaram duas vezes. Sangraram! Porque o que está em jogo é projeto, e você está a serviço desse projeto que é nosso inimigo. Esse é o problema da nossa formação política.

E aqui um parêntese: a formação política no PT tem que sofrer uma espécie de redefinição de objetivos. Porque a nossa militância precisa encarar novamente o que é ser de esquerda, o que é ser socialista, o que é ser militante. Não é ser aplaudido. Às vezes é melhor você não ser aplaudido. Mas como gostamos de aplauso!

No início do PT há um debate grande sobre a relação entre raça e classe, gênero e classe, não é? Entendia-se que o fim da opressão definiria o fim dessas opressões todas e o PT foi se envolvendo com as lutas do movimento negro, com as questões de gênero. Do seu ponto de vista, como o socialismo petista se relaciona com essa discussão?

Eu saí do PCdoB com uma formação de esquerda ortodoxa, direcionada, com muito centralismo democrático. E, ao sair do PCdoB, tive a oportunidade de discutir vários temas, como direito de opinião, direito de facção, avaliação da própria guerrilha, a discussão que a gente fez sobre se abrir para novos fenômenos que estavam surgindo. Tivemos, no PRC, uma elaboração teórica com uma tendência libertária.

Então, até pela releitura que o PRC fazia do Lênin, do Lukács, do Gramsci, entramos nesses temas. Tanto é que, na Constituinte, tratei dos temas de orientação sexual, do direito da mulher de interromper a gravidez, do Direito Autoral. Discuti o direito autoral como um direito individual inalienável. O que você cria com a sua mente, com a sua sensibilidade

de, com o seu coração, é intransferível, não tem dinheiro que compre. Pode virar patrimônio da humanidade, sim, mas não do capital. Por exemplo, não se vende a obra de domínio público. Ninguém pode ter posse dela e está acima da relação capital e trabalho, do contrato. Apresentei, também, a descriminalização da maconha. Eu discuti esses temas. Interessante é que fiz dois discursos no meu mandato parlamentar, antes da Constituinte, que repercutiram por essa visão heterodoxa. Um foi no centenário da morte do Marx: “Marx Vive”. Meu primeiro discurso chamou “Marx Vive”! O segundo discurso foi em homenagem a Raul Seixas, quando da morte dele. Comecei a trabalhar com esses temas e entrei em contato com esses movimentos. Na Constituinte, esses movimentos tiveram grande importância, porque era preciso só trinta mil assinaturas. Aliás, uma das propostas que fizemos na Constituinte foi que com trinta mil assinaturas o cidadão poderia propor uma emenda constitucional e um projeto de lei. Estávamos na linha da radicalidade. O direito de desobediência civil.

Seriam dois parâmetros?

Eu fui professor de cursinho, entrei em contato com uma geração que não conhecia, a geração do AI-5. No PT, trabalhei durante um bom tempo com o movimento de mulheres do PT. Por exemplo, já participava das passeatas LGBT, quando eram reprimidas aqui em São Paulo. Inclusive na campanha da Marta, em 2000, a oposição fez um cartaz comigo, com a Marta e uma *drag queen*, com os dizeres “Não queremos eles aqui”. Porque eu trabalhava com esses temas. Na Constituinte eu trabalhava com esses temas. Eu dizia o seguinte: é radical o direito à comida, o direito ao emprego, mas é radical também o direito de a mulher interromper a gravidez, o direito de combater o preconceito e tratar o racismo como um crime contra a humanidade. Participei desses debates e também fui muito influenciado positivamente pela visão democrática radical do José Paulo Bisol. Ele era o relator da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher¹⁸. E sua - participei muito dessa comissão - era democrática radical, libertária na questão dos direitos e garantias com esses temas.

Fiz algumas campanhas eleitorais com a participação de pessoas muito simbólicas. Por exemplo, numa das minhas campanhas o Belchior participou. Aliás, lancei o livro da minha filha Miruna lá no Centro Cultural Belchior. Numa

18. É possível consultar o projeto, emendas e tramitações da Comissão através do site da Câmara dos Deputados: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/Comissao-1/comissao-da-soberania-e-dos-direitos-e-garantias. Acesso em 22 de agosto de 2018. (N.E.)

das campanhas, Ângela Ro Ro topou vir para cá e fizemos um evento numa boate gay. Quando o Fernando Gabeira era estigmatizado, ele também participou de uma das minhas campanhas. Eu até defendi que Gabeira fosse o vice do Lula, a disputa era entre o Osmarino Amâncio, o Gabeira e o Bisol. Foi uma discussão razoável. Incorporei esses temas e penso que devo isso em grande parte à compreensão da elaboração que fizemos no PRC, depois veio a Nova Esquerda, a Democracia Radical, que incorporaram esses temas com muita facilidade.

Como isso está posto hoje?

Qual o problema central que os socialistas enfrentam hoje? O viés da identidade não pode ficar acima do viés da universalidade da luta e do confronto político. Temos que buscar a plataforma identitária com a plataforma valorativa e com a plataforma social. Isso, de certa maneira, aconteceu quando o PT virou governo, ele pegou uma vertente positiva que é a pluralidade, a especificidade, mas, quando isso virou uma maneira de o PT se relacionar com o governo, por meio das secretarias, esses movimentos setoriais foram transformados em correias para chegar lá. Perdemos o vigor da universalidade. É um equívoco não colocar isso na agenda do socialismo, é um diálogo que tem que ser feito hoje. Com a juventude, com as mulheres, com o movimento negro. Com todos. E se criou um discurso totalmente equivocado, tipo “Nós temos que tolerar a diferença”. Que tolerar a diferença?! Você convive com a diferença. Você não vai tolerar a diferença, você convive com ela. Você tem que conviver com a diferença.

Agora, é curioso porque na campanha eleitoral de 2010 a tática eleitoral da candidatura do Serra introduziu de maneira violenta o tema do aborto e provocou uma direitização de todo o cenário político, inclusive da campanha da Dilma, que recuou no tema. Ficou uma postura acuada, e isso partindo do José Serra e da mulher dele que, em tese, são duas pessoas progressistas. Ela, inclusive, como professora, comentou com as alunas sobre o aborto que tinha feito.

Fizeram isso para ganhar a opinião pública...

Havia um ambiente que permitia manipular e, aí, um candidato, vamos dizer, progressista, do PSDB, fez campanha pela extrema direita, e a nossa candidata ficou na total defensiva.

Você tem razão. Houve dois momentos em que o Brasil mostrou sua cara. E, ao mostrar sua cara, a elite se apavorou e a classe média entrou em estresse.

Um foi na Constituinte. Quilombolas, mulheres, negros, indígenas, educação, saúde... O segundo momento foi com o governo Lula, principalmente no segundo mandato, com as conferências, cotas e tal. E todas as vezes que o Brasil mostra a sua cara, e nesse sentido o Jessé Souza no livro *A Elite do Atraso* tem razão, mostra a ferida da escravidão e tudo que vem em decorrência dela. E se você tiver uma atitude defensiva, quando vem a onda fica prisioneiro do conservadorismo. Para mim, isso aconteceu com as drogas, inclusive a demissão do Abramovich. Não morro de amores pelas posições políticas dele, mas acho que foi um equívoco. Porque a própria lei antidroga é fruto de uma convenção internacional para criminalizar. A esquerda não pode vacilar em determinados temas. Você tem que saber como enfrentar. Por exemplo, está aí a questão do enfrentamento com a bancada evangélica, não adianta recuar, ela vem.

Tínhamos que relacionar essa temática na disputa política contra-hegemônica. Porque hoje eu concordo com o Boaventura de Souza Santos, há um fascismo no tecido social. O fascismo penetrou no tecido social de maneira muito profunda, como o *apartheid* social tradicional e os novos *apartheids* sociais que estão sendo fermentados. Temos que fazer uma ofensiva para combater isso, e só se combate no plano das idéias, do simbólico, ou então não tem caminho.

Mas criamos uma lógica da supremacia do *marketing* sobre a política. Quando o *marketing* predomina sobre a política se faz uma avaliação não da correlação de forças, mas da percepção daquele momento. Se você quer mudar a sociedade e navegar contra a maré, tem que ir contra a corrente. Se uma pesquisa indica isso e você se amolda, se domestica e se acomoda àquela sensibilidade que o *marketing* acaba produzindo e substituindo a política. A política foi violentada pelo *marketing*, pela tecnoburocracia, pelos gestores, pelo Judiciário, pelos órgãos de controle e, agora, pelo direito penal da Justiça.

E pela mídia...

A mídia transforma a política em estética. Ela cria a estética da política. Quando a estética domina a política, a forma domina o conteúdo. Isso é mortal para a esquerda. E, de certa maneira, fomos capturados por essa lógica da estética sobre a política. Capturados no sentido de sermos violentados, de sermos refém dessa lógica.

É uma disputa contra-hegemônica...

É uma disputa contra-hegemônica. Se não fizermos essa disputa caímos no niilismo, no criticismo, no individualismo, no pessimismo, e vamos cuidar da vida. O que não é um bom caminho.

E hoje estamos com dificuldade para garantir uma bancada razoável. Quer dizer, há uma contaminação do eleitor contra a política.

Claro.

Como você sugere que podemos entrar ainda nesse campo de que a democracia por meio do voto direto é um dos caminhos?

É um dos caminhos. Não é só do voto, não é só da representação.

Como que você vai conquistar aquele eleitor, que não é um eleitor das esquerdas e do PT, de que o nosso projeto é melhor do que o do capitalista, do fascista, do autoritário. Como você acredita que podemos, sem abrir mão das nossas bandeiras e das questões do socialismo, fazer essa disputa na sociedade e com a sociedade? Como recuperamos o poder de fogo que os parlamentares da esquerda tiveram na Constituinte?

Primeiro, tem que ter o poder de fogo, não é? Nós estamos um pouco sem poder de fogo. Nós temos que mostrar a cara, fazer o afrontamento, e eu prefiro usar esta palavra, na disputa política. Segundo, acho que uma hegemonia como esta, que acontece no Brasil e no mundo, não resolvemos apenas pelo nosso lado. O povo tem de fazer a sua própria experiência. Lamentavelmente, o povo vai sofrer, vai sentir muito, mas vai ter de viver uma experiência concreta. O povo italiano viveu a experiência concreta do fascismo. O povo alemão viveu o nazismo. O povo espanhol viveu o franquismo. Nós estamos entrando num período em que o povo pode viver momentos dramáticos.

Concordo com a Cristina Kirchner, não podemos ser indulgentes com o povo. Eu acho que ela está correta. Muitas vezes a esquerda se penitencia e se culpa porque o povo não a segue, como se ela fosse culpada pelas escolhas que o povo faz. Primeiro, o socialismo é essencialmente laico, porque é essencialmente humano. Ele é profano, politizado. Nós temos que combater esta visão indulgente, de culpa e de penitência. Como se fôssemos culpados e nos penitenciariamos pelos pecados dos pecadores, que é uma vinculação com a tradição judaico-cristã.

E você tem razão numa coisa, as idéias só se transformam em força material, em força contra-hegemônica, quando elas mexem com instinto, sensibilidade, consciência, modos de vida. As idéias se legitimam num conjunto de gestos, de símbolos. Por exemplo, 1968 foi o auge dos movimentos, vamos chamar assim, considerando o movimento estudantil; revoluções; Vietnã; Revolução Cubana, as idéias mexiam com o instinto, com o modo de vida, com

a estética. A esquerda tem que resgatar uma visão das ideias transformadoras para discutir a contra-hegemonia. E ela tem que se unir, tem que sair da mesmice e ir para uma visão mais sofisticada, mais elaborada, de como fazer as disputas. Por exemplo, eu acho que se o movimento sindical não ampliar a agenda para discutir política no chão da fábrica, essa ofensiva do capitalismo o arrebenta, porque eles mexem com contrato coletivo, com demissão, banco de horas. Então o cara vai discutir o quê? É preciso fazer uma discussão mais ampla, uma visão mais cidadã.

Hoje, temos que enfrentar esses temas da violência, da pena de morte, da segurança, da idade penal. Por exemplo, houve uma época no PT com certa vinculação, positiva politicamente, mas contraditória, com as religiões. E eu acho que, particularmente com algumas vertentes neopentecostais, tivemos uma relação atrasada com a população na periferia e em certos lugares. Não estou defendendo uma posição antirreligião, eu estou defendendo que não nos submetamos a isso. A outra questão é a de criar certos instrumentos - é uma coisa nova que eu estou pensando muito hoje, das leituras que estou fazendo, principalmente de Spinoza, é como misturar a micro com a macropolítica. Você tem que estabelecer um elo entre as duas dimensões. Porque a política tem que dar espaço para as pessoas discutirem a vida delas, o modo de vida, o bem estar. O bem estar que eu digo não é o bem estar do mercado, da roupa, do dinheiro, é o bem estar da cabeça, da alma, do corpo. É um pouco o conceito de corpo e mente do Spinoza, que é uma heterodoxia. Eu descobri os escritos do Marx sobre Spinoza. Eu tenho uma grande amiga, que é especialista em Spinoza. Ela faz a leitura do Spinoza com base em Deleuze e Guattari. Temos que recolocar uma discussão com as pessoas de nossa área de influência. Sofremos uma grande derrota, mas há milhares de militantes querendo se reunir, querendo discutir.

As pessoas não estão derrotadas, propriamente...

Exatamente. As pessoas não estão derrotadas, não estão liquidadas. Você não pode dizer que não há caminhos. Disso resulta que é fundamental o papel da esquerda neste momento. O PT precisa ter papel protagonista nisso e reconhecer que há esquerda além dele, fazer um diálogo positivo com esses grupos. Reaglutinar a intelectualidade. Enfim, temos que buscar várias formas de como fazer uma resistência ativa e altiva.

Sem negar a análise que você está fazendo sobre a extrema direita e o povo, isso não é propriamente novo. Por exemplo, há a força da candidatura do Maluf nos anos 1980 e da “ROTA na rua”. A tropa Rondas Ostensivas Tobias Aguiar, co-

nhecida como ROTA, reprimindo pobre e o pobre votando no Maluf para que o ele colocasse a ROTA para reprimir o povo, e há outros casos.

Eu acho que nós tivemos uma oportunidade de dialogar com os pobres no Brasil, que foi no governo Lula por causa dos programas sociais e da figura dele. O governo Lula dialogou com a população pobre.

Enfim, nós estamos diante de muitos desafios e perspectivas. Eu sou otimista. Acho que a análise, repetindo o óbvio do Gramsci, é realista e pessimista, mas a vontade não pode ser. Temos material para reconstruir, recolocar esse caminho da esquerda, que passa pelo PT. O erro de algumas correntes da esquerda é achar que pode se viabilizar derrotando o PT. É inviável. O PT não pode ser hegemônico como foi, mas também não pode aceitar ser vetado. Temos que criar um diálogo positivo em relação a esse enfrentamento. Por exemplo, uma coisa que poderia ajudar esse enfrentamento é se o PT sugerisse, embora não sem pretender liderar, uma espécie de grande reunião de personalidades, movimentos, frentes, sindicatos para estabelecer uma plataforma mínima de unidade.

Tem a Frente Brasil Popular...

Mas tem que ser maior do que a Frente Brasil Popular, tem que ser maior do que o Povo sem Medo. Tem que ser uma coisa grande, com personalidades, com sindicatos. Cento e tantos intelectuais, duzentos e tantos militantes, parlamentares. Vamos nos comprometer com a radicalização da democracia e pela soberania nacional. Nenhum direito a menos. Temos que criar um referencial político, porque as pessoas estão sem referencial político. E, no vazio, o que é que vem? A gente sabe essa história, vem o resquício do que é de mais antigo.

O PT DEBATE
O SOCIALISMO

1º ENCONTRO NACIONAL DO PT – 1981¹

RUMO AO SOCIALISMO DEMOCRÁTICO²

Há muita gente que pergunta: qual é a ideologia do PT? O que pensa o PT sobre a sociedade futura? Aqueles que colocam tais perguntas avançam, ao mesmo tempo, as suas próprias interpretações, que visam, em alguns casos, criticar o Partido. Não seria o PT apenas um partido trabalhista a mais? Não seria o PT apenas um partido social-democrata, interessado em buscar paliativos para as desigualdades do capitalismo? Sabemos de onde vêm essas dúvidas e essas interpretações. E sabemos disto até porque são compartilhadas por alguns militantes do próprio Partido, que construíram, para si, a teoria estranha de que o PT é uma frente ou um partido apenas tático.

1. O 1º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores ocorreu entre 8 e 9 de agosto de 1981, na Assembleia Legislativa de São Paulo-SP. Na ocasião, foi eleito o 1º Diretório Nacional presidido por Luiz Inácio Lula da Silva. Foram aprovadas as resoluções *Desemprego*; *Eleições*; *Regimento Interno*. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

2. Este texto compõe o *Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva* proferido na 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizada em 27 de setembro de 1981, em Brasília-DF. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

O que importa aqui observar é que essas questões só servem para expressar a desconfiança em relação à capacidade política dos trabalhadores brasileiros em definirem o seu próprio caminho. São dúvidas de quem exige, desde já, uma receita da sociedade futura; são dúvidas de quem oferece o prato feito que os trabalhadores deveriam comer. São dúvidas de quem está longe das tarefas concretas das lutas populares, de quem não aprendeu ainda a conviver com o povo, muito menos a sentir o que o povo sente.

Nós, do PT, sabemos que o mundo caminha para o socialismo. Os trabalhadores que tomaram a iniciativa histórica de propor a criação do PT já sabiam disto muito antes de terem sequer a ideia da necessidade do Partido. E, por isso, sabemos também que é falso dizer que os trabalhadores, em sua espontaneidade, não são capazes de passar ao plano da luta dos partidos, devendo limitar-se às simples reivindicações econômicas. Do mesmo modo, sabemos que é falso dizer que os trabalhadores brasileiros, deixados à sua própria sorte, se desviarão do rumo de uma sociedade justa, livre e igualitária. Os trabalhadores são os maiores explorados da sociedade atual. Por isso sentimos na própria carne e queremos, com todas as forças, uma sociedade que, como diz o nosso programa, terá que ser uma sociedade sem exploradores. Que sociedade é esta senão uma sociedade socialista?

Mas o problema não é apenas este. Não basta alguém dizer que quer o socialismo. A grande pergunta é: qual socialismo? Estamos, por acaso, obrigados a rezar pela cartilha do primeiro teórico socialista que nos bate à porta? Estamos, por acaso, obrigados a seguir este ou aquele modelo, adotado neste ou naquele país? Nós, do Partido dos Trabalhadores, queremos manter as melhores relações de amizade com todos os partidos que, no mundo, lutam pela democracia e pelo socialismo. Este tem sido o critério que orienta e continuará orientando os nossos contatos internacionais. Um critério de independência política, plenamente compreendido em todos os países por onde andamos, que devemos aqui declarar em respeito à verdade e como homenagem a todos os partidos amigos. Vamos continuar, com inteira independência, resolvendo os nossos problemas à nossa maneira.

Sabemos que caminhamos para o socialismo, para o tipo de socialismo que nos convém. Sabemos que não nos convém, nem está em nosso horizonte, adotar a ideia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema econômico se encontra. Sabemos, também, que não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático, que atende mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados que aos trabalhadores e ao povo.

O socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica glo-

bal a todas as aspirações concretas que o PT seja capaz de enfrentar. Seria muito fácil, aqui sentados comodamente, no recinto do Senado da República, nos decidirmos por uma definição ou por outra. Seria muito fácil e muito errado. O socialismo que nós queremos não nascerá de um decreto, nem nosso, nem de ninguém.

O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT. O socialismo que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.

2º ENCONTRO NACIONAL DO PT - 1982³

SÓ O SOCIALISMO RESOLVERÁ DE VEZ O NOSSO PROBLEMA⁴

Desde sua fundação, o PT afirmou o compromisso com a construção de uma sociedade sem explorados. Isto é, o seu compromisso com a construção de um Brasil socialista. E isto porque, tendo nascido da luta dos trabalhadores, o PT, desde o início, percebeu que os meios de produção deveriam ser de propriedade social, servindo não aos interesses individuais de um ou outro proprietário. Queremos uma sociedade em que os homens sejam valorizados e onde nenhum homem possa ter o direito de explorar o trabalho de outro. Uma sociedade em que cada um e todos possam ter iguais oportunidades para realizar suas potencialidades e aspirações.

3. O 2º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores ocorreu nos dias 27 e 28 de março no Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo-SP. As resoluções aprovadas neste encontro são *Plataforma Eleitoral do PT: “Trabalho, terra e liberdade”* e a *Carta Eleitoral do PT*. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

4. *Só o socialismo resolverá de vez nosso problema* é um item de discussão da resolução *Plataforma Nacional Eleitoral “Trabalho, terra e liberdade”* aprovada no 2º Encontro Nacional do PT. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

As medidas que apresentamos acima não são suficientes, ainda, para que o nosso povo se [desenvolva] nesse sentido e [evolua], assim, para um estágio superior de civilização. Mas são, sem dúvida, um primeiro e importante passo para o socialismo que queremos.

As relações de amizade que o Brasil deve ter com os povos que lutam pela democracia e pelo socialismo não significam, entretanto, que possamos importar de qualquer um desses países uma fórmula pronta de socialismo. Nosso socialismo será definido por todo o povo. Não nascerá de decretos, nem nossos, nem de ninguém. Irá se definindo nas lutas do dia-a-dia e será sinônimo de emancipação dos trabalhadores e de todos os oprimidos.

Nossa vez, nossa voz: quem decide somos nós!

O PT veio para mudar o Brasil. Começamos já. Onde o PT ganhar prefeituras ou governos estaduais, esse postos serão colocados a serviço da mobilização e organização das classes trabalhadoras. À frente dos cargos executivos, o PT buscará, desde já, criar condições para a participação popular organizada e autônoma, com poder de decisão na sua atuação política e administrativa. Para isso, recorrerá a plebiscitos, assembleias populares, conselhos de moradores e trabalhadores e outras formas que o movimento popular encontre.

3º ENCONTRO NACIONAL DO PT - 1984⁵

TESES POLÍTICAS⁶

PODER E GOVERNO: A PROPOSTA DO PT

Na atual conjuntura, o PT luta pelo fim do Regime Militar no Brasil. Por isso quer eleições livres e diretas e luta pela chegada dos trabalhadores aos governos municipais, estaduais e nacional. No entanto, a conquista desses governos – que é necessária – não significa, por si só, a tomada do poder pelos trabalhadores.

O PT não seria um partido político se não almejasse o poder. Também não seria um partido político se limitasse suas atividades apenas ao plano da denúncia, da crítica e da reivindicação, recusando-se a pensar na sua possibi-

5. O 3º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores ocorreu de 6 a 8 de abril no Pampas Palace Hotel, em São Bernardo do Campo/SP. Ao todo constam seis documentos que integram as resoluções: *Finanças; Fundação Wilson Pinheiro; Moções; Nota à imprensa; Regimento Interno e Teses para atuação do PT*. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

6. *Teses políticas* é um item de discussão que compõe a resolução *Teses para atuação do PT*. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

lidade de ser governo e, ainda mais, em conquistar o poder. Chegar ao poder significará, para os trabalhadores, ter acesso a condições e meios para ajudar as transformações econômicas, sociais e políticas desejadas pelos trabalhadores e pela maioria da população.

Para transformar a sociedade, não basta tomar o poder do Estado. Para nós, o poder não apenas se toma, mas também se constrói. O PT confia na possibilidade de construir o poder a partir das bases da sociedade, dos movimentos populares, dos sindicatos e de outras formas de organização dos explorados – como, por exemplo, a criação de conselhos populares – e desenvolver esse poder com uma política de crescimento, de acumulação de forças e de construção de uma alternativa popular. A democracia que interessa aos trabalhadores não se esgota nas instituições, mas se articula com formas diretas e massivas de participação popular.

Essa participação deve conduzir a uma sociedade sem explorados nem exploradores, e sem a divisão entre governados e governantes. A nossa luta é pela construção do socialismo.

Sabemos, porém, que a oportunidade da tomada do poder ainda não está colocada de forma imediata e consciente para a totalidade dos trabalhadores, mas, em face da crise que vivemos, cabe ao PT fortalecer a capacidade de atuação política dos trabalhadores, buscando alterar a correlação de forças em seu favor. Isso implica, portanto, que devemos, neste momento, formular a nossa alternativa de governo para o País, tendo em conta que, antes de mais nada, os governos que conquistarmos deverão servir de ponto de apoio para a luta contra o Regime Militar.

Já não basta, por exemplo, a denúncia do desemprego; devemos dizer aos trabalhadores quais as nossas propostas para resolver o problema e criar empregos. Embora também seja indispensável, não basta, apenas, a apresentação de reivindicações aos governos que aí estão estabelecidos; precisamos nos preparar para o dia em que sejamos capazes de, como governo, atender nossas reivindicações como trabalhadores. Já não basta falar dos problemas vividos pelos trabalhadores, como se a solução só devesse vir num futuro muito remoto.

Precisamos nos preparar para mostrar que existem coisas que se pode fazer imediatamente em benefício do povo e que só não são feitas quando os governos não representam, de fato, os interesses dos trabalhadores.

ENCONTRO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO – 1985⁷

PLANO DE AÇÃO POLÍTICA E PLATAFORMA DE LUTAS⁸

Num momento em que a Aliança Democrática tenta consolidar sua hegemonia de classes através da adesão dos trabalhadores a um pacto social e através da participação do PT na transição conservadora, é fundamental que o Partido preserve sua independência política. Primeiro, porque o PT nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e partidos comprometidos com a atual ordem econômica, social e política. Segundo, porque a recusa à dominação burguesa se expressa também pela organização dos movimentos sociais e suas lutas e por sua autonomia em relação ao Estado. Depois, porque nossa atuação no Parlamento e nas instituições tem como objetivo utilizar essas tribunas e espaços a serviço da

7. O Encontro Nacional Extraordinário ocorreu nos dias 12 e 13 de janeiro em Diadema/SP. Possui duas resoluções: *Contra o continuísmo e o Pacto Social e Moções*. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH. (N.E.)

8. *Plano de Ação Política e Plataforma de Lutas* é um item de discussão da resolução *Contra o continuísmo e o Pacto Social*. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

luta pela ampliação da margem de liberdade política e pela conquista de reivindicações econômico-sociais, sempre postas em função do acúmulo de forças dos trabalhadores, tendo em vista conquistar o poder e o socialismo.

Por isso, não se trata de simplesmente canalizar as lutas para o Parlamento, nem tampouco de acreditar que a conquista de interesses sociais e políticos dos trabalhadores venha das elites dominantes. É isso o que nos ensina o manifesto da fundação do PT, que resgatamos neste momento, já que é preciso ter claro, no atual processo sucessório, quando tantos falam em democratizar o País, “que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas mãos dos trabalhadores ou não virá”.

Esta postura de independência de classe e de recusa à dominação ideológica da burguesia tem se manifestado em vários momentos da história do PT: o repúdio às propostas de fusão; a negativa de ceder à chantagem do voto útil; a não-integração nos governos ditos de oposição eleitos em 1982. Coerente com esta orientação, devemos estabelecer uma linha política e um plano de ação que conduzam à construção de uma alternativa democrática e popular capaz de se opor ao pacto das elites. A concepção desta política deve apoiar-se em pontos essenciais:

- reafirmação da plataforma de dez pontos do PT, tirada no [3º] Encontro Nacional, de abril/1984;

- estabelecimento de pontos centrais e prioritários de lutas de interesse dos trabalhadores, a serem exigidos e conquistados como medidas imediatas do próximo governo;

- a continuidade da luta por mudanças econômico-sociais, pela democracia e por eleições livres e diretas, juntamente com todos os setores sociais, forças democráticas, partidos e segmentos de partidos políticos que se dispuserem a lutar contra a transição conservadora e o pacto social. Esta política de alianças não se confunde com uma política de adesão, fusão ou subordinação aos interesses da burguesia;

- organização, crescimento e consolidação do PT no plano nacional, estadual e municipal. Nesse sentido, reafirmamos a política de organização, formação política e finanças aprovada no Encontro Nacional de abril de 1984.

É preciso que o Partido, imediatamente, organize campanha de mobilização e propaganda pela Assembleia Constituinte Livre, Soberana e Democrática e por eleições livres e diretas em todos os níveis, principalmente nas capitais dos estados e nos municípios considerados áreas de segurança nacional, além da defesa da devolução da representação política para o Distrito Federal.

Para tanto, os Diretórios Regionais, Municipais, Zonais e Distritais devem organizar planos de ação no Partido para:

1) promover o lançamento destas campanhas através de comícios, panfletagens, propaganda e debates;

2) organizar inteiramente no PT e para os movimentos sociais material de educação política e esclarecimento sobre o que é uma Constituinte, seu caráter, a proposta do PT, através de textos, cartilhas, cartazes etc., com métodos e linguagem acessíveis a todos os trabalhadores;

3) articular com outras forças políticas e sociais, mantida a nossa identidade e as características da proposta petista, comitês e outras formas de organização suprapartidária, para ampliar e massificar as campanhas.

O Diretório Nacional e a Executiva, junto à bancada [federal], encaminharão a apresentação de projetos de leis e o apoio organizado aos que já existem, no sentido de criar condições para que a Constituinte seja democrática, soberana e livre.

Grupos de Trabalho devem ser [constituídos], em nível de Executiva Nacional, para assessorar o PT com relação à Constituinte.

O Diretório Nacional e a Executiva coordenarão a campanha em nível nacional, produzindo material de propaganda, um plano de viagem dos parlamentares e dos dirigentes partidários, coordenando em nível nacional as campanhas, principalmente para prefeitos das capitais.

Por fim, o Diretório Nacional do Partido procurará outras forças políticas para expor nossa proposta e articular formas conjuntas de luta pela Assembleia Constituinte Livre, Soberana e Democrática e eleições livres e diretas em todos os níveis.

As questões de organização constituem uma questão política vital para o Partido: trata-se de reafirmar, neste momento, a prioridade para as tarefas de construção partidária independente dos trabalhadores. Só o PT reúne, hoje, as condições – e se mantém firme neste propósito – de fazer frente ao continuísmo do regime, na defesa intransigente dos interesses da classe trabalhadora. Nesta tarefa de reafirmação e construção do PT, a organização dos núcleos, sua multiplicação e fortalecimento devem merecer todo o nosso empenho.

Este crescimento do PT, porém, só será possível com a definição de políticas para as lutas do movimento popular e sindical, no campo, nas fábricas, nas escolas, nas praças. Neste sentido é que continuamos comprometidos com a construção de um amplo partido de massas, democrático e de lutas – um dos instrumentos das massas populares para transformar o Brasil numa sociedade socialista.

No entanto, para que este Partido se consolide e se desenvolva é preciso resolver, em nível nacional, alguns graves problemas, que têm impossibilitado seu crescimento e a unificação de sua atuação política.

4º ENCONTRO NACIONAL DO PT - 1986⁹

PERSPECTIVAS DE TRANSFORMAÇÕES NA DIREÇÃO DO SOCIALISMO¹⁰

A projeção dos delineamentos gerais de uma futura sociedade socialista no Brasil, tanto quanto do processo de transformações para se chegar a ela, exige o concurso de três vertentes de conhecimentos, que precisam ser adequadamente combinadas e articuladas: o estudo sistemático, objetivo e aprofundado da realidade concreta do Brasil, nas suas dimensões histórica, social, econômica, cultural, política e institucional; a teorização da prática social dos movimentos sociais brasileiros, notadamente o popular, o sindical e o político-partidário, fonte indispensável para a apreensão concreta do que e do

9. O 4º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores ocorreu de 30 de maio a 1º de junho de 1986, no Hotel Danúbio, em São Paulo-SP. As resoluções aprovadas nesse encontro foram *Linha Sindical do PT, Documento Eleitoral Básico, Plano de ação política e organizativa do PT para o período de 1986/87/88, Recursos Eleitorais e Constituinte e Moções*. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

10. *Perspectivas de Transformações na direção do socialismo* é um item da resolução *Plano de ação política e organizativa do Partido dos Trabalhadores para o período 1986/87/88*. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

como fazer histórico cotidiano nas condições brasileiras; e a avaliação crítica das contribuições teóricas dos que pensaram a construção do socialismo, pelo seu cotejamento com as experiências concretas já tentadas em vários países de todo o mundo nestes últimos cem anos. O resultado desse esforço há de ser a imagem de um socialismo não “livresco”, nem de “gabinete”, nem de “cúpula”, nem “importado”, nem “retórico”, nem “imposto” etc., mas sim de um socialismo nascido da realidade brasileira, pensado e construído a partir da vontade e das ações das classes trabalhadoras, nas condições de necessidade e de possibilidade que essas mesmas classes irão modificando com sua ação concreta.

O CAMINHO PARA O SOCIALISMO

Como contribuição para esse esforço, é possível desde já dizer que, provavelmente, o processo de transformação – isto é, o caminho para o socialismo no Brasil – será modificado, assumirá mil formas de manifestações, terá avanços e recuos e será marcado por um eixo central básico, constituído de grandes e cada vez mais frequentes e intensas ações políticas de massa, auxiliadas por todas as formas de luta da classe trabalhadora – da participação em campanhas eleitorais às greves e aos enfrentamentos com a burguesia e com o Estado. Nesse sentido, é importante reconhecer que, no atual estágio, e tendo em vista as observações da 1ª Parte deste documento, a classe trabalhadora tem ainda pela frente um longo e dificultoso processo de acumulação de forças e fortalecimento de sua organização, mas que terá de combinar, desde já, conquistas reais no plano político, econômico e social, que lhe permitam avançar no caminho.

A conscientização, a organização e a acumulação de forças da classe trabalhadora passam, necessariamente, por um processo de integração e unificação de seus diversos setores e frações num projeto histórico e político comum, em que sejam levados em conta tanto os objetivos finais – a construção do socialismo – quanto as peculiaridades e os conflitos que hoje distinguem, e às vezes separam, aqueles setores e frações. Assim, só é possível conquistar, para esse projeto comum, o apoio e a participação das grandes camadas da pequena burguesia rural e urbana, na luta pela radical transformação da sociedade rumo ao socialismo, no Brasil, se forem asseguradas a tais camadas condições reais do progresso social – sem ameaças a seus limitados meios de produção.

Estas considerações permitem, desde já, também, delimitar as linhas gerais e o caráter das alianças que serão necessárias e possíveis no processo de transformações no rumo do socialismo. Alianças e acordos serão necessários, e indispensáveis, entre o conjunto heterogêneo de forças políticas e sociais que atuam no interior das classes trabalhadoras, e que, cada uma a seu modo, representam com maior ou menor grau de legitimidade interesses

e valores setoriais e conjunturais dos diversos componentes da classe. Por outro lado, é impossível supor alianças estratégicas com a burguesia e com as forças políticas que sustentam a dominação e a hegemonia da classe burguesa e a perpetuação do sistema capitalista. Certamente, em determinadas conjunturas, pode-se tornar imprescindível fazer acordos restritos e limitados em torno de pontos definidos, concretos e objetivos, com forças que não lutam pelo socialismo, mas é necessário abandonar de vez a ilusão de que seja possível manter uma tática antagônica à estratégia, ou de que, com palavras e discursos hábeis, seja viável enganar momentaneamente as forças sociais e políticas contrárias ao socialismo. As experiências históricas do Brasil e de outros países mostram que são os pretensos enganadores que sempre acabam logrados, e que as alianças da classe trabalhadora com a burguesia só favorecem os interesses desta, e atrasam ou impedem o avanço da organização daquela, bem como o caminho para o socialismo.

Isso não quer dizer, porém, que a tarefa de construção do socialismo esteja reservada a um só setor, a uma só fração de classe ou a um só partido. Na ampliação do espaço democrático e na criação de condições políticas para avançar no caminho do socialismo, bem como na defesa de conquistas imediatas das classes trabalhadoras, são necessários e possíveis, sim, acordos *itemizados* e delimitados com forças sociais e político-partidárias, mesmo que essas forças não se proponham o socialismo como objetivo final.

Evidentemente, ao Partido dos Trabalhadores caberá um papel estratégico e fundamental na criação dessas condições e na construção do socialismo. Algumas das tarefas concernentes a esse papel serão analisadas em outra parte deste Plano de Ação Política e Organizativa.

A SOCIEDADE SOCIALISTA

A análise feita na 1ª Parte deste Plano de Ação também mostra que os elementos do desenvolvimento capitalista brasileiro, mesmo estando muito longe de serem completos, indicam que no processo de construção socialista não se podem seguir mecanicamente os preceitos de substituição imediata, por meios administrativos ou executivos, da propriedade privada dos meios de produção e circulação pela propriedade social; nem substituir prontamente a economia mercantil por formas sociais de distribuição, circulação e consumo; nem implantar uma completa organização planificada da economia. As leis econômicas em ação numa determinada sociedade não podem ser extintas ou modificadas por decretos, mesmo quando esses decretos tenham um considerável respaldo político de massas, como demonstrou a experiência de construção dos países socialistas.

No Brasil, ainda não foram esgotadas, pelo desenvolvimento capitalista, as formas econômicas pequeno-burguesas nem a economia mercantil simples. A própria expansão diferenciada do capitalismo e seu grau médio de desenvolvimento não permitiram que a economia mercantil capitalista alcançasse um patamar elevado. Nessas condições, se no Brasil existem numerosas empresas capitalistas que deverão ser transformadas em propriedade social, por outro lado existem milhões de pequenos produtores e pequenos proprietários cujos meios de produção não é possível estatizar ou mesmo coletivizar imediatamente.

A estatização e a coletivização administrativa da pequena produção e da propriedade dos meios de produção, tanto urbana quanto rural, podem ser prejudiciais, tanto do ponto de vista econômico quanto político. Economicamente porque exigem, para seu controle, a formação de uma pesada máquina burocrática, cuja eficiência é muito discutível, entorpecendo a iniciativa dos pequenos produtores estatizados ou coletivizados e impedindo o aproveitamento de todas as potencialidades para desenvolver mais rapidamente as forças produtivas materiais. A médio prazo, levam a economia à estagnação, criando desequilíbrio entre a produção e o consumo e entre os diversos ramos produtivos.

Assim, levando em conta as experiências e as condições do desenvolvimento capitalista brasileiro, provavelmente será necessário e possível, nos primeiros momentos de uma sociedade socialista no Brasil, utilizar diversas e múltiplas formas de propriedade social dos meios de produção – através da estatização e da coletivização por formas cooperativas ou outras – de acordo com o tamanho da empresa, a sua natureza e o setor de produção em que se encaixa e o papel estratégico que desempenha no processo global de produção. Mas continuarão existindo o pequeno produtor individual ou a pequena propriedade familiar, que deverão receber estímulo e amparo, no sentido de evoluir para formas cooperativas de produção.

Também, provavelmente, surgirão formas mistas e novas de propriedade dos meios de produção necessárias ao processo de aperfeiçoamento no rumo da completa socialização. Empresas do Estado poderão estabelecer formas diversas de cooperação com empresas coletivas e individuais; empresas individuais poderão cooperar-se para algumas operações produtivas ou de circulação, e assim por diante. Mas só a prática real da economia poderá colocar essas questões de modo claro.

A existência dessas formas de propriedade, resultantes de uma expansão não plenamente desenvolvida, também vai exigir diferentes formas de organização do trabalho e uma adequada combinação entre a planificação e a economia mercantil. Muitos confundem as formas de propriedade com as formas de organização do trabalho, o que cria embaraços ao pleno desenvolvimento das potencialidades do trabalho. É plenamente possível que uma empresa estatizada,

portanto de propriedade social, tenha um alto grau de autonomia na elaboração de seu plano de produção e na organização interna do trabalho. Assim, controle de propriedade pelo Estado, planejamento estatal, autogestão democrática, distribuição conforme a produção, produção conforme as necessidades estabelecidas pelo Estado e também detectadas no mercado, tudo isso demanda uma combinação global e flexível no sentido de desenvolver as formas produtivas, aprofundar o processo de socialização dos meios de produção, acelerar a produtividade do trabalho e a economicidade da produção e atender às crescentes necessidades materiais e culturais do povo.

Nesse sentido, é preciso combater a imagem de que o mercado desaparecerá no dia seguinte em que os trabalhadores estiverem no poder. Enquanto a produção social for limitada, enquanto essa limitação obrigar que continue vigorando o ganho segundo o trabalho e não conforme as necessidades, isso significará que os trabalhadores continuarão tendo que trabalhar como uma obrigação de sobrevivência e significará que a sociedade ainda não pode se ver livre do mercado. Evidentemente, no socialismo poderão desaparecer os excessos do consumismo burguês, mas isso não significa que as massas deixarão de consumir ou deixarão de desejar possuir todos os bens que melhorarem as suas condições de vida. O socialismo não pretende nivelar o padrão de vida da população por baixo, mas sim por cima, favorecendo o bem-estar e o conforto de todos, e não apenas de minorias privilegiadas.

Um projeto socialista deve ser acompanhado da afirmação de ideias e valores que sustentem uma atuação transformadora em todas as esferas da sociedade e tenham consistência para fundamentar a construção de uma nova legitimidade, contraposta à burguesa. Isso tem um peso fundamental na medida em que as propostas políticas (num sentido estrito que se pode dar à expressão, como ligadas à disputa dos rumos do Estado) constituem apenas o esqueleto das ideias que coesionam um grupo social e têm que ser reforçadas e completadas no sentido de uma visão de mundo global. O projeto socialista deve incorporar as perspectivas colocadas por diferentes movimentos sociais que combatem opressões específicas – como das mulheres, dos negros, das nações indígenas etc. – indispensáveis para golpear importantes pilares da dominação exercida pela burguesia; deve engajar em profundidade a maioria da população brasileira num processo de transformação do País e construir uma sociedade efetivamente nova; deve, também, englobar movimentos de caráter cultural, nacional ou ambiental; e deve, por fim, assumir formas de contestação de mecanismos não estatais de dominação burguesa, mas que são vitais para a reprodução da ideologia e dos valores fundamentais da burguesia, entre outros elementos, traduzindo em atividade política concreta e questionamento, por exemplo, do monopólio burguês dos meios de comunicação

de massa. Esse conjunto de percepções constituem componentes indispensáveis, hoje, à constituição de uma visão de mundo e de uma prática política efetivamente libertária. O socialismo se tornará um propósito muito mais poderoso e influente se for mais do que uma democracia política e econômica, e se passar a ser compreendido como um novo modo de vida, baseado numa visão de mundo profundamente crítica e humanista, qualitativamente superior a tudo que o capitalismo pode oferecer. Algo que possa responder a toda uma série de necessidades sentidas, em graus variados, por todos. Isso pressupõe a difusão de uma perspectiva realmente emancipadora, reforçando a credibilidade das massas trabalhadoras no ideal libertário socialista.

O socialismo almejado deve também estar ligado à ideia de que essa luta é internacional. Essa é uma dimensão da política socialista que o PT deve assumir, num momento em que a internacionalização do capital e da política imperialista é maior do que nunca e numa situação em que ela tem e terá uma grande importância para o destino da transformação socialista no Brasil. Isso já pode ser percebido claramente, hoje, quando recebemos o impulso positivo da revolução da América Central, em particular na Nicarágua.

Tais pontos, evidentemente, realçam ainda mais as questões da democracia no socialismo, ou o problema da liberdade numa sociedade que se pretende tornar igualitária. Há sempre o risco de um descompasso entre o avanço da estrutura econômica e o ritmo da democratização da superestrutura. Resistências maiores ou menores da burguesia podem conduzir a processos de centralização que retardem ou conturbem a consolidação da plena democracia. Mas, mesmo com tudo isso, deve ser reafirmada a relação indissolúvel entre democracia e socialismo. Formas de controle popular e operário, que precisam ser incentivadas desde logo, como os conselhos populares e as comissões de fábrica, por exemplo, bem como as variadas formas de poder de base, são fundamentais para o projeto futuro – na medida em que evoluam como meios, efetivos e eficazes, para determinação da correlação de forças pró-democracia na sociedade. Nesse sentido, vale lembrar que o poder, para o socialismo, não apenas se toma, mas se constrói na luta concreta do dia-a-dia, desde já.

A democracia, no socialismo, deve ser entendida como a socialização dos meios de produção e também dos mecanismos de poder entre os trabalhadores. Isto significa ser favorável à liberdade de associação e organização, à livre expressão de ideias, à liberdade de culto, ao direito social à comunicação e à liberdade política, partidária e sindical. Aos trabalhadores caberá a tarefa de institucionalizar o Estado socialista através de um processo constituinte livre e democrático, que garanta direitos e liberdade e que também assegure, dentro da nova legalidade, instrumentos e meios de defesa da sociedade. Em

resumo: o Brasil terá de encontrar os seus próprios caminhos para chegar ao socialismo e as suas próprias maneiras de construir a sociedade socialista. Caminhos e maneiras que são determinados menos por princípios gerais ou por nossos desejos e mais pelas condições reais e concretas que as classes trabalhadoras irão encontrando e modificando, com ação política organizada, na luta por sua libertação.

5º ENCONTRO NACIONAL DO PT – 1987¹¹

OBJETIVO ESTRATÉGICO DO PT: SOCIALISMO¹²

A conquista do socialismo e a construção de uma sociedade socialista no Brasil são os principais objetivos estratégicos do PT. Isso parece ser consenso, tanto em vista das resoluções aprovadas nas convenções nacionais, quanto da crescente pressão da militância para que definamos o tipo de socialismo que queremos e estabeleçamos as relações correspondentes entre nossa luta do dia a dia e a luta mais geral pelo socialismo.

Na luta pelo socialismo, é preciso distinguir dois momentos estratégicos que, apesar de sua estreita relação de continuidade, são de natureza diferente. O primeiro diz respeito à tomada do poder político. O segundo

11. O 5º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores foi realizado de 4 a 6 de dezembro de 1987 no Senado Federal em Brasília-DF. As resoluções aprovadas foram *Resoluções Políticas, Resoluções sobre tendências, Resoluções sobre proporcionalidade, Resolução sobre Fortaleza, Moções, Carta Aberta ao Povo Brasileiro, Anexo do V Encontro Nacional*. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

12. *Objetivo estratégico do PT: socialismo* é um item de discussão presente nas *Resoluções Políticas* aprovadas pelo 5º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

refere-se à construção da sociedade socialista sobre as condições materiais, políticas etc. deixadas pelo capitalismo.

A CONQUISTA DO SOCIALISMO

Para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, é necessário, em primeiro lugar, realizar uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado, acabando com o domínio político exercido pela burguesia. Não há qualquer exemplo histórico de uma classe que tenha transformado a sociedade sem colocar o poder político – Estado – a seu serviço.

Evidentemente, a construção da sociedade socialista não é algo totalmente novo e diferente em relação às formas de luta e de organização dos trabalhadores no seu dia a dia atual. Quando falamos que o socialismo e o poder se constroem na luta cotidiana, estamos nos referindo ao fato de que muitas das formas econômicas, sociais e políticas da construção socialista surgirão, sem dúvida, da experiência da luta de classe contra o capitalismo. Muitas dessas formas que hoje não conseguem desenvolver-se em virtude da opressão capitalista, como as pequenas cooperativas, as compras comunitárias, as comunidades locais, os conselhos populares etc., provavelmente encontrarão um campo fértil para crescer nas novas condições socialistas. Mas as formas de organização fundamentais que surgem na luta cotidiana no interior da sociedade burguesa e que têm maior importância para a luta socialista são as que nascem da auto-organização dos trabalhadores, as formas de luta pelo controle operário nas fábricas (a partir da generalização das comissões de fábrica e empresa) e de controle popular nos bairros.

Essas formas embrionárias de poder proletário são escolas de auto-organização e participação política dos trabalhadores, que apontam no sentido da construção de um socialismo efetivamente democrático, em que o poder seja exercido pelos próprios trabalhadores e não em seu nome.

Entretanto, essas experiências, em si, não resolvem a contradição do socialismo com o capitalismo. Mesmo porque, quanto mais amplas elas se tornam, maior é a resistência da burguesia dominante à sua existência. Repressão e concessões, em geral, se combinam para a burguesia continuar mantendo sob sua influência ideológica e política as grandes massas de trabalhadores e evitar o desenvolvimento das experiências populares e as mudanças. Para resolver as contradições sociais e políticas do sistema capitalista é fundamental que todas essas experiências de luta e de organização operárias, populares e democráticas sirvam como eixo de preparação e organização das classes trabalhadoras para a conquista do poder e a construção da nova sociedade.

Por isso, no enfrentamento cotidiano contra as táticas repressivas e/ou de concessões da burguesia, os trabalhadores terão que empregar táticas que retirem as massas da influência da burguesia e as levem a conquistar o poder. Nesse sentido, é preciso distinguir as atividades que partem da situação existente em cada momento e procuram fazer com que os trabalhadores tomem consciência da necessidade de conquista do poder das atividades que se destinam à conquista imediata do próprio poder.

Muitos companheiros não fazem essa distinção, não compreendem o processo de mediação que deve existir entre o momento atual, por exemplo, em que as grandes massas da população ainda não se convenceram de que é preciso acabar com o domínio político da burguesia, e o momento em que a situação se inverte e se torna possível colocar na ordem do dia a conquista imediata do poder. Dessa forma, seu discurso, pretensamente revolucionário, não é entendido pela população e pelos trabalhadores e, em vez de contribuir para a organização e a luta no sentido da conquista do poder e da construção socialista, a desorganizam e a transformam na luta de pequenos grupos conscientes e vanguardistas.

Por outro lado, companheiros que consideram inevitável a adoção de uma via revolucionária para a conquista do poder contrapõem essa escolha à tática dos movimentos sociais que lutam por reformas. Reforma e revolução são consideradas por eles como termos e práticas antagônicas. Entretanto, nenhum país que tenha feito revolução deixou de combinar essas lutas, dando maior ênfase a uma ou outra de acordo com a situação política concreta. A luta por reformas só se torna um erro quando ela acaba em si mesma. No entanto, quando ela serve para a educação das massas, através da própria experiência de luta, quando ela serve para demonstrar às grandes massas do povo que a consolidação, mesmo das reformas conquistadas, só é possível quando os trabalhadores estabelecem seu próprio poder, então ela serve à luta pelas transformações sociais e deve ser combinada com esta.

Nesse sentido, para definir uma estratégia de luta pelo socialismo, não basta definir a via principal de luta, nem as táticas para a conquista do poder. É preciso, em especial, ter clareza sobre o inimigo ou inimigos principais contra quem nossa luta se dirige, as alianças de classes (estratégicas) para derrotar tais inimigos e o programa de transformações a ser implantado (que serve de base à mobilização popular e às alianças).

Esclarecer tais problemas, na realidade, não é algo que possa ser decidido arbitrariamente. Depende do conhecimento da estrutura social brasileira, das contradições que existem nessa estrutura e do grau que tais contradições alcançaram como resultado de todo um processo histórico de lutas. Isso inclui o conhecimento do papel e da força do Estado burguês e do grau de desenvol-

vimento da cultura política dos trabalhadores e, em particular, o conhecimento das tendências do movimento de cada um desses aspectos e de sua resultante.

Existe certo consenso, entre os militantes e filiados do PT, de que a burguesia é a inimiga principal das mudanças sociais e dos trabalhadores. É uma certeza intuitiva, que resulta da experiência concreta de enfrentamento com a burguesia. O problema, porém, não é esse. O problema reside no fato de que, por uma insuficiente análise das classes existentes na sociedade brasileira, muitos companheiros colocam no campo da burguesia parcelas significativas de pequenos e microempresários urbanos e rurais e mesmo as camadas assalariadas que não trabalham diretamente na produção fabril ou agrícola. Com isso, não levam em conta que tais camadas possuem profundas contradições com o capital e, por isso, podem se incorporar à luta por transformações sociais no sentido socialista.

Por outro lado, ao tomar a classe burguesa como inimiga principal, estratégica, muitos militantes são levados a se oporem a que se aproveitem as contradições momentâneas entre os diversos setores da burguesia. Colocam-se contra qualquer aliança política, tática ou pontual, com alguns desses setores. Mas o que importa aqui é que tais posturas são reflexos também de um conhecimento insuficiente ou mesmo de um desconhecimento das contradições internas que movem as classes em sua luta, e que muitas vezes podem colocar em oposição diferentes setores da própria burguesia. Esse conhecimento insuficiente é uma das razões principais que explicam por que o PT, como um todo, ainda não avançou suficientemente nas definições estratégicas.

Para que o processo de definições estratégicas do PT conte com a participação democrática dos militantes e filiados, é imprescindível que o Partido organize o estudo e o debate sobre as classes e as contradições de classes da sociedade brasileira; o papel da pequena burguesia urbana e rural; a definição dos pontos programáticos que garantam a atração dos setores sociais que têm contradições com a burguesia; a via principal de transformação social e as táticas a serem empregadas para realizá-la; e a relação entre a estratégia do Partido e as diversas táticas para implementá-la. Esses são problemas colocados pelo atual avanço da luta de classes no Brasil, que devem ser tratados adequadamente. Tratá-los não é uma tarefa de alguns intelectuais e dirigentes, ou mesmo de uma corrente política dentro do Partido. Essa é uma tarefa que deve envolver o conjunto da militância petista.

A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

O desenvolvimento desigual e desequilibrado do capitalismo no Brasil coloca diante dos trabalhadores uma série de questões relacionadas com a

construção socialista após a conquista do poder. Questões que aparecem, desde já, em função das propostas programáticas do PT e das alianças estratégicas que devem ser realizadas para obter a hegemonia contra a burguesia. Evidentemente, o desenvolvimento intenso do capitalismo nos últimos 30 anos colocou bases firmes para o estabelecimento de um sólido setor socialista na economia. Nas grandes cooperativas agroindustriais capitalistas, grandes empresas comerciais e de serviços e bancos, a socialização com a apropriação privada dos resultados da produção permite sua transformação imediata em empresas socialistas, estatais ou coletivas.

Por outro lado, subsiste no Brasil um vasto setor que, embora seja em ampla medida subordinado ao grande capital, procura desenvolver-se com absorção de mão-de-obra e com atendimento a uma série enorme de bens de serviços considerados secundários e de baixa rentabilidade. Constituído por milhões de pequenas empresas, pequenos negócios, serviços e autônomos, desempenha um papel econômico de grande importância no atual sistema capitalista brasileiro, o que obriga a um processo permanente de destruição e recriação desse setor – papel que deve continuar desempenhando mesmo depois de iniciarmos a construção socialista no Brasil. Desse modo, um dos aspectos-chave do processo de construção socialista, mesmo tendo como a parte essencial da economia o seu setor socialista, estatal ou coletivo, consiste em conhecer a capacidade do Estado em atender às reais necessidades sociais e adaptar uma política econômica que complemente, de forma integral, aquela capacidade para isso. O único caminho, até hoje, consiste em permitir que a pequena economia mercantil ainda se desenvolva em certa escala, e que seu próprio desenvolvimento natural e contraditório conduza à concentração e centralização econômica e sua transformação socialista por meios administrativos.

A pequena produção serve para que a sociedade desenvolva suas forças produtivas, contribua para que não haja escassez de bens e serviços e permita incorporar ao trabalho o conjunto da população economicamente ativa, sem prejudicar a eficiência das empresas socialistas nem a constante redução da jornada de trabalho. Essa política de desenvolvimento da capacidade produtiva da sociedade, utilizando todas as forças econômicas, é a base da aliança dos trabalhadores assalariados com a pequena burguesia urbana e rural. Essa aliança é, pois, uma questão estratégica, referente tanto à destruição do capitalismo quanto à construção do socialismo.

Evidentemente, essa é uma contradição própria do desenvolvimento das classes no Brasil, do mesmo modo que é impossível, dadas as atuais condições, que o socialismo possa extinguir todas as classes de imediato. O processo de construção socialista para alcançar a almejada sociedade igualitária, sem classes, sem opressão e dominação, vai enfrentar, durante certo

tempo, a exigência de diferentes desigualdades, como herança do capitalismo. E vai obrigar a agir, não no sentido de extinguir administrativamente as desigualdades, mas de evitar que elas se polarizem e se tornem antagônicas em relação ao socialismo. Tais contradições no terreno econômico e social da construção socialista geram diferentes contradições no terreno da política. Isso nos remete, basicamente, para a relação do socialismo com a democracia.

SOCIALISMO E DEMOCRACIA

A permanência de diferentes classes e camadas sociais no processo de construção socialista, por um tempo difícil de prever de antemão, coloca para nós a necessidade de reconhecer a existência de diferentes expressões políticas na sociedade socialista. É fundamental compreender que, mesmo que não se concretizem ingerências externas à coexistência de diferentes partidos e associações políticas, assim como de diferentes propostas para a construção socialista, torna extremamente aguçada a disputa política, disputa que pode polarizar-se e ter consequências graves, se não forem tratadas como merecem, ou seja, disputas que, na sua maior parte, estão dentro de um mesmo campo socialista, e não disputas entre inimigos.

O fato de que na Nicarágua, a partir do programa da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), apesar do cerco imperialista e da oposição militar dos contras, existia liberdade sindical, de organização partidária, de comissões de empresa, das milícias, dos comitês populares e que, inclusive, foram realizadas eleições democráticas, indica a atualidade da relação entre a luta pelo socialismo e a democracia. Longe de a democracia ser uma concessão, ela é parte componente de uma revolução viva e fator de combate contra a burocratização.

A ausência de democracia, do direito à livre organização dos trabalhadores, é contraditória com o socialismo pelo qual lutamos. Ainda mais quando sabemos, a partir de várias experiências históricas, que essa ausência foi alçada quase que a um princípio permanente, cujas consequências podem ser vistas, hoje, num certo impasse que vivem vários países que fizeram a revolução e que está na base, por exemplo, da luta dos trabalhadores poloneses em torno do Solidariedade, que o PT tem apoiado. Solidário com as lutas dos povos por sua libertação, o PT defende o rompimento de relação com o regime racista da África do Sul e com a ditadura do general Pinochet, do Chile.

Além disso, é preciso levar em conta que a sociedade brasileira já foi capaz de desenvolver razoavelmente algumas organizações da sociedade civil, que jogam determinado peso na determinação das políticas do Estado. E de que o Estado brasileiro, embora tenha se reforçado muito, contando com mo-

ternos aparelhos coercitivos (Forças Armadas, Serviços de Informação etc.) e de concessões e participação (Legislativos, assistência social, centros comunitários etc.) não tem condições de se fechar completamente à participação das classes subalternas em seu interior. Ao contrário, a própria magnitude do Estado moderno brasileiro só é viável se a burguesia for buscar, na massa das outras classes, os funcionários do Estado. E se, para conseguir consenso e legitimidade para esse mesmo Estado, for obrigada a abrir, pelo menos formalmente, o Estado à disputa das diversas classes.

Na sociedade civil ocorre algo idêntico. A burguesia construiu organizações sólidas (FIESP, CNA, CNI etc.), que atuam tanto para manter a hegemonia de sua classe sobre as outras quanto para manter o domínio do aparelho do Estado. Em contraposição a isso, tanto os assalariados quanto as camadas médias da população também criaram organizações de sociedade civil que participam daquela disputa pela hegemonia e pelo poder. Em grande medida, o movimento contraditório dessas diversas organizações da sociedade civil (e também dentro delas) em relação ao Estado e a disputa no interior do próprio Estado causa os avanços e recuos da democracia, sua ampliação e retração.

O PT rejeita a concepção burocrática do socialismo, a visão do partido único, por considerar incorreta a ideia de que cada classe social é representada por um único partido, e que outros partidos existentes na sociedade que emergir de uma revolução serão necessariamente partidos que representarão interesses de classes diferentes dos da classe trabalhadora.

Seria ingenuidade supor que, conquistado o poder pelos trabalhadores, essa situação estaria resolvida. Embora a liquidação da burguesia, como classe, compreenda também a liquidação de suas organizações civis e de seu Estado, grande parte das organizações da sociedade civil hoje existentes continuará presente na nova sociedade e não pode (nem deve) ser abolida por decreto. Isso significa que, no processo de construção do socialismo, deverão existir não só diversos partidos e diversas organizações da sociedade civil, como também que as relações de organizações com o poder socialista serão não só de colaboração e participação, mas também de oposição.

Nessas condições, o Estado socialista terá de desenvolver esforços tanto para estabelecer uma legalidade nova, democraticamente construída e válida para todos, como manter e/ou criar mecanismos de participação e consulta popular nos mais diferentes níveis e nas relações entre tais níveis. A participação operária e popular na gestão das fábricas, das granjas e fazendas, dos bairros e conjuntos residenciais, das comunidades, vilas e distritos é de suma importância para o funcionamento de uma extensa democracia de base. Entretanto, talvez essa não seja a questão-chave da democracia no socialismo. Os problemas mais sérios vão aparecer nas relações entre os mecanismos

democráticos de participação e consulta na base com os mecanismos de participação e consulta nos níveis intermediários e superiores do poder.

O projeto socialista pelo qual lutamos, de outro lado, deve incorporar as perspectivas colocadas pelos diferentes movimentos sociais que combatem opressões específicas, como os das mulheres, dos negros, dos jovens e dos homossexuais, e suas expressões ideológicas, em particular o feminismo, indispensáveis para golpear importantes pilares da dominação exercida pela burguesia e engajar, em profundidade, a maioria da população brasileira num processo de transformação revolucionária. Deve, também, integrar movimentos de âmbitos culturais nacionais ou ambientais, que procuram responder às agressões que o capitalismo realiza contra a população e o meio ambiente, movimentos anticapitalistas e progressistas, que sensibilizam parcelas crescentes do povo. Deve, ainda, incorporar o questionamento de outros mecanismos vitais para a reprodução da dominação de classe. A incorporação dessas lutas no projeto político proletário, desde hoje, permite barrar o avanço da burguesia, que procura esvaziá-las do seu conteúdo crítico e questionador de instituições e valores da ordem burguesa.

Sem um tratamento correto dessas questões, no sentido de manter abertos os canais de participação das massas trabalhadoras no poder de Estado e a observância dos direitos individuais dos membros da sociedade e, ao mesmo tempo, garantir a existência do Estado socialista como instrumento fundamental para a construção socialista, será impossível transformar as liberdades políticas e a democracia formais, próprias do capitalismo, nas liberdades e na democracia real que deve ser própria do socialismo.

[...]

A ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA E POPULAR E O SOCIALISMO¹³

A alternativa que apresentamos à Nova República e à dominação burguesa no País é democrática e popular, e está articulada com nossa luta pelo socialismo.

Um governo e um programa democráticos e populares – os dois componentes de nossa alternativa – são o reconhecimento de que só uma aliança de classes, dos trabalhadores assalariados com as camadas médias e com o campo, tem condições de se contrapor à dominação burguesa no Brasil.

13. *A alternativa democrática e popular e o socialismo* é um item de discussão da *Resolução Política* do 5º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Fonte: Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

É por isso que o PT rejeita a formulação de uma alternativa nacional e democrática, que o PCB defendeu durante décadas, e coloca claramente a questão do socialismo. Porque o uso do termo nacional, nessa formulação, indica a participação da burguesia nessa aliança de classes – burguesia que é uma classe que não tem nada a oferecer ao nosso povo.

As propostas que proclamam a necessidade e a possibilidade imediata de um governo dos trabalhadores evitam a discussão sobre qual a tática, qual a política para alcançar esse objetivo. Na prática, separam a luta reivindicatória da luta política, por não compreenderem a necessidade da acumulação de forças. A retórica aparentemente esquerdista recobre a ausência de perspectivas políticas e uma concepção limitada, atrasada, das lutas reivindicatórias.

Na situação política caracterizada pela existência de um governo que execute um programa democrático, popular e anti-imperialista, caberá ao PT e aos seus aliados criarem as condições para as transformações socialistas.

Nas condições do Brasil, um governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopólio – tarefas não efetivadas pela burguesia – tem um duplo significado: em primeiro lugar, é um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa, portanto, um governo hegemonizado pelo proletariado, e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária; em segundo lugar, a realização das tarefas a que se propõe exige a adoção concomitante de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia e com o enfrentamento da resistência capitalista. Por essas condições, um governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular, e, o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática e popular.

6º ENCONTRO NACIONAL DO PT – 1989¹⁴

A PROPOSTA SOCIALISTA DO PT¹⁵

O conteúdo socialista da candidatura Lula não está somente no fato de que o seu governo deverá criar condições para o socialismo. O caráter socialista da proposta do PT se revela, também, no fato de que o eixo de seu programa, para hoje, são as reivindicações dos trabalhadores, de que estes são a força social fundamental das mobilizações sociais e da luta eleitoral e de que a hegemonia política da aliança social que apoia o candidato, e sustentará o governo, é e será dos trabalhadores.

Tem grande importância para esta discussão a questão do cenário de um governo do Partido dos Trabalhadores e da Frente Brasil Popular. Aqui,

14. O 6º Encontro Nacional do PT foi realizado de 16 a 18 de junho de 1989 no Colégio Caetano de Campos, em São Paulo-SP. As resoluções aprovadas foram *O momento atual e as nossas tarefas*; *As eleições presidenciais e a candidatura Lula*; *Diretrizes para a elaboração do Programa de Governo*; *As bases do Plano de Ação de Governo - PAG*. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

15. *A proposta socialista do PT* é um item de discussão da resolução *As eleições presidenciais e a candidatura Lula* aprovada pelo 6º Encontro Nacional do PT. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

mais uma vez, não se trata de realizar um exercício de futurologia, mas de definir nossas expectativas e linhas de ação para essa eventualidade. Neste ponto se insere a questão da ruptura que um Governo Lula provocará no sistema político e das reações que ele irá desencadear.

O Partido não pode semear ilusões sobre uma idílica situação que seria criada com nossa vitória em novembro próximo. Haverá, evidentemente, transformações importantes no quadro da luta de classes no País, que proporão desafios enormes e inesperados para o Partido e o governo. Estes desafios decorrerão não somente da ação legal e extralegal das classes dominantes, que resistirão, de dentro e de fora do governo, ao seu desalojamento do Executivo Federal. Haverá também a ação de muitos segmentos das classes exploradas, que cobrarão mudanças em curto prazo e se verão estimuladas – nas cidades e nos campos – a ações para apressar o processo de transformação econômica, social e política.

Estando no governo, sem ter planejado o poder, o PT sofrerá resistências dentro do próprio Executivo (da burocracia, das Forças Armadas), sem falar dos Poderes Legislativos e do Judiciário, dos governos estaduais, dos empresários e de suas organizações e de potências estrangeiras.

O realismo que necessitamos ter sobre o futuro de um governo do PT não nos pode levar, no entanto, a desenhar um quadro sombrio para o dia seguinte de nossa vitória. Isto seria sucumbir à tese da ingovernabilidade e, no fundo, aceitar a opinião daqueles que afirmam que nem o país, nem o PT, estão preparados para a nossa vitória e que mais vale esperar ainda alguns anos.

O procedimento mais adequado é não esconder as dificuldades futuras, mas não exagerá-las ou especular catastroficamente sobre hipóteses. Anunciar claramente nossas intenções significa apontar para o fato de que o governo do PT não será um governo conformista, disposto a gerir a crise do capitalismo e realizar uma simples maquiagem na autoritária e conservadora estrutura política do País. Aplicando nosso Programa, o governo Popular impulsionalará as mudanças reclamadas pelas maiorias, criando condições para, em conjunto com as massas populares, realizar novas e mais profundas transformações sociais.

A diferença entre nosso governo e outros governos eventuais será que estes enfrentarão, igualmente, a crise do capitalismo, mas procurarão resolvê-la no sentido contrário aos interesses dos trabalhadores e camadas populares.

Devemos insistir em que o nosso governo será o mais democrático da história do País, aquele que levará as liberdades individuais e coletivas a suas consequências mais avançadas.

Nossa concepção de democracia não significa que iremos simplesmente nos conformar com o respeito ao atual Estado de direito. A democracia deve ser entendida como o espaço para a criação de novos direitos. As pressões das

imensas maiorias da sociedade terão de traduzir-se em mudanças institucionais, dentro de um quadro de respeito das liberdades e direito das minorias. O problema da reforma institucional e da reforma da Constituição será fundamental nessa eventualidade.

A experiência da campanha eleitoral, até aqui, revela que não basta ter o melhor candidato, o partido mais coerente e o único programa, até agora, anunciado para disputar com possibilidades de vitória o pleito presidencial.

Circunstâncias próprias do processo político brasileiro e as novas dimensões da política contemporânea – como tem ficado evidenciado com muita frequência – fazem com que deva ser dada uma importância decisiva às formas pelas quais a sociedade vive os grandes problemas que o País enfrenta. A importância dada à moralidade no trato da coisa pública, à ineficácia do Estado, ao empreguismo etc. não são necessariamente atitudes pré-políticas. Representam a forma pela qual a política é vivida por imensos setores da população. Se não entendermos isso, nos arriscaremos a ficar falando apenas para os setores mais organizados da sociedade, e que chegaram a uma visão mais articulada da política.

Nenhum candidato e nenhum partido estão mais credenciados para empunhar a bandeira de um comportamento ético exemplar à frente do governo. Somente os que, como nós, têm compromissos com as grandes maiorias podem desprivatizar o Estado brasileiro, acabar com a corrupção, eliminar os privilégios, quebrar a inércia burocrática e a ineficiência da máquina estatal.

O PT precisa dar manifestações concretas destes propósitos políticos. A campanha presidencial deve ser acompanhada de iniciativas políticas com este objetivo.

SOCIALISMO E DEMOCRACIA¹⁶

Eis por que nossa tática para concorrer à Presidência da República com a candidatura do companheiro Lula e com um programa democrático e popular está associada à nossa política de acúmulo de forças e à nossa concepção de disputa de hegemonia na sociedade. Qualquer separação nessa linha pode conduzir à aventura de colocar na ordem do dia, hoje, a tomada do poder, ou levar ao rebaixamento político de incorrer no desvio de pretender reformar o capitalismo ou de administrá-lo.

No debate político-ideológico ao longo da campanha eleitoral, deixaremos clara nossa opção pelo socialismo, um socialismo com democracia, com

16. *Socialismo e Democracia* é um item de discussão presente na resolução *Diretrizes para elaboração do Programa de Governo*, do 6º Encontro Nacional do PT. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

liberdade de expressão, com liberdade de organização dos trabalhadores, que rejeita a concepção burocrática e a visão do partido único.

Nosso projeto político vai além de ganhar a eleição presidencial. Seu sentido histórico é o de transformar o País, realizar uma revolução política e social. Para ganhar a eleição presidencial e realizar um governo popular, precisamos mudar a correlação de forças. Só é possível vencer este desafio com o crescimento do PT, de sua organização, capacidade de luta e de propor políticas, seja nos movimentos sociais, seja nos governos municipais. Do mesmo modo, o PT terá de dar respostas concretas às aspirações políticas e sociais dos trabalhadores, seja atendendo as suas reivindicações, seja organizando suas lutas e construindo seu projeto socialista.

O crescimento da CUT, do movimento social, sindical, popular, agrário, negro, da juventude, das mulheres, ecológico é condição para nossa vitória nas eleições de novembro. É também condição para viabilização do governo popular e está articulado com a luta pelo socialismo. Daí se vê que a ocupação de espaços institucionais e a construção de um projeto socialista igualmente dizem respeito à disputa de hegemonia e contribuem para o acúmulo e a mudança na correlação de forças.

Nossa política de alianças e de pluralidade democrática reconhece que a sociedade brasileira – principalmente os trabalhadores – se expressa por intermédio de agentes políticos e que suas condições objetivas, históricas e culturais exigem uma unidade das forças partidárias de esquerda e uma ligação com os setores médios da sociedade.

Sabemos que o programa democrático-popular se choca com interesses que tudo farão para inviabilizar nosso governo, ou mesmo para desmoralizar o PT e as forças democráticas e populares durante o mandato do Lula. A resposta às tentativas de desestabilizar nosso governo e de romper com a institucionalidade, recurso que setores das classes dominantes historicamente têm utilizado, só pode ser a mais ampla mobilização e a luta social. O PT acredita que a capacidade de luta e a mobilização dos trabalhadores são o principal instrumento para o avanço político e programático de um governo popular.

Um governo do PT e da Frente Brasil Popular deverá realizar as tarefas democráticas e populares no País, de conteúdo anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopolista. A efetivação de medidas deste gênero, mesmo que de cunho não explicitamente socialistas, choca-se diretamente com a estrutura do capitalismo aqui existente e somente poderá ser adotada por um governo de forças sociais e políticas em choque com a ordem burguesa, um governo hegemônico pelos trabalhadores.

O PT não acredita na possibilidade de uma etapa de capitalismo popular no País. Ao contrário, por meio de um processo simultâneo de acúmulo

de forças, enfrentamentos e conquistas dos trabalhadores, criaremos as condições para dar início às transformações socialistas no Brasil.

Por estas condições, o governo democrático e popular e o início de transição ao socialismo são elos do mesmo processo. A passagem de um ao outro, no entanto, não é automática e nem resultado da “retirada de cena” das minorias privilegiadas que, com base na força e negação da democracia, subjugarão historicamente os trabalhadores e o povo deste país. A implementação da globalidade de um programa democrático-popular só pode ocorrer com a revolução socialista.

Do nosso ponto de vista, nossa intenção, nossa vontade política, nossos propósitos programáticos vão no sentido de conquistar o poder através da vontade, da mobilização e da luta da maioria, e não da tomada de poder por meio de um golpe de mão, de um putsch da vanguarda. Queremos o poder e a construção do socialismo através da vitória sobre a burguesia e seus aparelhos ideológicos de dominação. Com este objetivo estamos preparando o Partido, estamos construindo uma hegemonia política, social e ideológica, estamos acumulando forças para respaldar nosso projeto.

O PT não acredita num partido socialista sem trabalhadores. Nem acha possível construir o socialismo sem a ação decisiva dos trabalhadores no próprio processo dessa construção. A experiência histórica nos legou a convicção de que o socialismo ou é obra dos trabalhadores ou jamais será socialismo. Por isso, estamos dispostos a disputar em todos os campos da hegemonia na sociedade e chegar ao socialismo pela ação e pela vontade das maiorias. Pelo desejo do povo e dos trabalhadores.

As experiências de construção do socialismo – em particular onde as burocracias se apoderam do poder político em nome dos trabalhadores e os alijam do seu exercício – demonstram que não pode existir um autêntico socialismo sem aprofundamento e defesa integral da democracia.

O pluralismo partidário, as liberdades de imprensa e sindical, de credo, a existência de condições efetivas para sua prática, o respeito integral aos direitos humanos são importantes conquistas da humanidade que devem ser ferreamente defendidas pelos trabalhadores no processo de construção do socialismo.

Sabemos que não se farão reformas estruturais indispensáveis sem luta social, sem mobilização, sem greves, sem ampla participação das massas populares. Mas queremos fazê-lo de forma democrática, através da disputa com a burguesia e com seus aparelhos ideológicos de dominação. Com essa vontade política e esta disposição de luta estaremos prontos para construir, em todas as frentes, uma hegemonia política, ideológica e cultural dos trabalhadores.

Não encaramos a democracia como uma concessão das classes dominantes, dos de cima, nem como uma formalidade passageira, como a burgue-

sia o tem feito em nosso país, ao golpeá-la sucessivamente cada vez que os trabalhadores ampliam seus direitos. A democracia é uma conquista dos trabalhadores, arrancada na luta política contra as classes dominantes. No Brasil, queremos transformar as liberdades políticas formais da Nova República em valores democráticos reais, permanentes, apropriados pelos trabalhadores e por toda a sociedade.

PT quer a democracia e intervém na disputa político-cultural da sociedade contrapondo os valores e ideais do socialismo aos do capitalismo, com a certeza de que seremos capazes de vencer, construindo uma alternativa de poder democrático, socialista e revolucionário.

Nosso programa e nosso governo, portanto, pretendem garantir e ampliar as conquistas sociais e políticas dos trabalhadores contra qualquer tentativa das classes dominantes de promoverem uma ruptura ou um golpe.

A experiência histórica tem demonstrado que isso é possível: os trabalhadores, na prática política e social de luta pelo poder, constroem suas organizações, desenvolvem forças de luta apropriadas a cada momento histórico e conformam seus programas de transformação. O PT, com determinação e confiança nos trabalhadores, leva esta concepção às últimas consequências, defendendo seus objetivos e o projeto socialista que representa.

7º ENCONTRO NACIONAL DO PT – 1990¹⁷

O SOCIALISMO PETISTA¹⁸

Esta resolução propõe-se a reafirmar nosso juízo sobre o sistema capitalista, consolidar sinteticamente o acúmulo partidário no que se refere à alternativa socialista, identificar fundamentais desafios histórico-doutrinários à causa do socialismo e propor amplo debate ao PT e à sociedade brasileira sobre a superação concreta de tais desafios.

O PT já nasceu com propósitos radicalmente democráticos. Surgimos combatendo a Ditadura Militar e a opressão burguesa, exigindo nas ruas

17. O 7º Encontro Nacional do PT foi realizado de 31 de maio a 3 de junho de 1990 no Palácio das Convenções Anhembi em São Paulo-SP. Nele foi eleito o 5º Diretório Nacional, presidido por Luiz Inácio Lula da Silva. As resoluções aprovadas foram *O socialismo petista; Construção Partidária; Conjuntura e Tática e Moções*. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

18. Resolução aprovada durante o 7º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores em 1990. As resoluções *O socialismo petista* e *Socialismo* resultantes do 7º Encontro Nacional do PT e do 1º Congresso Nacional do PT, respectivamente, foram reafirmadas nas resoluções do 2º Congresso Nacional do PT, em novembro de 1999. Os dois textos integraram a resolução *Anexos* desse Encontro. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

e nos locais de trabalho o respeito às liberdades políticas e aos direitos sociais. Crescemos denunciando a transição conservadora e construindo as bases da soberania popular. Em dez anos de existência, o PT sempre esteve na vanguarda das lutas pela democratização da sociedade brasileira. Contra a censura, pelo direito de greve, pela liberdade de opinião e manifestação, pela anistia, pelo pluripartidarismo, pela Constituinte autônoma, pelas eleições livres e diretas. Tornamo-nos um grande partido de massas denunciando a expropriação dos direitos de cidadania pelo poder de Estado, o atrelamento dos sindicatos ao aparato estatal, o imposto sindical. Diversos companheiros deram a sua vida na luta dos trabalhadores pela democracia. Santo Dias, Wilson Pinheiro, Margarida Alves, Padre Josimo, Chico Mendes e tantos outros.

Na raiz do nosso projeto partidário está, justamente, a ambição de fazer do Brasil uma democracia digna desse nome. Porque a democracia tem, para o PT, um valor estratégico. Para nós, ela é, a um só tempo, meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada. Aprendemos na própria carne que a burguesia não tem verdadeiro compromisso histórico com a democracia. A relação das elites dominantes com a democracia é puramente tática, elas se socorrem da via democrática quando, pragmaticamente, lhes convém. Na verdade, a democracia interessa, sobretudo, aos trabalhadores e às massas populares. Ela é imprescindível, hoje, para aprofundar suas conquistas materiais e políticas. Será fundamental para a superação da sociedade injusta e opressiva em que vivemos. Assim como será decisiva, no futuro, a instituição de uma democracia qualitativamente superior, para assegurar que as maiorias sociais de fato governem a sociedade socialista pela qual lutamos.

A vocação democrática do PT, no entanto, vai além das bandeiras políticas que defendeu e defende. Também a sua organização interna expressa nosso compromisso libertário. Ela reflete o empenho, sempre renovado, de direções e bases militantes para fazer do próprio PT uma sociedade livre e participativa, premissa daquela outra, maior, que pretendemos instaurar no País.

Refratário ao monolitismo e verticalismo dos partidos tradicionais – inclusive de muitas agremiações de esquerda – o PT esforça-se por praticar a democracia interna como requisito indispensável ao seu comportamento democrático na vida social e no exercício do poder político. O mesmo vale para a relação do Partido com suas bases sociais e com a sociedade civil no seu conjunto. Embora tenha nascido pela força dos movimentos sindicais e populares e com eles mantenha um poderoso vínculo de inspiração, referência e interlocução buscando propor-lhes uma direção política, o PT recusa-se, por princípios, a sufocar a sua autonomia e, mais ainda, a tratá-los como clientela ou correia de transmissão.

Outra dimensão visceralmente democrática do PT é o seu pluralismo ideológico-cultural. Somos, de fato, uma síntese de culturas libertárias, unidade na diversidade. Confluíram para a criação do PT, como expressão de sujeitos sociais concretos, mais ou menos institucionalizados, diferentes correntes de pensamento democrático e transformador: o cristianismo social, marxismos vários, socialismos não marxistas, democratismos radicais, doutrinas laicas de revolução comportamental etc.

O ideário do Partido não expressa, unilateralmente, nenhum desses caudais. O PT não possui filosofia oficial. As distintas formações doutrinárias convivem em dialética tensão, sem prejuízo de sínteses dinâmicas no plano da elaboração política concreta. O que une essas várias culturas políticas libertárias, nem sempre textualmente codificadas, é o projeto comum de uma nova sociedade, que favoreça o fim de toda exploração e opressão.

Esse compromisso de raiz com a democracia nos fez igualmente anticapitalistas – assim como a opção anticapitalista qualificou de modo inequívoco a nossa luta democrática. Um dos estímulos mais poderosos à nossa organização, como partido político dotado de um projeto alternativo de governo e de poder, foi a descoberta (para a maioria dos petistas, antes empírica que teórica) da perversidade estrutural do capitalismo. Fomos, e seguimos sendo, resposta indignada ao sofrimento desnecessário de milhões, consequência lógica da barbárie capitalista. A experiência histórica concreta – por outras palavras, a pedagogia negativa do milagre brasileiro e de tantas outras situações tragicamente exemplares da vida nacional e internacional – nos ensinou que o capitalismo, seja qual for a sua pujança material, é vocacionalmente injusto e excludente, avesso por natureza àquela partilha fraterna da riqueza social que é o pressuposto de qualquer autêntica democracia.

É da opressão capitalista que resulta a miséria absoluta de mais de 1/3 da humanidade. É ela que impõe à América Latina novas formas de escravidão, que reduziram a renda per capita em 6,5% nos últimos anos, fazendo vários países regredirem a patamares de 20 anos atrás. É o sistema capitalista, fundado, em última análise, na exploração do homem pelo homem e na brutal mercantilização da vida humana, o responsável por crimes odiosos contra a democracia e os direitos humanos, dos fornos crematórios de Hitler aos recentes genocídios na África do Sul, passando pelas nossas tristemente célebres câmaras de tortura. É o capitalismo brasileiro, com sua dinâmica predatória, o responsável pela fome de milhões, o analfabetismo, a marginalidade, a violência que se dissemina por todos os planos da vida nacional. É o capitalismo que conserva e aprofunda as bases reais da desigualdade social no Brasil.

Por isso mesmo, os documentos constitutivos do PT – Manifesto e Programa de Fundação – já advogavam a superação do capitalismo como indis-

pensável à plena democratização da vida brasileira. Ainda que nossos textos maiores não aprofundassem o desenho interno da pretendida sociedade alternativa, a ambição histórica do PT já era, na sua origem, nitidamente socialista. E os dez anos que se seguiram, de penosa, mas apaixonada luta democrática, só fizeram confirmar nossa opção anticapitalista e robustecer os compromissos transformadores do PT.

Semelhante convicção anticapitalista, fruto da amarga experiência social brasileira, nos fez também críticos das propostas social-democratas. As correntes social-democratas não apresentam, hoje, nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo. Elas já acreditaram, equivocadamente, que a partir dos governos e instituições do Estado, sobretudo o Parlamento, sem a mobilização das massas pela base, seria possível chegar ao socialismo. Confiavam na neutralidade da máquina do Estado e na compatibilidade da eficiência capitalista com uma transição tranquila para outra lógica econômica e social. Com o tempo, deixaram de acreditar, inclusive, na possibilidade de uma transição parlamentar ao socialismo e abandonaram, não a via parlamentar, mas o próprio socialismo. O diálogo crítico com tais correntes de massa é, com certeza, útil à luta dos trabalhadores em escala mundial. Todavia o seu projeto ideológico não corresponde à convicção anticapitalista nem aos objetivos emancipatórios do PT.

Ao mesmo tempo, nosso compromisso estratégico com a democracia – a identidade democrática do PT – levou-nos a refutar os supostos modelos do chamado socialismo real. Nunca ignoramos a falácia do termo. A mídia conservadora o utiliza para facilitar o combate ideológico a qualquer projeto histórico que se insurja contra a dominação capitalista. Segundo seus detratores, o socialismo seria, quando materializado, fatalmente avesso aos ideais de progresso e liberdade, reacionarismo que repudiamos com veemência.

Além disso, a expressão socialismo real, em sua generalidade abstrata, desconsidera particularidades nacionais, diferentes processos revolucionários, variados contextos econômicos e políticos etc. Nivela experiências de transformação social heterogêneas em sua natureza e em seus resultados, desqualificando conquistas históricas que, seguramente, não são irrelevantes para os povos que as obtiveram. Algumas das experiências autoproclamadas socialistas originaram-se de revoluções populares, ao passo que outras decorreram da derrota da Alemanha Nazista e da ocupação desses países pelo Exército Soviético, o que redesenhou o mapa geopolítico europeu, dando origem ao chamado Bloco Socialista, controlado pela URSS. Em alguns processos nacionais, as massas obtiveram influência não desprezível nos rumos da vida nacional. E, seguramente, merece avaliação à parte e juízo positivo, com

todos os seus percalços, a experiência sandinista, na medida em que assegurou ao povo nicaraguense uma inédita equidade política e civil.

O PT apoia a luta dos trabalhadores e dos povos pela sua libertação, assumindo a defesa dos autênticos processos revolucionários, mas o faz com total independência política, exercendo plenamente o seu direito de crítica. Foi assim que, desde a sua fundação, o PT identificou na maioria das experiências do chamado socialismo real uma teoria e uma prática incompatíveis com o nosso projeto de socialismo. A sua profunda carência de democracia, tanto política quanto econômica e social; o monopólio do poder por um único partido, mesmo onde formalmente vigora o pluralismo partidário; a simbiose Partido/Estado; o domínio da burocracia enquanto camada ou casta privilegiada; a inexistência de uma democracia de base e de autênticas instituições representativas; a repressão aberta ou velada ao pluralismo ideológico e cultural; a gestão da vida produtiva por meio de um planejamento verticalista, autoritário e ineficiente – tudo isso nega a essência mesma do socialismo petista.

Nossa crítica a tais processos históricos, feita sob a ótica da luta revolucionária, e à luz das diversas experiências socialistas em nível internacional, tem sido constante, ainda que limitada. O PT foi o primeiro partido político brasileiro a apoiar a luta democrática do Solidariedade polonês, mesmo sem outras afinidades ideológicas. Temos combatido os atentados à liberdade sindical, partidária, religiosa etc. nos países do chamado socialismo real com a mesma motivação com que lutamos pelas liberdades públicas no Brasil. Denunciamos com idêntica indignação o assassinato premeditado de centenas de trabalhadores rurais no Brasil e os crimes contra a humanidade cometidos em Bucareste ou na Praça da Paz Celestial. O socialismo, para o PT, ou será radicalmente democrático ou não será socialismo. Os movimentos que conduziram às reformas no Leste Europeu voltaram-se justamente contra o totalitarismo e a estagnação econômica, visando institucionalizar regimes democráticos e subverter a gestão burocrática e ultracentralizada da economia. O desfecho desse processo está em aberto e será a própria disputa política e social a definir os seus contornos. Mas o PT está convencido de que as mudanças ocorridas e ainda em curso nos países do chamado socialismo real têm um sentido histórico positivo, ainda que o processo esteja sendo hegemonizado por correntes reacionárias, favoráveis à regressão capitalista.

Tais movimentos devem ser valorizados, não porque representem em si um projeto renovador de socialismo, mas porque rompem com a paralisia política, recolocam em cena aberta os diversos agentes políticos e sociais, impulsionaram conquistas democráticas e, em perspectiva, podem abrir novas possibilidades para o socialismo. A energia política liberada por tamanha

mobilização social não será facilmente domesticada pelo receituário do FMI ou pelos paraísos abstratos da propaganda capitalista.

A nossa bagagem ideológica original, enriquecida no próprio curso da luta política e consolidada nos vários encontros nacionais do Partido, orientou a conduta do PT ao longo de toda a década de 80 e garantiu a conquista de importantes objetivos históricos. Com o sentido geral da nossa política – democrático e anticapitalista – perfeitamente assegurado, optamos pela construção progressiva da nossa utopia concreta, isto é, da sociedade socialista pela qual lutamos. Quisemos evitar tanto o ideologismo abstrato, travo elitista da esquerda tradicional brasileira, quanto o pragmatismo desfibrado, característico de tantos outros partidos. De nada nos serviria um aprofundamento ideológico puramente de cúpula, sem correspondência na cultura política real de nossas bases partidárias e sociais.

De resto, também as direções careciam de muita experiência, que só a luta democrática de massas, paciente e continuada, pode proporcionar. O que legitima os contornos estratégicos definidos de qualquer projeto socialista é a convicção radicalmente democrática e transformadora de amplos segmentos populares. Pode-se dizer, sem indevido triunfalismo, que tal pedagogia política, baseada na autoeducação das massas por meio de sua participação civil, revelou-se, no geral, acertada.

Reconhecemos a existência, em escala mundial, de forças e movimentos de caráter democrático, popular, de libertação e socialista, com identidades com o projeto petista e com os quais manteremos relações privilegiadas. A hora presente nos faz inéditos desafios, que só serão vencidos através de uma superior criatividade político-ideológica. Atravessamos um novo período histórico, tanto em nível nacional quanto internacional, que exige do PT e de todas as forças socialistas e democráticas uma elaboração doutrinária ainda mais audaz e rigorosa.

Com a projetada reestruturação da economia brasileira e a decorrente recomposição da hegemonia interburguesa, a disputa política passa a dar-se, cada vez mais, no terreno dos projetos gerais, de notórias implicações ideológicas. Mais do que a mera estabilização da economia ou seu ajuste, o que está em jogo é o próprio caráter da inserção estratégica do Brasil no contexto internacional, seja como projeto econômico, seja como projeto ideológico.

Por outro lado, à medida que o PT galvaniza parcelas crescentes da sociedade brasileira e se credencia como alternativa política para o País impõe-se maior explicitação da nossa alternativa histórica. Muitos dos desafios aparentemente conjunturais – a reforma do Estado, por exemplo, ou a luta pela democratização da propriedade fundiária – só podem ser de fato equacionados e superados à luz de maiores definições estratégicas.

Da mesma forma, o fracasso de tantas experiências do socialismo real, com o reforço conjuntural da ideologia capitalista, mesmo num país como o nosso, vítima das contradições mais agudas e destrutivas do capitalismo, convida-nos a um renovado esforço crítico especulativo, capaz de relançar ética e historicamente a perspectiva da democracia socialista.

Mas qual socialismo? Qual sociedade, por qual Estado lutamos com tamanho empenho para construir? Como deverá ser organizada a sua estrutura produtiva e com quais instituições políticas contará? Como serão conjurados, no plano da política prática, os fantasmas ardilosos do autoritarismo? Inútil sublinhar a magnitude da tarefa histórica que é responder teórica e praticamente a tais indagações. Tarefa que não depende somente do PT e deve engajar todas as energias libertárias disponíveis em nossa sociedade, assim como valer-se de esforços análogos realizados em outros quadrantes.

Para algumas destas perguntas podemos avançar respostas que decorrem da nossa própria experiência ativa e reflexiva. Brotam, por negação dialética, das formas de dominação que combatemos ou resultam de convicções estratégicas que adquirimos em nossa trajetória de lutas. O V Encontro Nacional já apontou o caminho: para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, será necessária uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica na sociedade civil e no poder de Estado.

Outros aspectos do nosso projeto socialista são desafios em aberto, para os quais seria presunçoso e equivocado supor que podemos dar respostas imediatas. Sua superação demandará, provavelmente, insuspeitada fantasia política e criatividade prática, legitimadas não apenas pelas nossas opções ideológicas, mas pela aspiração concreta das massas oprimidas a uma existência digna.

O PT não concebe o socialismo como um futuro inevitável, a ser produzido necessariamente pelas leis econômicas do capitalismo. Para nós, o socialismo é um projeto humano cuja realização é impensável sem a luta consciente dos explorados e oprimidos. Um projeto que, por essa razão, só será de fato emancipador na medida em que o concebemos como tal: ou seja, como necessidade e ideal das massas oprimidas, capaz de desenvolver uma consciência e um movimento efetivamente libertários. Daí porque recuperar a dimensão ética da política é condição essencial para o restabelecimento da unidade entre socialismo e humanismo.

A nova sociedade que lutamos para construir inspira-se concretamente na rica tradição de lutas populares da história brasileira. Deverá fundar-se no princípio da solidariedade humana e da soma das aptidões particulares para a solução dos problemas comuns. Buscará constituir-se como um sujeito de-

mocrático coletivo sem, com isso, negar a fecunda e desejável singularidade individual. Assegurando a igualdade fundamental entre os cidadãos, não será menos ciosa do direito à diferença, seja esta política, cultural, comportamental etc. Lutará pela liberação das mulheres, contra o racismo e todas as formas de opressão, favorecendo uma democracia integradora e universalista. O pluralismo e a auto-organização, mais que permitidos, deverão ser incentivados em todos os níveis da vida social, como antídoto à burocratização do poder, das inteligências e das vontades. Afirmando a identidade e a independência nacionais, recusará qualquer pretensão imperial, contribuindo para instaurar relações cooperativas entre todos os povos do mundo. Assim como hoje defendemos Cuba, Granada e tantos outros países da agressão imperialista norte-americana, a nova sociedade apoiará ativamente a autodeterminação dos povos, valorizando a ação internacionalista no combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista será sua inspiração permanente.

O socialismo que almejamos, por isso mesmo, só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não se confunda com propriedade estatal, gerida pelas formas (individual, cooperativa, estatal etc.) que a própria sociedade, democraticamente, decidir. Democracia econômica que supere tanto a lógica perversa do mercado capitalista quanto o intolerável planejamento autocrático estatal de tantas economias ditas socialistas. Cujas prioridades e metas produtivas correspondam à vontade social e não a supostos interesses estratégicos do Estado. Que busque conjugar – desafio dos desafios – o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais com uma nova organização de trabalho, capaz de superar a sua alienação atual. Democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva – os conselhos de fábrica são referência obrigatória – quanto para o sistema no seu conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob controle social.

No plano político, lutamos por um socialismo que deverá não só conservar as liberdades democráticas duramente conquistadas na sociedade capitalista, mas ampliá-las. Liberdades válidas para todos os cidadãos e cujo único limite seja a própria institucionalidade democrática. Liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos.

O PT, lutando por tal socialismo, não menospreza os desafios teóricos e práticos a superar para a sua obtenção. Sabe que tem pela frente um gigantesco esforço de construção doutrinária e de luta social, e declara-se, mais do que nunca, disposto a realizá-lo, em conjunto com todas as forças democráticas e transformadoras presentes na vida brasileira.

1º CONGRESSO NACIONAL DO PT - 1991¹⁹

SOCIALISMO²⁰

INTRODUÇÃO

O Partido dos Trabalhadores propõe-se a compartilhar com os trabalhadores e com o conjunto das forças democráticas e socialistas a atualização do seu projeto histórico, fruto de 11 anos de luta pela democracia e pela igualdade social. Desde já, consideramos como nossos interlocutores naturais – sejam indivíduos, grupos sociais, instituições religiosas, organizações

19. O 1º Congresso Nacional do Partido dos trabalhadores foi realizado de 27 de novembro a 1º de dezembro de 1991 no Pavilhão Vera Cruz em São Bernardo do Campo - SP. Foram aprovadas as resoluções *Socialismo; Partido; Conjuntura e Moções*. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

20. Resolução aprovada no 1º Congresso Nacional do PT, de 1991. As resoluções *O socialismo petista* e *Socialismo* resultantes do 7º Encontro Nacional do PT e do 1º Congresso Nacional do PT, respectivamente, foram reafirmadas nas resoluções do 2º Congresso Nacional do PT, em novembro de 1999. Os dois textos integraram a resolução *Anexos* desse Encontro. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

civis ou político-partidárias – todos aqueles que almejam o fim da miséria e a eliminação das brutais injustiças presentes na vida brasileira.

Este é um momento privilegiado para que, diante da grave crise que o País atravessa, o PT formule e apresente à sociedade brasileira alternativas à política do governo federal e aponte, em conjunto com as demais forças democráticas e socialistas, um novo rumo, um projeto para reconstruir o Brasil.

O Governo Collor e os defensores do capitalismo nunca fizeram tanto marketing político como agora. Trabalham com quatro ou cinco palavras de ordem (Estado mínimo, desregulamentação, privatização, livre comércio, mercado etc.), disputando aspirações, sentimentos e vontades políticas, tentando quebrar toda a representação e significados que tinham e têm para a humanidade a possibilidade de existir outra forma de organização da sociedade, distinta do capitalismo.

Simultaneamente, o País assiste a um espetáculo de corrupção, de fisiologia e de violência nunca visto antes. É a truculência contra as instituições; é o aceno à pena de morte e aos linchamentos para conter a violência, que cresce com a desagregação social; é o uso da ameaça militar contra o Legislativo. O governo retoma o pagamento da dívida externa e comanda uma política econômica que não oferece saídas para o Brasil. Acentua-se a liquidação do patrimônio público e a degradação dos serviços sociais. As políticas agrária e agrícola intensificam o êxodo rural e estimulam a violência contra os trabalhadores rurais. Inexiste uma política salarial, industrial e de desenvolvimento que leve em conta as necessidades e aspirações da maioria.

A esquerda brasileira, as forças democráticas e socialistas estão diante de um enorme desafio: superar a paralisia e a dispersão, reavivando a esperança que animou o povo durante a Campanha Lula e em todas as mobilizações sociais inspiradas na ideia de que o Brasil tem futuro. É preciso barrar já os desmandos de um governo que prometeu levar o País à modernidade e ao Primeiro Mundo, mas que nos precipita no abismo da regressão e da fragmentação social.

Esta é uma oportunidade histórica para debatermos e impulsionarmos a construção de um renovado projeto de socialismo democrático, coerente com as nossas tradições de origem. Ao mesmo tempo, é um momento decisivo para estimular os movimentos sociais, quebrar o cerco que a direita fecha contra nossos governos municipais, ligar nossa luta no Congresso Nacional à mobilização social e, sobretudo, trazer o Partido de volta às ruas, retomando com todo vigor o combate ao governo e às elites, que se beneficiam do quadro atual.

Caberá recolher as experiências e as críticas acerca das administrações democrático-populares, transformando-as em estímulo e solidariedade necessários para promover correções de rumo, que permitam a nossos gover-

nantes combinar o atendimento das aspirações populares com a luta dos trabalhadores pela construção do socialismo.

Devem estar presentes, também, as preocupações com o movimento sindical cutista. É urgente que a CUT se capacite para enfrentar, com novos procedimentos, a recessão, o desemprego e um governo que disputa ativamente conosco no terreno político e ideológico. O movimento sindical combativo está diante de um grande desafio: superar os limites do corporativismo, lutando para que os trabalhadores se reconheçam também como cidadãos, que participam e interferem ativamente em todos os temas nacionais. Cabe ainda aos petistas contribuir para que a CUT não se perca no sectarismo e na luta interna.

É necessário recuperar toda a formulação acumulada sobre o papel estratégico do movimento popular, que tem sido elaborada a partir das práticas de luta de todo um conjunto de militantes do Partido, que hoje participam do processo de construção da Central de Movimentos Populares, tendo em vista a articulação de movimentos e unificação de lutas em torno de eixos estratégicos, como a reforma urbana, por exemplo.

Finalmente, é essencial indicar a necessidade de retomar a mobilização direta do Partido, para que se possa transformar as demandas dos movimentos sociais, os projetos de nossos parlamentares e as propostas do Governo Paralelo em bandeiras de luta de massa. Temas como política salarial, combate à corrupção, adoção de uma nova política agrária e agrícola, democratização das comunicações, reforma educacional, capacitação tecnológica, nova organização sindical, legislação eleitoral, formas de governo e reforma do Estado não podem ser, num partido como o PT, preocupação exclusiva dos parlamentares, devendo converter-se em pauta de mobilização da ação pública do Partido e do conjunto da militância. Só assim se dará respaldo e consequência à ação de nossas bancadas parlamentares, que, na ausência disto, ficam sem meios para quebrar o cerco do governo, do empresariado e dos setores conservadores no Congresso Nacional.

Se acreditarmos que o momento exige a retomada da mobilização e da organização popular, precisamos fazer com que os debates também sirvam a esse objetivo. Daí a necessidade de associarmos as discussões acerca do socialismo, dos caminhos para construí-lo e da reorganização partidária ao enfrentamento dos problemas reais do país e à disputa com o projeto neoliberal do Governo Collor.

Por isso abrimos este documento com um chamamento à luta. E o desenvolvemos com uma apreciação sobre as mudanças no cenário internacional, onde a crise do socialismo real se desenrola num contexto de reestruturação global da economia, da política e da sociedade. Destacamos, de maneira sintética, nossa visão sobre o socialismo petista (nem socialismo real, nem

social-democracia) e sobre a estratégia para alcançá-lo, com ênfase na disputa de hegemonia. Desenvolvemos, em seguida, as linhas gerais de um projeto para o Brasil, das bases de nossas políticas táticas e setoriais e, por fim, a reestruturação necessária para adequar o PT a esta nova era e às novas tarefas.

Queremos que todos os filiados e simpatizantes do PT, independente de filiação a tendências, possam ter vez e voz na vida partidária. Um partido que dialogue com as demais forças democráticas e socialistas, favorecendo a construção de um programa e de um bloco histórico, necessários para promover um desenvolvimento alternativo no País. Para isso, é fundamental que os debates tratem do Brasil real, dos grandes problemas nacionais, dos meios para a combinação da luta social e institucional, dos rumos do movimento sindical, da tática eleitoral e da política de alianças para 1992. E é vital que se integrem em nossas preocupações as lutas dos sem-terra, dos movimentos populares e o desafio, profundamente socialista, que consiste em incorporar plenamente à vida política os milhões de marginalizados existentes no Brasil.

Este é o sentido deste documento: remobilizar as energias do Partido e mostrar alternativas a tudo isto que está aí. Este é o caminho para derrotar o Governo Collor, avançar nas lutas sociais e vencer as eleições de 1992, abrindo campo para, em 1994, assumir o governo do Brasil.

A NOVA SITUAÇÃO INTERNACIONAL

A situação mundial vive mudanças profundas. Os Estados Unidos saem fortalecidos da Guerra do Golfo. Prossegue e se agrava a crise nos países do socialismo real. A formação de grandes blocos econômicos acentua a segregação política, econômica e social da maior parte da humanidade. Aprofunda-se a diferença entre o Norte e o Sul. A vertiginosa onda de inovações tecnológicas é acompanhada da ameaça e da subtração de conquistas sociais acumuladas pelos trabalhadores nos últimos 50 anos. O mundo caminha para o próximo século sem ter solucionado os grandes problemas que afligem as maiorias do planeta – pior ainda, vendo agravarem-se a fome, a miséria, a segregação racial, os ódios nacionais, a exclusão política e o militarismo.

Estamos assistindo ao fim das relações internacionais estabelecidas depois da 2ª Guerra Mundial. O desmoronamento dos regimes do Leste Europeu e a crise brutal que corrói a URSS – que atinge também todos os países que beberam da fonte do socialismo real – abrem caminho para um mundo no qual os Estados Unidos, em decadência econômica, mantêm a hegemonia graças à sua preponderância militar estratégica.

O colapso dos regimes do Leste Europeu, a crise da URSS e dos demais países que compunham o bloco do chamado campo socialista não se constitui

apenas no crepúsculo do stalinismo, da burocracia e do totalitarismo travestido de socialista. Num certo sentido, o que se está vendo é o desmantelamento de grande parte daquilo que o movimento socialista mundial construiu desde a Revolução Russa de outubro de 1917.

Se os ideais que moveram os movimentos sociais revolucionários ao longo deste século persistem como fonte de inspiração para o nosso Partido, temos que reconhecer que estamos assistindo ao esgotamento do ciclo de revoluções socialistas, iniciado com a Revolução Russa de 1917, e do modelo de sociedade por elas gerado. Se aquelas revoluções – bem como as mobilizações anticapitalistas e de libertação nacional que nelas se referenciaram – tiveram sucesso em expropriar o capital em vários países do globo, proporcionando, direta ou indiretamente, avanços políticos e sociais, por outro lado não conseguiram dar respostas a questões como a liberdade individual, a democratização nas relações Estado-indivíduo, desenvolvimento com preservação da natureza, hoje não se constituindo mais em ponto de partida ou caminho para o desenvolvimento do socialismo.

O fôlego adquirido pelos EUA e pelo grande capital combinado com o fracasso do socialismo real permite a atual ofensiva ideológica contra toda e qualquer tentativa teórica e prática de superação da ordem capitalista. Superação, no entanto, mais necessária do que nunca.

AUMENTAM AS DESIGUALDADES

Avança neste final de século a chamada Terceira Revolução Industrial, que prenuncia a economia do século XXI. Este novo sistema de produção da riqueza mundial apoia-se numa enorme concentração de capital e tem sua face mais visível num vertiginoso processo de mudanças tecnológicas, cujos motores são o complexo microeletrônico, responsável pela transformação radical do uso e da transmissão de informações; a robótica, que substitui, progressivamente, operações humanas e os próprios trabalhadores na linha de produção, alterando os processos produtivos; a biotecnologia, que possibilita modificar a estrutura e o comportamento dos seres vivos, bem como sua forma de participação no processo produtivo; e os novos materiais, que contribuem para desmaterializar a produção, substituindo e depreciando o valor das matérias-primas. No processo de trabalho, a mão-de-obra desqualificada perde importância crescente, impondo novas exigências de qualificação profissional, com o que os países do Terceiro Mundo perdem uma de suas “vantagens comparativas.”

Esse novo padrão de desenvolvimento tecnológico capitalista desarticula o núcleo de trabalho operário da indústria, investe sobre as conquistas

sociais e fragmenta a classe trabalhadora, gerando desemprego tecnológico e estabelecendo novos paradigmas para a luta sindical e política. Com base nesse novo surto tecnológico, assumem novas e gigantescas dimensões as potências espoliadoras do capital sobre o trabalho, intensificando-se a exploração da força de trabalho, reforçando a centralização do controle da economia mundial nos polos norte-americano, europeu e japonês, amplificando, em escala planetária, a destruição ambiental.

Na esteira das novas tecnologias, mudam também os métodos de gestão. O trabalho de grupo, os círculos de controle de qualidade tendem a substituir a tradicional linha de montagem: o padrão taylorista, fordista, cede a vez ao toyotismo, como se convencionou chamar os novos métodos de gestão.

As múltiplas e revolucionárias inovações em curso, caso persistam sob controle e domínio dos capitalistas, continuarão engendrando graves e crescentes problemas sociais. Caso apropriadas pelos trabalhadores, articulados com suas organizações políticas e sindicais, poderão ser utilizadas como forças de extraordinária importância para a libertação da humanidade (diminuição da jornada de trabalho, diminuição das desigualdades sociais, ampliação do tempo disponível para o lazer e a política etc.).

Do ponto de vista político, o fim da Guerra Fria e da bipolaridade militar entre Leste e Oeste descortina uma transição para uma unipolaridade militar estratégica sob hegemonia dos EUA. O principal conflito da política internacional é a relação Norte-Sul. Os conflitos regionais passam a ter dimensão internacional, mas sem o contraponto do bloco socialista e com risco permanente de intervenção dos Estados Unidos, cujas forças armadas tendem, cada vez mais, à condição de mercenários. O grande muro do final do século é entre os países centrais e os países pobres, onde pequenas elites opulentas vivem em meio à miséria de milhões – com enormes dificuldades de participação na chamada “nova ordem internacional”. Isto não significa o fim dos choques entre as alternativas globais – capitalismo e socialismo – nem tampouco o encerramento dos conflitos nos países ricos do norte, onde se aprofunda a concentração de renda e riqueza, aumentam o racismo e a xenofobia nacionalista e cresce o desemprego, exigindo novas dimensões da luta social.

Sob a liderança do chamado Grupo dos Sete (no qual a União Soviética pede ingresso), os três grandes blocos econômicos – EUA, Europa-92 e Japão – manipulam os organismos multilaterais e propõem, abertamente, converter a ONU em polícia do mundo. Fazem parte desse plano o disciplinamento militar do Terceiro Mundo, seja através do controle de armamentos, seja mesmo pela desmobilização de suas forças armadas, a serem substituídas por uma força supranacional controlada pela ONU e administrada pelos EUA.

A globalização da produção, ao estabelecer novos marcos de competitividade e novas escalas de produção, apressa a consolidação de grandes blocos econômicos regionais. Os EUA promovem uma integração em escala avançada com o Canadá e, recentemente, com o México, para criar um megamercado capaz de concentrar 30% da produção mundial e 16% do comércio internacional, embora reúna não mais que 5% da população do planeta. Economicamente debilitado por uma dívida que absorve quase 200 bilhões de dólares por ano de capitais externos e atrasado na corrida tecnológica liderada pelo Japão, ainda assim os EUA contam com sua supremacia política e militar para manter o dólar como padrão monetário.

A Europa integra na Comunidade Econômica 12 países, 350 milhões de habitantes (7% da população mundial), 25% da produção e 40% do comércio internacional. Com instâncias supranacionais de coordenação de políticas públicas, identidade cultural e planejamento estratégico, o bloco europeu pode ganhar força nas decisões trilaterais, se conseguir superar as divergências existentes no seu interior.

O terceiro bloco, composto pelo Japão e os países asiáticos de industrialização recente, embora pouco formalizado como agrupamento, beneficia-se de uma alta complementaridade produtiva e é impulsionado pelo imenso dinamismo da economia japonesa. Este bloco, sem peso significativo no cenário político, agrega 7% da população terrena e responde por 16,5% tanto do PIB quanto do comércio internacional.

Já a URSS, com 16,3% do PIB mundial em 1950, não representa atualmente mais que 9% e tende a continuar perdendo espaço econômico e político nas relações internacionais.

Em contraste com esse quadro de concentração de riqueza e poder, o Terceiro Mundo, com 75% da população mundial, teve sua participação no PIB reduzida de 22,4%, em 1980, para apenas 16,9%, em 1990. No Terceiro Mundo, um bilhão de seres humanos sobrevivem com uma renda per capita de 370 dólares; 500 milhões estão em estado agudo de subnutrição; 40% da população mundial vivem sem acesso a serviços profissionais de saúde; e 30% não têm disponível sequer água potável.

ECONOMIA E NATUREZA

A nova ordem econômica, política e militar capitalista concentra cada vez mais conhecimento, poder e riqueza nos países ricos do Norte (onde também existe desemprego e miséria), ao mesmo tempo que torna insustentáveis as condições de vida da maioria da população do planeta.

Porém, esse modelo de sociedade não é universalizável. Seja porque há uma contradição entre formas cada vez mais socializadas de produção e o consumo relativamente restrito, seja porque há limites políticos, populacionais e ecológicos à sua generalização. O homem e a mulher são partes da natureza. São as partes que desenvolveram a consciência. Se vivemos numa sociedade onde a espécie humana perdeu essa consciência da sua naturalidade, esta é mais uma dimensão do processo de alienação a que se chegou. Os socialistas recusam a tese de que “o homem está destruindo a natureza”. Essa tese, ao falar de um homem genérico, dilui as responsabilidades pela atual devastação do planeta.

Numa sociedade fundada no lucro e na propriedade privada, a natureza não está à disposição do ser humano. A propriedade privada da natureza priva, por exemplo, grande parte da humanidade do direito de decidir o que dela vai ser feito. Assim, vivemos numa sociedade que gera grande riqueza para poucos, miséria para muitos e degradação ambiental para todos, pondo em risco, inclusive, a própria sobrevivência do planeta. Desse modo, os recursos naturais não podem ser apropriados sob regime de propriedade privada, mas sim de forma coletiva e democrática, em sintonia com o meio ambiente e solidária com as futuras gerações.

Os socialistas propõem novos critérios para elaboração da contabilidade nacional, onde sejam computados os custos da degradação ambiental, como, por exemplo, a perda da biodiversidade, da fertilidade da terra, da água e da pureza do ar. A poluição é um claro exemplo de socialização dos prejuízos e de privatização dos benefícios. Para nós, são indicadores do desenvolvimento o tempo livre e o avanço cultural do povo e, para isso, é fundamental retornar-se à luta pela diminuição da jornada de trabalho. Não existe nenhum limite natural para a jornada de trabalho. Ele é claramente político e o resultado das lutas de classe. Entendemos que o trabalho é uma necessidade e, como tal, deve ser democraticamente gerenciado e produzido para que o homem possa ser, efetivamente, livre.

Até agora, o movimento popular e sindical tem se preocupado com a questão tecnológica, basicamente, por seu impacto no desemprego, com ênfase nas consequências da robótica e da informática. Esse é o aspecto importante e, através dele, é possível perceber com clareza que a redução da jornada de trabalho constitui-se numa bandeira extremamente moderna e atual. No entanto, considerando outro lado da questão, vemos que o trabalhador tem vendido a sua saúde (insalubridade como adicional de salários) ao invés de lutar pela despoluição dos locais de trabalho e dos processos de produção, deixando intacta a matriz tecnológica do capital.

Os socialistas lançam junto aos sindicatos e à classe trabalhadora a luta política pelas tecnologias limpas e um ambiente de trabalho saudável, tanto no aspecto biofísico, químico, como psicossocial. Devemos assumir a luta por tecnologias que minimizem o impacto agressivo sobre a saúde e a vida de quem produz e o meio ambiente, patrimônio da população e base de sua qualidade de vida.

A luta pela substituição das tecnologias sujas, que usam o benzeno, o mercúrio, o ascarel, o asbesto, os agrotóxicos e o jateamento de areia, entre outros, supõe o aumento da consciência de classe e, por incorporarem dimensão ecológica, torna-se uma questão de interesse de toda a humanidade, contribuindo para superar o corporativismo. Obter ambientes de produção ecologicamente seguros é condição preliminar para que todo o ambiente seja despoluído. O segredo comercial, invocado pelo capital para não revelar a composição química dos seus produtos, não pode estar acima da vida. Assim, a bandeira das tecnologias limpas deve-se associar às transformações na estrutura da propriedade, de distribuição do consumo final.

Um projeto socialista pressupõe as reformas agrária e urbana, pensando-as articuladamente com a matriz energética. O incentivo às formas de geração de energia descentralizadas (biodigestores, mini usinas, energia solar e eólica) é importante na democratização do acesso à energia e o desenvolvimento de pequenas e médias cidades. Porém, não devemos nos omitir das responsabilidades quanto aos problemas das grandes cidades, exigindo a proteção das encostas, dos mananciais e fundos de vale, a primazia do transporte coletivo sobre o individual, o uso do gás como combustível, ciclovias, reciclagem do lixo urbano, entre outras propostas.

Defendemos uma nova divisão de trabalho radicalmente diferente da atual, onde os países ricos se reservam as tecnologias de ponta, como a robótica, a biotecnologia, a informática, a química fina e o laser e realocizam no Terceiro Mundo as indústrias sujas, altamente degradadoras do meio ambiente e consumidoras de energia e do próprio homem. O direito à autodeterminação dos povos não pode ser evocado para destruí-los, assim como suas fontes naturais de vida. Ao nosso conceito de soberania e à nossa ética será incorporada uma dimensão ecológica.

O IMPACTO SOBRE A AMÉRICA LATINA

O resultado de mais uma década de estagnação dos países do Terceiro Mundo foi o crescente distanciamento, tecnológico e produtivo, dos países capitalistas centrais. A América Latina vem sofrendo esse processo de maneira

avassaladora. A dívida externa tornou-se um verdadeiro sorvedouro de recursos. Só na década de 80, 250 bilhões de dólares saíram do Continente, ao mesmo tempo que a economia deixava de crescer, culminando, em 1989, com a menor taxa de desempenho entre todas as regiões do mundo. Eis o retrato da década perdida: a renda per capita da América Latina, de 2.320 dólares, em 1980, caiu para 2.090, em 1990.

A imposição das políticas de ajuste do FMI trouxe consigo a recessão econômica prolongada e a hiperinflação, mergulhando a América Latina num processo de regressão econômica e fragmentação social: nos anos 80, o desemprego cresceu 50% na região, segundo os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e o subemprego atinge 35% da população economicamente ativa, agravando os níveis de marginalidade.

O neoliberalismo se apresentou como projeto de ajuste do capitalismo no Continente. Poderosa ofensiva ideológica dos centros de poder do capitalismo internacional, o neoliberalismo implica também um conjunto de medidas de desregulamentação do processo de expansão capitalista precedente, baseado no nacional-desenvolvimentismo e no modelo de substituição de importações. O projeto neoliberal está destruindo a estrutura produtiva nacional, sem assegurar a reorganização da economia.

Amparado pelo discurso neoliberal, o governo norte-americano promove uma descarada intervenção no Continente, sutilmente batizada como “Iniciativa para as Américas”. A dolarização em curso em vários países, a agressão militar em países centro-americanos, as ameaças de intervenção, pressões em setores de tecnologia de ponta (como química fina e informática), o debate sobre a Amazônia, a indústria bélica e o narcotráfico, eis a pauta do contencioso dos países da América Latina com os EUA.

ARTICULANDO UMA ALTERNATIVA

O impasse histórico do capitalismo na região e a incapacidade do neoliberalismo e das elites locais em formularem soluções exigem da esquerda a apresentação de um projeto emergencial de desenvolvimento, que compatibilize as necessidades de modernização com o atendimento das enormes demandas populares.

Diante das pressões imperialistas pelo controle da região, mais que nunca se faz necessária uma estratégia continental de solidariedade, de alianças entre forças políticas e sociais progressistas, que associe amplas mobilizações populares ao papel do direito internacional como dirimidor de conflitos. Até porque, se a chamada política de coexistência pacífica já criara zonas de in-

fluência reservadas a cada um dos campos (EUA e URSS), o cenário deste final de século descarta qualquer possibilidade de cobertura estratégica por parte dos países do antigo campo socialista às lutas de emancipação no Continente.

Os anos recentes conheceram o fim das ditaduras militares no Continente e o avanço dos movimentos revolucionários na América Central. Mesmo hoje, a tentativa de afirmação do neoliberalismo enfrenta a resistência de movimentos populares, sindicais e setores políticos locais, fortalecidos por recentes sucessos eleitorais da esquerda, como foram os casos de Lula, no Brasil; [de] Cárdenas, no México; de Aristide, no Haiti; e da Frente de Esquerda, na Colômbia. Trata-se, agora, de articular os movimentos e setores organizados da população aos amplos setores marginalizados e envolvidos em relações informais de trabalho, de sorte que o protesto econômico não seja a única forma de expressão dos de baixo, mas que se conjugue a uma estratégia política global e a um projeto alternativo de desenvolvimento, sem o que há o risco de uma fragmentação social ainda maior.

Diante das tendências em curso, que ameaçam a própria sobrevivência da humanidade, urge a construção de um padrão alternativo de desenvolvimento – inspirado nos ideais socialistas, democráticos e libertários – que promova uma redistribuição da capacidade de produção da riqueza mundial, que assegure uma radical democratização das estruturas de decisão e que esteja assentado num modelo de desenvolvimento que contemple um planejamento ambiental, democrático, participativo e solidário com as gerações futuras.

O PT está comprometido com a construção de uma nova ordem econômica, política, jurídica e ecológica, que tenha como exigência fundamental a democratização do poder. Não haverá uma nova ordem democrática sem uma ampla participação dos países pobres do Sul e sem a distribuição do poder econômico, político, tecnológico e militar concentrado nos países ricos – um verdadeiro obstáculo à criação de uma nova civilização. Isso significa que a emancipação da América Latina e a construção de uma nova sociedade passam, necessariamente, pela superação da ordem mundial que hoje se estrutura e da dominação daqueles setores que, dentro e fora dos países do Continente, dela se beneficiam.

Os eixos de luta anti-imperialista, antimonopolista e antilatifundiária, elaborados nos 5º e 6º Encontros Nacionais do PT, como as bases do programa sustentado pelos trabalhadores e a maioria da nação brasileira, dizem respeito a problemas que são enfrentados por todos os países de nosso Continente (exceto Cuba): a dominação imperialista e a necessidade da conquista de uma efetiva soberania nacional; a ligação indissolúvel entre as classes dominantes nacionais e internacionais, responsável pela miséria de nossos povos; as ameaças permanentes postas para os avanços democráticos (como

vemos agora no novo golpe do Haiti) e a luta das maiorias populares pelo seu aprofundamento; a luta pela reforma agrária contra os latifúndios que dominam a maioria das terras do Continente; a luta pela reforma urbana radical; a defesa, contra o capital monopolista, das empresas estatais estratégicas, construídas nas décadas anteriores e hoje sucateadas e/ou entregues de presente aos grupos de pressão burgueses nacionais e internacionais etc. É somente na luta pela realização destas tarefas que nosso Continente poderá conquistar uma inserção internacional diferente da atual, contribuindo para a estruturação de uma nova ordem internacional não opressiva.

A nova ordem econômica deverá solucionar definitivamente a questão da dívida externa e terá de reverter o fluxo de capitais do Norte para o Sul, através de amplos e consistentes programas de cooperação econômica, promovendo a distribuição da riqueza e do conhecimento técnico-científico internacional.

Uma nova ordem ecológica é fundamental para evitar a destruição coletiva da humanidade. Nesse sentido, é decisivo que o PT se prepare para enfrentar a grande disputa político-ideológica que se trava em torno dos temas ecológicos. É particularmente importante acompanhar os eventos da Rio-92 e as várias iniciativas paralelas atualmente em preparação, no sentido de evitar que a discussão sobre uma gestão mundial dos recursos naturais estratégicos seja feita sem levar em conta a necessidade de uma nova ordem econômica internacional, efetivamente democrática. Até porque os países ricos são os principais responsáveis pela destruição ambiental.

Outra iniciativa que deve ser acompanhada de perto pelo PT é a do Mercosul, que pretende integrar comercialmente Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e, potencialmente, Chile. Nossa ação deve voltar-se para envolver os movimentos populares, o sindicalismo, as forças de esquerda democráticas e socialistas, colocando na pauta de discussão a questão da dívida externa e de uma política frente aos megamercados, se empenhando para que a integração não se limite às relações comerciais.

UM NOVO INTERNACIONALISMO

O PT, que vem desenvolvendo um esforço de articulação dos partidos de esquerda no Continente – com os Encontros de São Paulo e da Cidade do México – deve prosseguir com estas iniciativas, abrindo um novo espaço de articulação partidária e sindical no Cone Sul. Nesse sentido, devemos lutar pela construção de um novo internacionalismo, fundado em novos valores, em novos sujeitos e agentes políticos, que estejam empenhados em constituir uma nova civilização.

O PT reafirma sua solidariedade ativa à luta emancipatória e revolucionária dos povos dos países pobres do Sul, em especial à revolução na Nicarágua, cuja evolução acompanhamos com interesse. A Revolução Cubana tem, para nós, um significado particular, pela defesa da soberania nacional, pelo anti-imperialismo e pelas conquistas sociais por ela estabelecidas. Por isso, seus esforços para suportar a pressão imperialista do Governo Bush contarão com o apoio do PT, que desenvolverá uma campanha de solidariedade ao povo cubano, para que se respeite sua autodeterminação e se preservem suas conquistas. Ganha especial destaque a luta contra o bloqueio econômico imposto pelos governos imperialistas, que cobra de toda a esquerda a criação de poderoso movimento de protesto, influência da opinião pública mundial e articulação de iniciativas concretas de apoio e sustentação das conquistas da Revolução Cubana. Compreendemos, contudo, que a melhor e mais eficaz defesa da Revolução Cubana é a liberação das potencialidades revolucionárias dos trabalhadores, através da instituição dos mais variados mecanismos democráticos de expressão e representação.

A transnacionalização vertiginosa do capital impõe às organizações dos trabalhadores uma nova e criativa ação internacional, capaz de fortalecer suas lutas emancipadoras. No plano sindical, é fundamental se ampliem as experiências de articulação de comissões de trabalhadores por empresas transnacionais, como a CUT vem fazendo. Cabe, também, fortalecer organizativa e politicamente a Coordenação Sindical Latino-Americana, dando-lhe maior efetividade na luta contra a dívida externa e maior capacidade propositiva frente ao desafio da integração continental.

Ademais, diante das profundas transformações em curso no sindicalismo mundial, com a virtual extinção da FSM (Federação Sindical Mundial) e a expansão político-organizativa da CIOSL, torna-se imprescindível que se promova um amplo e democrático debate junto às bases do movimento sindical acerca das possibilidades abertas ao sindicalismo internacional nesta nova conjuntura, debate no qual o PT tem que tomar parte ativa.

A CUT deve, segundo resolução do IV Concut, definir sua posição sobre a proposta de filiação ou não à CIOSL em Plenária Nacional da entidade, em 1992. Trata-se de uma questão que tem profundas implicações para a construção da CUT. Esse é um tema sindical eminentemente político. Sobre ele, o PT deve adotar uma posição que deve balizar a atuação de seus militantes na CUT, propiciando a intervenção unificada de seus sindicalistas. Para tal, o PT deverá realizar um amplo debate na base partidária, diretórios municipais, plenárias estaduais, que culmine com uma plenária nacional sindical do PT, anterior à plenária da CUT.

Já existe, no âmbito da América Latina, um intercâmbio entre os diversos movimentos populares, a troca de experiências acumuladas no desenvolvimento das lutas contra a exploração capitalista da reprodução social da força de trabalho, bem como do enfrentamento da dominação cultural. A realização, este ano, do Encontro Continental de Organizações Comunitárias, no Brasil, para tratar de habitação, meio ambiente e saneamento é um alerta, para o PT, da importância cada vez maior dos movimentos populares também no plano internacional e da necessidade de tratá-los estrategicamente na luta pela hegemonia do projeto democrático e popular.

Como força política capaz de governar o Brasil, a política internacional do PT, pautada pelo novo internacionalismo, deve estreitar o diálogo com os partidos de esquerda, socialistas e democráticos, especialmente com aqueles programaticamente mais próximos da nossa concepção de socialismo. Nossa política internacional deve ser ampla, plural, solidária e capaz de costurar uma rede de alianças que amplie nossa capacidade efetiva de transformar a sociedade brasileira.

O COLAPSO DO SOCIALISMO REAL

No Leste Europeu, na URSS e nos demais países que compunham o chamado campo socialista, sucedem-se transformações econômicas, sociais e políticas, que estão pondo abaixo tudo o que se costumou designar como socialismo. O que está, em alguns daqueles países, ocorrendo são verdadeiras revoluções democráticas, que estão demolindo – de dentro para fora – um mundo organizado fundamentalmente em torno da URSS. Diante destas enormes mudanças no panorama internacional, com profundas incidências sobre os paradigmas da luta pelo socialismo, o PT está chamado a compreender em profundidade tais acontecimentos, evitando tanto a postura daqueles que se lamentam diante da redobrada ofensiva do capital – por não perceberem como positivo o renascimento histórico de povos que durante décadas tiveram sua iniciativa política sufocada – quanto dos que não querem ver o muro da miséria que está se erguendo sobre os escombros do socialismo real. Num momento como esse, de mudanças tão profundas e rápidas, é preciso evitar a pressa dos que propõem vaticínios definitivos sobre um processo ainda em curso.

Durante décadas, os regimes do socialismo real privaram povos inteiros da participação política e da democracia. Por isso mesmo, o PT saudou as transformações ocorridas naqueles países, por significarem o renascimento do movimento operário, da sociedade civil e do debate cultural. Entretanto, a confusão político-ideológica promovida por aqueles governos que se intitulavam “socialistas” e “populares” tem seu preço: hoje, nos países do ex-socia-

lismo real, são enormes as ilusões no capitalismo, estão em risco importantes conquistas sociais e o desemprego se alastra.

Politicamente, mantêm-se ativas as forças que representam o passado – como se viu no fracassado golpe de Estado na URSS – ao mesmo tempo que crescem as forças de direita, o monarquismo e o populismo reacionário, que se aproveitam do justificado anticomunismo daqueles povos. Os conflitos étnicos – pretensamente suprimidos a fórceps – adquirem a dimensão de guerra civil na Iugoslávia e noutros países, mas existem sinais de que os trabalhadores resistem a esse estado de coisas. É o caso da Polônia, onde o sindicato Solidariedade rompeu com o governo de Lech Walesa e manteve uma linha combativa, o que nos ajuda a entender a boa vontade com que a comunidade internacional perdoou a dívida externa polonesa. Cabe ao PT estar atento a esses acontecimentos, buscando, especialmente, contatar aqueles agrupamentos políticos e sociais que venham a expressar os mesmos ideais configurados no projeto socialista de nosso partido.

Apesar das diferenças e da heterogeneidade, e de suas particularidades nacionais, culturais e políticas, a crise do socialismo real também atinge aqueles países que, na África, na Ásia e na América, fizeram opção por um desenvolvimento não capitalista. Alguns desses países – como é o caso da China e do Vietnã – optaram por manter fechados os seus regimes políticos, embora adotem programas de reformas econômicas, que se encontram em estágio bastante avançado. Outros países, como é o caso de Angola e Moçambique, entraram em profunda e prolongada crise. O fim do apoio econômico e militar soviético retirou desses países as condições com as quais sustentavam regimes, na maioria dos casos, sem apoio popular, submetidos ao cerco imperialista e a prolongados processos de guerra civil.

Com a derrota eleitoral da FSLN [Frente Sandinista de Libertação Nacional], o único regime de orientação socialista que sobrevive na América Latina é o cubano. A dissolução do campo socialista e o bloqueio econômico movido pelos Estados Unidos criam enormes dificuldades a Cuba. Tudo indica, porém, que naquele país continuam presentes o sentimento anti-imperialista e a mobilização de massa pela independência, pela soberania nacional e pelo socialismo. No entanto, caso fraqueje a solidariedade internacional, persistam sem solução as enormes dificuldades econômicas e não se introduzam reformas democráticas, podem surgir outros desdobramentos.

O QUE DESABOU NO LESTE

O modelo econômico, político e social existente nas várias experiências socialistas, apesar de suas enormes diferenças, de país para país, bebeu direta

ou indiretamente das mesmas fontes teóricas e práticas, que ganharam destaque com a Revolução Russa de 1917 e com o modelo soviético de construção do socialismo e a experiência histórica posterior. Mas também manifestou contradições com aquelas mesmas fontes teóricas.

A Revolução Russa esteve no centro do amplo ascenso revolucionário que eclodiu na Europa e na Ásia ao final da Primeira Guerra Mundial. Entretanto, apesar de ter resistido à pressão militar de seus adversários externos, sofreu uma série de crescentes derrotas – o seu isolamento internacional, em decorrência da derrota das revoluções em países como Alemanha, Itália e Hungria e do cerco patrocinado pela burguesia internacional; a destruição massiva do país e suas consequências sociais; a eliminação das conquistas obtidas em 1917 no plano da democracia política; o crescente poder no novo Estado e no Partido com ele imbricado de uma burocracia que se autonomizou de qualquer tipo de controle etc.

Esse processo – que deriva de circunstâncias objetivas que não podem ser subestimadas e, também, produto de erros cometidos pelos revolucionários que estavam à frente do novo poder – teve como resultado global uma verdadeira contrarrevolução, que alijou os trabalhadores do exercício do poder e o concentrou nas mãos de uma burocracia transformada na nova camada dominante na sociedade soviética.

Aí predominam concepções como a da edificação integral do socialismo em um só País, fundado na estatização dos meios de produção, sob controle burocrático; um Estado burocrático radicalmente separado da sociedade civil e com um caráter contrário aos interesses dos trabalhadores; o partido único imposto por lei; a substituição da democracia socialista por um regime de opressão burocrática; a vulgarização – em verdade a negação – do marxismo e sua transformação em ideologia de Estado; uma ideia de transição ao socialismo desumanizada, despolitizada e tecnocratizada, como simples batalha pela produção. Esse modelo e a pressão material, política e ideológica que ele exercia pesaram decisivamente no curso dos processos revolucionários posteriores, como as Revoluções Chinesa, Iugoslava, Vietnamita ou mesmo, ainda que em menor grau, a Cubana.

Essas experiências difundiram-se e influenciaram gerações e gerações de militantes de esquerda. Terminou-se por erigir seus pressupostos em dogmas intocáveis, à revelia da própria experiência histórica posterior. Esses dogmas aparecem, hoje, fortemente identificados com as tradições do movimento socialista, e com a própria noção de socialismo.

O PT sempre questionou tais dogmas. Nunca aceitou transformá-los em sua doutrina oficial. A prática e a teoria do PT sempre rejeitaram como modelo, para o Brasil, os sistemas políticos organizados sobre a base do regi-

me de partido único, dos sindicatos como engrenagens do Estado, da estatização forçada e irrestrita da atividade econômica, do alijamento do povo do exercício do poder, da eliminação dos opositores e do predomínio do Estado/Partido sobre a sociedade e sobre os indivíduos, tudo aquilo, enfim, que ficou conhecido como a ditadura do proletariado.

Entretanto, diversas vezes tomamos a defesa dos regimes do socialismo real com o argumento de que neles, ao menos, os socialistas tinham conseguido resolver os problemas sociais aqui não superados. Nossa crítica apontava para a sua essência antidemocrática, mas incorporávamos suas experiências por aquilo que, supostamente, haviam resolvido historicamente. Essa contradição entre nossa vocação democrática originária e a complacência em relação aos regimes burocráticos impediu que nos antecipássemos criticamente, com todas as consequências decorrentes, em relação às tendências de mudanças que hoje se verificam.

Embora nunca tivessem sido predominantes, há uma série de fatores na história do PT que ajudam a entender as razões desta contradição. Entre elas, destacam-se a disputa ideológica com o capitalismo, nas condições de guerra fria; uma certa nostalgia na busca da criação de um partido de vanguarda no Brasil; a defesa do estatismo como sinônimo de socialismo e a ideia de democratização da sociedade a partir do Estado; e, finalmente, a convivência com teorias científicistas e produtivistas do desenvolvimento econômico. Desse modo, acabamos nos posicionando como se o socialismo pudesse se realizar sem uma progressão histórica dos povos no sentido da democracia e da liberdade.

Quando lutamos contra a Ditadura Militar e a Nova República, não entendíamos a democracia como uma formalidade que pudesse ser separada do social. A democracia, para nós, é a forma concreta através da qual a sociedade pode discutir e escolher abertamente, pelas maiorias, os meios e as formas de progresso material, da produção, da repartição e da circulação dos bens materiais e culturais por ela produzidos. Foi por não incorporarem esta concepção que os partidos comunistas no poder levaram as economias de seus países a um beco sem saída.

Mesmo com o progresso material da sociedade – e, na maioria destes países, esse progresso ocorreu relativamente, a sua história – a resolução burocrática e administrativa da organização da produção, da circulação de bens e da vida social – acabou por pressupor uma nova forma de gerir instituições que pouco se diferenciava das velhas instituições capitalistas. A nova ordem, a cidadania plena, a liberdade não só não chegaram a essas sociedades, nem penetraram em suas instituições, como foram negadas em nome da “defesa das conquistas sociais ameaçadas constantemente pelo inimigo externo”.

O isolamento internacional; a estatização generalizada da economia, que tampouco foi seguida por sua efetiva socialização; o planejamento burocrático altamente centralizado, que se fechou à participação real dos trabalhadores; a hipertrofia da indústria pesada e militar às expensas do consumo de massa; o bloqueio à livre manifestação das preferências de consumo, a castração da liberdade cultural e intelectual, a falta de democracia política e as dificuldades econômicas de toda ordem, inclusive aquelas patrocinadas pela ação imperialista, provocaram o esgotamento do impulso libertário das revoluções socialistas.

O envelhecimento da base produtiva, as perdas na produtividade e na produção, os graves problemas ambientais, o recuo das condições de vida, as precariedades de toda ordem, a violação dos direitos civis e da cidadania, esta realidade, que vem à tona de forma mais flagrante hoje, causam impacto no mundo, em especial na juventude. Não pode haver esperança com esse horizonte socialista. Por isso, o PT tem que recusar claramente esse modelo. Cabe ao Partido apontar para um horizonte socialista para a humanidade bem diferente do socialismo real.

Um dos dogmas que desabou no Leste Europeu foi a verdadeira ficção histórica de que seria possível a um bloco de países construir uma sociedade socialista, isolando-se, para isto, do mercado mundial. A expropriação da burguesia e do grande capital internacional abriu uma fissura no mercado mundial. A URSS e os países do Leste Europeu tenderam a ser excluídos da divisão internacional do trabalho que prevaleceu no sistema capitalista internacional. Essa situação só pode ser suportável durante certo período. Mas o seu desenvolvimento acabou exigindo e pressionando a favor da reintegração desses países no mercado mundial, sem o que essas economias socializadas não conseguiriam – como acabaram não conseguindo – superar as contradições entre o livre desenvolvimento da produção, a necessidade de intercâmbio tecnológico, científico e as bases atrasadas desses países.

A produtividade do trabalho impõe, para seu crescimento, um permanente progresso tecnológico, que os países ricos só podem financiar graças ao domínio econômico que exercem sobre a maioria dos países do mundo. A busca de resolução desses problemas com recursos exclusivos de um só país, ou mesmo de um bloco de países até então atrasados, só pode gerar impasse. Ou, como acontece efetivamente, por pragmatismo, a uma relação hipócrita de coexistência com o grande capital, em prol do qual muitas vezes se chegou a sacrificar a solidariedade internacional a processos revolucionários.

Se, hoje, amplos setores da população daqueles países enxergam com simpatia o retomo a formas de exploração familiar da terra, o restabelecimento de mecanismos de mercado, inclusive certa presença do capital estrangeiro

e de mercadorias de “melhor qualidade”, provenientes do exterior capitalista, é porque os regimes burocráticos foram incapazes de propiciar tanto democracia quanto o permanente desenvolvimento tecnológico.

Por isso, apesar de muitas vezes levarem ao retorno do capitalismo e mesmo diante dos riscos de terceiro-mundização dos países do Leste, o PT saudou as transformações lá ocorridas, porque se trata de um renascimento histórico de vários povos contra regimes que pretenderam (em nome do socialismo e da liberdade) apagar a vida social, decidir pelo povo e controlar o seu destino. Só a experiência viva, a prática dos novos sindicatos e partidos, que pipocam em meio à crise, é que vão ajudar os povos, os trabalhadores daqueles países, a superarem suas ilusões no capitalismo.

NOSSO CAMINHO PARA O SOCIALISMO

Testemunha da violência estrutural do capitalismo brasileiro, de sua lógica perversa e excludente, o PT já nasceu pregando a sua superação histórica e a construção, em nosso País, de uma sociedade verdadeiramente democrática e libertária. Toda uma década de intenso convívio com a tragédia social brasileira fortaleceu nossas convicções radicalmente democráticas e anticapitalistas. É o capitalismo – não aquele dos paraísos verbais, mas o capitalismo realmente existente – que condena à miséria, à sub-humanidade, parcelas crescentes de nossa população e faz da sociedade brasileira uma das mais desiguais e opressivas do planeta.

Por isso mesmo, o PT recusa qualquer postura defensiva diante do que ocorre no Brasil e no mundo. Num País como o nosso, em que metade da população vegeta à margem da cidadania, são mais justas e necessárias do que nunca as lutas de libertação dos explorados e oprimidos. Num País como o nosso, a indignação é a maior das virtudes cívicas – e a revolta é a atitude ética por excelência.

O PT não aceita que o retumbante fracasso dos regimes do socialismo real seja usado como biombo para ocultar os crimes do capitalismo brasileiro. O fim das ditaduras erigidas em nome do socialismo não exime, absolutamente, as elites brasileiras da responsabilidade pelo descalabro do País. Estamos convencidos de que a tarefa que se coloca, hoje, para a classe trabalhadora e todas as forças progressistas é a de impulsionar um renovado projeto de socialismo democrático.

Os ideais que se encontram na raiz dos movimentos sociais revolucionários ao longo deste século persistem como fonte de inspiração para o nosso partido, que se compromete com a luta pela superação do capitalismo e a construção de uma nova sociedade onde a força de trabalho não seja uma

mercadoria; onde a opressão política ceda lugar a instituições sob controle de toda a sociedade, dentre as quais um governo dos indivíduos livremente associados; onde não haja qualquer forma de opressão por motivo de raça, idade e convicções religiosas; onde as terras não sejam destrutivamente ocupadas e os ecossistemas devastados; onde homens e mulheres, libertos progressivamente de toda opressão material, possam construir novas relações sociais; onde a busca da felicidade seja um direito efetivo de todos os indivíduos e comunidades; onde, enfim, a igualdade social possibilite o pleno florescimento das potencialidades individuais.

Mas o novo não nasce do nada. Embora saibamos que não existem respostas prontas para os desafios que estamos vivendo, a nossa própria trajetória de lutas pode fornecer-nos subsídios importantes, assim como pode ser de grande valia o exame crítico das experiências do socialismo real e a análise das contradições particulares do capitalismo contemporâneo.

O desafio da reconstituição da utopia socialista, nós o assumimos não apenas como reelaboração teórica de um sonho futuro, mas, principalmente, como um novo modo de fazer e viver a política, uma nova práxis partidária e social, que incorpore, de fato, os valores libertários e socialistas. Não basta negar o modelo de socialismo real como tentativa de realização estatal da utopia. É preciso aprofundar, sem autocomplacência, a nossa análise para extirpar de nossas práticas partidárias e sociais as manifestações autoritárias que, no discurso, condenamos.

A democracia e as relações internas no Partido, nas prefeituras que dirigimos e nos movimentos sociais de que participamos devem ser analisadas e criticadas abertamente por nós. É preciso reconhecer que no “petismo real” existem, em quantidade exagerada e perigosa, fenômenos como o aparelhismo, o sectarismo, as manobras espúrias, a falta de democracia. Sem superar tudo isso, o discurso acerca de nosso projeto de um socialismo renovado ficará no papel. Não seremos capazes de construir uma sociedade melhor amanhã, se não formos capazes de mudar nossa prática hoje.

A utopia só merece este nome, e só terá forças para mover e comover multidões, para realizar-se como projeto histórico, se começar aqui e agora, em nossa existência cotidiana, em nossa militância, na trajetória coletiva da classe trabalhadora, ainda que através de experiências particulares, micro-sociais, capazes de prefigurar a sociedade de homens e mulheres livres que queremos construir.

O PT sabe, também, que esta tarefa não é unicamente nossa e se declara disposto a somar-se com todos os movimentos políticos que, no Brasil e no mundo, estejam empenhados em superar os impasses do socialismo. Ao fazê-lo, apresenta dois pressupostos para que o debate seja, a um só tempo,

amplamente democrático e orientado pelo que ocorre no mundo real. O primeiro, no nível do método, é que não se podem violentar as características de um partido democrático e de massas como o PT. Isso significa que o debate, longe de ficar restrito a um pequeno círculo de intelectuais e dirigentes, deve envolver o conjunto de filiados e simpatizantes e, a partir destes, se estender a toda a sociedade. Do mesmo modo, o debate deve contemplar a pluralidade de um partido laico, sem doutrina oficial.

O segundo pressuposto diz respeito ao nosso posicionamento. Estamos passando a limpo nossa experiência, buscando caminhos, numa conjuntura específica, num momento histórico determinado, localizado no tempo e no espaço. Assim sendo, entramos no debate tomando partido, reafirmando nossa condição socialista, que não se deixa seduzir pelos discursos que a burguesia divulga em todos os seus veículos e canais, na tentativa de afirmar sua supremacia e de proclamar a vitória final do capitalismo, como forma de organização superior da sociedade.

A discussão não é acadêmica, neutra ou abstrata. A classe dominante se lança nela com objetivos políticos bastante concretos. No caso do Brasil, temos de manter a nossa crítica persistente e permanente do capitalismo. Está em curso uma disputa política, comandada pelo Governo Collor, na qual se tenta derrotar qualquer proposta, qualquer alternativa ao capitalismo. Daí que, para sermos bem sucedidos neste embate, teremos de ser capazes não apenas de difundir os ideais libertários de nosso projeto socialista, mas também, e, sobretudo neste momento, de apresentar para a sociedade um programa alternativo para o Brasil, sem o que o imaginário da nação continuará aprisionado pelas elites. E o País continuará dominado por uma minoria, que concentra renda, terra, informação e poder, incompatíveis com uma sociedade democrática.

Antes de esboçarmos nossas ideias sobre o socialismo e a estratégia para alcançá-lo, gostaríamos de resgatar algumas questões de método, com o qual vimos trabalhando desde o IV Encontro Nacional do PT. Estabelecemos, naquela ocasião, a necessidade de contar com o concurso dos mais diversos elementos de conhecimento, articulados entre si, para traçar um projeto de construção do socialismo em nosso país, entre os quais destacamos os seguintes:

a) o conhecimento da realidade concreta do Brasil, das tendências do desenvolvimento capitalista brasileiro e da correlação de forças no plano nacional, nas suas diferentes dimensões, já que a edificação da nova sociedade só se dará a partir das contradições da atual sociedade capitalista;

b) o conhecimento da prática dos movimentos sociais brasileiros, tendo em conta que a forma concreta como eles lutam e se organizam é que vai

determinar, em grande medida, as formas de organização e as relações econômicas, sociais e políticas da futura sociedade;

c) o conhecimento e a avaliação crítica das experiências concretas do socialismo em diferentes países do mundo, assim como dos pressupostos teóricos que as embasaram ou explicaram, na perspectiva da formulação de novos pressupostos teóricos para orientar a ação partidária;

d) o conhecimento das tendências internacionais do desenvolvimento do capitalismo, a avaliação da correlação de forças no plano internacional e sua incidência na dinâmica da luta de classes no País.

Esse método de abordagem reitera um pensamento que está implícito no próprio processo de fundação do PT: a construção do socialismo no Brasil deverá ser obra dos próprios trabalhadores brasileiros, sem modelos preconcebidos, nas condições de necessidade e de possibilidade que irão modificando sua ação concreta.

NEM SOCIALISMO REAL, NEM SOCIAL-DEMOCRACIA

Desde a sua origem, o PT vem buscando construir, prática e teoricamente, uma alternativa tanto ao chamado socialismo real quanto à social-democracia, ao mesmo tempo em que não deixa de aprender com as tentativas de superação do capitalismo. Na construção dessa alternativa – cujos marcos são os últimos Encontros Nacionais, especialmente o 7º Encontro, que delineou os contornos do “socialismo petista” – nosso Partido vem reafirmando sua concepção de que o socialismo não nascerá de um decreto, nem do PT, nem de ninguém. Como afirmou Lula, em 1981, “o socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares”.

Para o PT, socialismo é sinônimo de radicalização da democracia. Isso quer dizer que a concepção de socialismo do PT é substancialmente distinta de tudo que, enquanto concepção, vimos concretizado em todos os países do chamado socialismo real. Mais do que a mera afirmação retórica de uma ideia, esse compromisso democrático pretende concretizar-se em todas as dimensões do Partido: no seu modo de ser e de organizar-se, nos valores que assume perante a sociedade, no seu relacionamento com os movimentos sociais e com a sociedade civil, nas propostas consubstanciadas em seu programa político, na sua atuação parlamentar e em cargos executivos: enfim, em toda ação cotidiana de cada petista. Afinal, “democracia, para nós, é simultaneamente meio e fim”. Dizer isso implica recusar todo e qualquer tipo de ditadura, inclusive a ditadura do proletariado, que não pode ser outra coisa senão ditadura do partido único sobre a sociedade, inclusive sobre os próprios trabalhadores.

O PT recusa-se a pensar o futuro da sociedade de acordo com padrões absolutistas e a-históricos. Em nossa concepção de socialismo, não há lugar para a noção de uma sociedade perfeita, pronta e acabada, sem problemas e sem diversidade de interesses e opiniões. O socialismo, para ser humanista e democrático, terá que ser uma sociedade na qual governem e se realizem os seres humanos reais – com suas paixões, seus desejos, suas grandezas e seus defeitos – e não um ilusório ser humano perfeito, que não é outra coisa senão a negação do ser humano.

Lutamos por uma ordem social qualitativamente superior, baseada na cooperação e na solidariedade, na qual os conflitos sejam vividos democraticamente. Coerentemente com isso, o PT rechaça a noção segundo a qual o pluralismo não passa de uma circunstância que se tolera, até o dia em que, suprimidas as classes sociais, supostamente se estabelecem as bases da homogeneidade de pensamento.

O PT entende que a diversidade de desejos e ideias é inerente à condição humana, razão pela qual a pretensão de suprimi-la não passa de um projeto de violentação da humanidade. Lutamos por uma sociedade efetivamente plural, mais um motivo para sermos anticapitalistas, pois o capitalismo, ao oprimir e alienar os indivíduos, só admite, de fato, uma pluralidade restringida pela desigualdade de condições e oportunidades. Mas, motivo também para rechaçarmos a chamada “pluralidade para os partidos operários”, ou seja, “para quem pensa como nós”, que, historicamente, só pode levar a formas de ditadura.

É por isso que encaramos a democracia política, econômica e social como base constitutiva da nova sociedade. O socialismo pelo qual o PT luta prevê, portanto, a existência de um Estado de Direito, no qual prevaleçam as mais amplas liberdades civis e políticas, de opinião, de manifestação, de imprensa, partidária, sindical etc.; onde os mecanismos de democracia representativa, libertos da coação do capital, devem ser conjugados com formas de participação direta do cidadão nas decisões econômicas, políticas e sociais. A democracia socialista que ambicionamos construir estabelece a legitimação majoritária do poder político, o respeito às minorias e a possibilidade de alternância no poder.

Nossa perspectiva, entretanto, não se limita à democratização e à socialização da política apenas a partir do Estado. Visamos construir no socialismo uma esfera pública na qual a política não se restrinja a iniciativas estatais e institucionais, mas que, ao contrário, tenha seu polo dominante nas iniciativas surgidas da sociedade, na perspectiva de que a população organizada se aproprie de funções que hoje são reservadas às esferas estatais e institucionais, exercendo em plenitude uma nova cidadania. Para o PT, o socialismo

deve ser também a socialização dos meios de governar, a descentralização do poder e, principalmente, o reconhecimento do direito à diversidade política, cultural, étnica, sexual e religiosa.

O problema da relação entre as formas diretas e representativas de democracia deve levar em conta esses objetivos de desestatização da política. A democracia socialista se baseia na crescente superação da alienação e da apatia política da maioria da população, num nível muito maior de atividade, participação, consciência e organização do povo. Exige também condições socioeconômicas distintas das atuais, entre elas uma importante redução da jornada de trabalho. Nesse quadro, a superação das instituições que são responsáveis por um importante nível de autonomia dos governantes perante o povo, como é o caso dos mecanismos clássicos da democracia representativa liberal, é um objetivo a ser perseguido. Ela busca abolir a distinção entre governantes e governados e encaminhar a extinção das desigualdades de classe e do Estado enquanto aparelho de dominação.

A concepção de socialismo que defendemos pretende superar a experiência econômica do socialismo real, baseada em uma estatização generalizada das atividades econômicas, que promoveu o domínio da burocracia e bloqueou o desenvolvimento da criatividade e do avanço tecnológico. De outro lado, recusamos o mercado capitalista, organizado sob a lógica do lucro e exploração do trabalho assalariado, concentrador de renda, riqueza e poder como forma de organização da produção social.

O PT entende que é preciso estimular o planejamento estratégico e democrático do desenvolvimento, diversificar as formas de propriedade, gestão e controle social, combinando diferentes formas de propriedade (estatal, coletiva, social, pública, particular, mistas), privilegiando as formas de propriedade de caráter social e estabelecendo limites à propriedade individual, de acordo com critérios vários, como setor de atividade, volume de lucro gerado, número de empregados, entre outros; diferentes formas de gestão econômica (autogestão, direção pessoal ou coletiva, mistas) e várias formas de controle social (sindical, popular, estatal), compreendendo que a eliminação das desigualdades herdadas do capitalismo demandará um longo, demorado e conflituoso processo, do qual, no momento, só podemos vislumbrar as formas mais gerais. Até porque os contornos precisos de uma sociedade socialista não podem ser definidos hoje (a não ser como projetos de laboratório, desprovidos de vida), exatamente porque eles serão produtos da própria luta social, política, econômica e cultural. Por isso mesmo, entendemos ser essencial fortalecer o controle da sociedade civil sobre o Estado também no terreno econômico, impulsionando a socialização e a democratização do Estado e o desenvolvimento das esferas públicas no âmbito da própria sociedade civil.

A concepção de socialismo do PT nega tanto a ideologia do livre mercado (que conduz à concentração de riqueza e de poder e produz marginalidade social) como a ideologia do estatismo, típica do socialismo real (que prejudica o avanço tecnológico, bloqueia a criatividade, nega aos consumidores o poder de escolher entre produtos e serviços e estabelece, necessariamente, o domínio da burocracia). O PT entende que só a combinação entre o planejamento estatal e um mercado orientado socialmente será capaz de propiciar o desenvolvimento econômico com igualdade na distribuição das riquezas, negando, dessa forma, a preponderância e a centralidade do capital na dinâmica das relações sociais. Para que isso aconteça, será necessário que o Estado exerça uma ação reguladora sobre a economia, através de suas próprias empresas e de mecanismos de controle do sistema financeiro, de políticas tributárias, de preços, de crédito, de uma legislação antimonopolista e de proteção aos consumidores, aos assalariados e aos pequenos proprietários. Mas será necessário, antes de tudo, que a sociedade esteja organizada, de modo a poder interferir, decisivamente, na definição da política econômica.

O PT recusa a perspectiva voluntarista de pretender abolir o mercado, como espaço social da troca, por decreto. O mercado, sob controle do planejamento democrático e estratégico e orientado socialmente, é compatível com nossa concepção de construção do socialismo. No entanto, o fortalecimento das formas socializadas e coletivas de produção e o desenvolvimento tecnológico poderão permitir que, historicamente, possamos superar definitivamente as relações mercantis de produção.

Ao rejeitar o socialismo real, o PT é, muitas vezes, chamado a definir sua posição frente à social-democracia, corrente política com a qual mantemos e continuaremos mantendo um relacionamento político aberto, franco, crítico e independente. Reiteramos aquilo que já definimos em vários de nossos Encontros Nacionais: o PT não vê na social-democracia um caminho para a construção do socialismo nem tampouco uma alternativa real aos impasses da sociedade brasileira.

A política social-democrata, do ponto de vista econômico, está baseada num Estado de Bem-Estar Social, que se apropria de parte do excedente econômico, através de políticas fiscais, e o repassa para políticas sociais destinadas a compensar as desigualdades provocadas pelo mercado. Proposta insuficiente num país como o Brasil, de enormes carências sociais, no qual as elites não demonstram nenhum tipo de compromisso com a elevação do nível de vida da população e onde o Estado, falido, conduz uma política que leva à recessão e à fragmentação social.

Num país como o nosso, o excedente econômico que pode ser captado através de medidas fiscais tradicionais, para realizar políticas sociais, é

insuficiente diante das enormes demandas populares acumuladas. A adoção das profundas reformas estruturais necessárias ao Brasil supõe uma ruptura radical com a ordem econômica, política e social vigente – o que ultrapassa os limites da proposta social-democrata, que, politicamente, acredita na neutralidade do Estado e adota como horizonte máximo a luta por reformas no interior do próprio capitalismo.

A proposta social-democrata obteve relativo sucesso nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, quando a burguesia europeia – acossada internamente pelos movimentos operários e preocupada com a expansão do bloco socialista – foi obrigada a aceitar importantes reivindicações políticas e sociais. À medida, contudo, que se consolidava o Estado de Bem-Estar Social, a social-democracia ampliava seus compromissos com a ordem internacional patrocinada pelos Estados Unidos – a exemplo do que ocorreu na recente Guerra do Golfo. Finalmente, sucumbiu à ofensiva neoliberal, suprimindo, na França e na Espanha, conquistas históricas das classes trabalhadoras. Hoje, podemos dizer que a social-democracia não apenas perdeu a referência socialista, como também se mostra incapaz de sustentar sua proposta de Estado de Bem-Estar Social, imerso na crise fiscal e na regressão política. Cabe ressaltar, também, a apatia e a omissão da social-democracia diante do crescente movimento racista em toda a Europa.

O PAPEL CENTRAL DA DISPUTA DE HEGEMONIA

Ao longo dos últimos anos, avançou bastante no PT a compreensão sobre nosso caminho para o socialismo, vale dizer, sobre a estratégia global do Partido. Vêm sendo incorporados, nesse período, à prática e à teoria do Partido, elementos básicos dessa estratégia, como o lugar central da luta de massas no combate à exploração capitalista e ao autoritarismo das elites; a necessidade de construir uma ampla rede de organizações populares; o papel estratégico dos movimentos sociais e populares e de um partido de massas, como o PT; a combinação das mais variadas formas de luta; a articulação entre o campo e a cidade; a constituição de um bloco político e social, soldado na luta comum e nas alianças necessárias à construção de uma alternativa democrática e popular; a perspectiva internacionalista e a compreensão da democracia como valor permanente para os trabalhadores.

Nessa mesma linha, o 5º Encontro Nacional do PT formou a convicção de que, na caminhada rumo às mudanças democrático-populares e ao socialismo, a classe trabalhadora precisa desenvolver uma política de acúmulo de forças de longa duração, o que significa disputar a hegemonia. A disputa de hegemonia é parte fundamental da estratégia de transformação revolucionária

do Brasil – já que entendemos que o poder político se constrói no cotidiano das lutas, no sindicato, na organização dentro da fábrica, no comitê de empresa, na associação de bairro, na escola e no campo.

Esse poder popular, entretanto, tem um caráter limitado pelas instituições dominantes na sociedade capitalista – e pela correlação de forças sociais que a sustentam – podendo, em situações políticas particulares, ganhar um novo caráter, expandindo-se e generalizando-se. Este fortalecimento se baseia no processo anterior de construção de hegemonia e num projeto de organização social e política dos trabalhadores e setores oprimidos, mas, também, em grande medida, na generalização das formas de auto-organização popular, do poder construído nas fábricas, escolas, empresas, no campo.

Vivemos um importante momento de qualificação dos movimentos sindical e popular, que procuram superar posturas corporativistas, isoladas ou meramente reivindicativas. A ação dos movimentos sociais, de lutar cotidianamente pelas reivindicações e pela participação popular, amplia o conceito de democracia e cidadania, apontando novas formas de controle e gestão das políticas sociais (conselhos populares, projetos de emenda popular, plebiscitos...), e coloca a nu as formas históricas de reprodução das desigualdades do sistema capitalista. Essa ação vem revelando o potencial transformador e revolucionário desses movimentos. A procura de qualificação da ação dos movimentos sociais encontra, em diversas iniciativas, instrumentos de ação para o movimento evoluir positivamente.

Duas iniciativas vindas do movimento popular merecem destaque pelo PT:

- 1) o projeto de emenda popular que cria o fundo nacional de moradia popular, sob controle da sociedade civil;
- 2) a proposta de construção de uma central de movimentos populares, que englobe os diversos tipos de movimentos, unificando suas lutas mais gerais em princípios e ações nacionais comuns, garantindo a autonomia, a especificidade e o respeito à realidade de cada um.

Para fortalecer essa trajetória, o Partido está chamado a se transformar em formulador efetivo e orgânico de políticas de ação de seus militantes para os setores. Nesse sentido, durante o ano de 1992, o PT se propõe a aprofundar a discussão sobre as formas de luta, para que, com base numa resolução partidária, possa orientar a militância quanto à pertinência ou não da proposta de construção da central, e do ano de 1993, para a sua fundação.

Para o PT, a conquista do poder político não começa, nem termina e tampouco se reduz, simplesmente, à clássica representação simbólica da “ocupação do palácio governamental”. Se não visualizamos a conquista do poder como um “assalto ao Estado”, tampouco acreditamos que o socialismo virá

através de um ininterrupto e linear crescimento das forças e da hegemonia socialistas dentro da sociedade, sem que ocorram choques e confrontos intensos. Reafirmamos, portanto, que as transformações políticas, econômicas e culturais que o Brasil necessita supõem uma revolução social, como a experiência histórica comprovou, inclusive recentemente, até no Leste Europeu.

Só um poderoso movimento por reformas políticas e sociais, baseadas num programa democrático e popular centrado no combate ao latifúndio, ao monopólio e ao imperialismo, pode levar a cabo a profunda revolução que este país necessita, se quiser superar o modelo excludente que o caracteriza desde a origem. Na visão do PT, a revolução social necessária para superar o capitalismo tem que ser obra de milhões e milhões de brasileiros, que, na luta por reformas profundas e estruturais em nossa sociedade, enfrentam-se com o *status quo* vigente, acumulando forças para as necessárias transformações revolucionárias, radicalmente democráticas e socialistas.

No Brasil, a burguesia administra o gigantismo do complexo econômico nacional e do aparelho de Estado lançando mão de inúmeros esquemas de dominação. A violência dos assassinatos no campo e das ocupações de fábricas por tropas do Exército se combina com as sofisticadas técnicas persuasivas da Rede Globo e de centenas de outros meios de comunicação, ou mesmo com a abertura de algumas fatias do aparelho estatal à presença das forças populares. Tal estratégia de dominação – baseada ainda no recurso constante a golpes militares e no desprezo à democracia e à legalidade que, formalmente, a burguesia diz tanto prezar - só pode ser enfrentada a partir de uma perspectiva de disputa de hegemonia que não se deixe seduzir por nenhum tipo de ilusão no espírito democrático de nossas elites. Na linha do que foi estabelecido pelas resoluções de vários Encontros Nacionais do Partido, o socialismo que almejamos supõe a construção democrática de uma maioria disposta a construí-lo na sociedade. Mas o PT entende como legítima a autodefesa contra as violações do direito à vida e à cidadania, bem como o direito de rebelião dos povos contra a tirania, internacionalmente reconhecido, inclusive em resoluções das Nações Unidas.

A auto-organização dos trabalhadores, a consolidação da sociedade civil, a democratização das instituições e dos meios de comunicação constituem a maior garantia de que será possível sustentar um governo democrático-popular, derrotando as eventuais tentativas golpistas que, como sabemos, fazem parte da tradição da classe dominante no Brasil. É exatamente por isso que consideramos como uma de nossas tarefas estratégicas a luta contra a violência e contra a repressão exercida cotidianamente sobre os trabalhadores e o povo. A redefinição do papel das Forças Armadas, o desmantelamento das milícias paramilitares, o controle social sobre o trabalho policial e a luta

contra a ideologia da segurança nacional são caminhos que tornam possível defender a cidadania, os direitos democráticos e os governos populares em um país como o nosso, em que o golpe militar é o recurso mais recorrente, toda vez que as elites veem seus privilégios ameaçados.

A DISPUTA POR HEGEMONIA HOJE

Até 1987, a disputa pela hegemonia era colocada, basicamente, como uma política de acúmulo de forças, a partir da avaliação de que não estava na ordem do dia a tomada do poder ou uma crise revolucionária. Depois de 1989, a disputa pela hegemonia passa, necessariamente, a incluir a disputa pelo governo federal em 1994, a gestão das administrações municipais, a luta pela democratização do Estado e por reformas sociais, assim como a organização e o crescimento dos movimentos sociais.

É esta nova compreensão das tarefas de disputa de hegemonia no Brasil que o PT precisa assumir e assimilar, sob pena de ficar prisioneiro ou de políticas equivocadas, que privilegiam apenas a luta econômica e a pressão popular, ou que privilegiam somente a atuação no campo institucional, sem articular as lutas reivindicatórias e setoriais com a luta por reformas políticas e econômicas, mantendo, assim, a luta institucional prisioneira do caráter antidemocrático e elitista das instituições e dispersando as lutas sociais nas reivindicações específicas e no corporativismo.

A segunda lição que devemos aprender dos últimos anos é a necessidade de, na disputa pela hegemonia, apresentar propostas políticas que levem o movimento sindical e popular a travar a luta e a mobilização sem ficar restrito à luta corporativa, estrangulada pela recessão e pelo desemprego.

Para isso, é preciso combinar a necessária luta pelas reivindicações setoriais com uma atuação mais ampla, que envolva a negociação e a ação na frente institucional, e uma política de alianças que inclua os setores marginalizados e desorganizados da sociedade. A CUT, além do encaminhamento das lutas das diferentes categorias e da luta por uma política salarial e pelo Contrato Coletivo Nacional, tem que ampliar a base dos sindicatos e apresentar-se como interlocutora da classe trabalhadora no debate e na disputa de alternativas para o País, desde a política de saúde e educação até a política tecnológica e as saídas para a crise brasileira.

O movimento sindical tem que considerar o trabalhador não só como assalariado, mas também como produtor, contribuinte e, principalmente, eleitor e cidadão, assumindo plenamente a luta política pelo alargamento dos direitos da cidadania. Deve dirigir sua atuação para os marginalizados e excluídos da sociedade capitalista, exercendo uma ampla ação de solidariedade

social junto a esses setores. Igualmente, é seu papel exigir do Estado uma atuação na área de serviços públicos, principalmente da educação, formação profissional, seguro-desemprego, levando a sociedade a lutar por reformas que viabilizem a incorporação dessas dezenas de milhões de brasileiros ao mercado de trabalho e nos serviços públicos.

A necessidade de integrarmos o movimento sindical em nossa estratégia democrática e popular coloca ao PT o enorme desafio de atualizar e desenvolver a linha sindical do Partido, aprovada em 1986, e de priorizar o acompanhamento do que se passa no cenário sindical, ajudando o movimento a superar seus impasses atuais. Essa tarefa, que deve ser objeto dos processos de encontros do próximo ano, deve encontrar, desde já, orientações que permitam iniciarmos a discussão.

Há, de um lado, toda uma dimensão bastante positiva cumprida pelo sindicalismo combativo no Brasil. Ele sustentou, ao longo de mais de uma década, um elevado nível de atividade que, se hoje nos parece insuficiente para enfrentar ofensivamente o Governo Collor e sua política recessiva, contribuiu, por todo o período anterior, para minimizar as perdas da classe trabalhadora frente às políticas conservadoras (o que possibilitou aos trabalhadores brasileiros terem perdas comparativamente menores que os de outros países do Continente). É essa combatividade que está na raiz da importante expansão organizativa da CUT desde sua fundação, em 1983.

Mas, temos, de outro lado, uma série de problemas, que vêm se acumulando sem solução, ao longo dos últimos anos. A estrutura do sindicalismo atrelado ao Estado só foi parcialmente reformada pela ação do sindicalismo combativo (e essas mudanças foram, em parte, reconhecidas pela Constituição de 1988). Ainda subsiste a unidade baseada no reconhecimento do Ministério do Trabalho. A Convenção 87 da OIT não foi ratificada. A organização por local de trabalho ainda é uma exceção, mesmo nos sindicatos da CUT. A imensa maioria das entidades sindicais não subsiste graças à contribuição voluntária de seus associados, mas sim em função de contribuições compulsórias.

No âmbito da CUT, o primeiro problema é a dificuldade dos trabalhadores em redefinir uma orientação que permita dar uma resposta à altura às agressões que sofrem com a política neoliberal. As dificuldades tendem a aumentar, assim como a necessidade de respostas mais incisivas. O segundo problema diz respeito ao enfrentamento com o “sindicalismo de negócios”, que tem colocado seu apoio à aplicação do projeto neoliberal do Governo Collor de Melo. Em terceiro lugar, um preocupante processo de luta vem se desenvolvendo na CUT e nos sindicatos, tendo, em geral, como foco o controle de aparelhos, sem que regras democráticas de convivência sejam estabelecidas e respeitadas. Chega-se ao cúmulo de divisões de cutistas em

diferentes chapas em eleições sindicais propiciarem a vitória de correntes de direita, ou de congressos da CUT não discutirem política e se dedicarem apenas à eleição da direção.

Os problemas de orientação política, as dificuldades de superação da estrutura burocratizadora estabelecida (e a não superação contamina a própria CUT) e as dificuldades de convivência democrática entre as correntes petistas exigem uma intervenção ativa do PT, como o partido da esquerda brasileira de maior influência no movimento sindical.

O Partido precisa repensar sua atuação na sociedade, entendendo as diferentes formas de opressão nela existentes, que não se resumem à contradição capital-trabalho, mas se estendem a processos discriminatórios e de exclusão econômica, social, cultural e política, que expressam a natureza de classe, de raça e de gênero, característicos do processo de dominação instituído nos poderes e na sociedade e responsável pela transformação de maiorias sociais em minorias políticas.

Apesar do fato de todas as pessoas estarem imersas nas relações de classe, existem sistemas de opressão que são também determinantes na vida das pessoas, na construção de valores, na organização de relações sociais e pessoais, como é o caso das relações de gênero. Nessas relações, estabelecem-se papéis masculinos e papéis femininos, de dominador e dominada, dando base para uma concepção autoritária das relações humanas e da sociedade, com a subordinação das mulheres em todas as esferas sociais. A luta das mulheres contra esse tipo de relações de poder faz parte da luta pela construção de uma sociedade socialista. Nessa construção, o movimento autônomo das mulheres tem papel fundamental, pois desvenda a relação dialética, mutuamente reforçadora, entre a estrutura de classes do capitalismo e a estruturação sexual hierárquica das relações de gênero.

O Partido dos Trabalhadores reconhece que a organização de diferentes setores sociais (mulheres, negros, juventude, homossexuais etc.), seu direito de lutar e reivindicar pela definição das prioridades sociais, econômicas e políticas e sua presença na disputa pelos rumos da nova sociedade são também uma garantia da construção de uma sociedade socialista democrática, socialismo entendido como prática e processo de emancipação da humanidade em geral e de emancipação das mulheres.

O movimento de mulheres busca uma nova forma de fazer política que não seja arbitrária, nem vitimizadora da mulher, nem manipuladora, mas que aceite a unidade na diversidade, não só como necessidade, mas também como condição da nossa ação para construir o sujeito político mulher. E nessa busca, o movimento de mulheres propõe formas de poder que transformem as relações sociais, que criem uma sociedade democrática na qual as reivindica-

ções de cada um dos setores sociais encontrem espaço para serem resolvidas. Isso requer regras do jogo que garantam às mulheres, aos negros, à juventude, aos homossexuais e outros as condições de se construírem como sujeitos, empenhados na construção de uma sociedade socialista que harmonize a heterogeneidade e a diferença.

O PT se empenhará no fortalecimento de um movimento de mulheres que seja capaz de articular o íntimo, o subjetivo, com uma concepção de sociedade sem explorados e sem oprimidos, cuja viabilidade está em estreita relação com as profundas mudanças no nível da estrutura econômica, política e social. Um movimento de mulheres que aponte a necessidade de transformação do indivíduo, de seus direitos e necessidades, de sua participação nos processos sociais, de sua vida cotidiana. Isso significa expressar a necessidade de pensar e viver a política valorizando o cotidiano, as relações pessoais, a construção da identidade de cada indivíduo (homem ou mulher), ampliar o horizonte das transformações sociais, resgatar o sentido de humanidade e libertação plena, coletiva e individual, e de uma visão revolucionária e libertária.

Desde a nossa fundação, o Partido tem afirmado que a luta contra o capitalismo no Brasil é também a luta contra todas as formas de opressão. Antes mesmo de termos uma definição socialista, o PT defendia uma nova sociedade, “sem oprimidos nem opressores”. Entretanto, nossa trajetória concreta vem deixando muito a desejar quanto a isso. O nosso partido ainda se pensa predominantemente um partido branco, pois a luta antirracista costuma aparecer apenas como um lembrete de fim de tese. Ainda não integra, visceralmente, nossa identidade ideológica e não chega aos nossos atos coletivos concretos.

Propomos um ponto de reversão nesse sentido. Toda a nossa estratégia deve passar a construir-se também a partir da perspectiva racial. Quando discutimos a disputa pela hegemonia, temos que saber que não a alcançaremos se não soubermos disputar com uma linguagem também negra. Quando discutimos as mobilizações sindicais, não estaremos despertando seu potencial revolucionário se a discriminação não for combatida com a mesma radicalidade que a exploração. Quando lutamos para desencadear greves políticas de massas, nossos símbolos, nossas bandeiras e métodos precisam confrontar, simultaneamente, o capital e a cultura hipocritamente “universal”, que serve de biombo para esconder o preconceito. Quando disputamos ou até vencemos eleições, nossos programas não deitarão raízes verdadeiras caso não expressem, também, a canção secularmente contida (mas também sempre cantada) da resistência negra. O socialismo só será realidade no Brasil quando fizer saltar pelos ares o apartheid, quase sempre subliminar e tantas vezes sangrento, da opressão racial.

Concretamente, propomos três linhas iniciais de ação estratégica para a luta antirracista no País:

1) A luta sindical e política sistemática contra a discriminação do negro no mercado de trabalho;

2) A conquista de espaço legal e real no cotidiano das escolas, nas disciplinas de História e mesmo de modo transdisciplinar, para o ensino sobre a luta dos negros pela cidadania no Brasil, da escravidão até o presente;

3) O combate contra a violência ao negro como um dos eixos centrais da luta pelos direitos humanos no Brasil, no discurso e na prática política diária.

E apresentamos as seguintes propostas de encaminhamento prático:

a) O Partido incorpora, em nível nacional, campanhas de saúde pública de repúdio à esterilização em massa das mulheres negras, por serem pobres;

b) O Partido deve ter alternativas sobre as questões dos meninos de rua, que estão sendo exterminados diariamente pela polícia ou por grupos organizados, sendo que a maioria dessas crianças é de raça negra.

A lógica da dominação oprime particularmente os segmentos sociais não incorporados formalmente ao mercado de trabalho, a exemplo dos idosos, dos menores, dos adolescentes, dos portadores de deficiências, dos ambulantes, dos favelados, dos povos indígenas que, de formas específicas, são cerceados no exercício dos direitos da cidadania.

Considerando a existência de mais de 180 povos indígenas no Brasil, que se caracterizam como grupos humanos social e culturalmente diferenciados, o PT:

- defende e lutará pelo pleno reconhecimento e respeito às diversidades étnico-culturais;

- defende o direito dos povos indígenas às suas formas próprias e autônomas de organização social e política, bem como à sua autodeterminação e luta pelo respeito a elas;

- defende o direito desses povos à integridade de seus territórios, cuja regularização deve pautar-se na história, nas tradições, nos usos e costumes dessas sociedades. O reconhecimento desse direito implica, necessariamente, a defesa da desintração das terras indígenas, com o reassentamento dos posseiros pobres;

- propõe-se posicionar-se nos conflitos envolvendo comunidades indígenas e camponeses, indígenas e garimpeiros, e outros, bem como comunidades indígenas e o Estado;

- posiciona-se contra a implantação de grandes projetos econômicos e desenvolvimentistas, governamentais ou privados, em terras indígenas e defende projetos étnicos que garantam a sobrevivência destes povos.

A luta específica das pessoas portadoras de deficiência integra-se, necessariamente, nas lutas gerais dos trabalhadores na defesa atual dos seus direitos e pela construção de uma sociedade socialista. A principal importância dessa luta específica está na possibilidade de trazer ao processo de transformação econômica da sociedade a necessidade conjunta e simultânea do processo de transformação cultural, na qual, necessariamente, preconceitos milenares deverão ser abolidos, trazendo como consequência o resgate da imagem social dessas pessoas.

O PT tem a compreensão de que uma sociedade que tem por objetivo o lucro e a exploração, e tem seus fundamentos na visão utilitarista e competitiva do homem, não pode responder aos anseios de plena emancipação das pessoas portadoras de deficiência. Porém, sabemos que, do ponto de vista social, essas pessoas podem contribuir para a geração de bens e serviços para a sociedade. Sabemos também que a competitividade dos portadores de deficiência evolui com os conceitos sociais de utilidade, com o desenvolvimento científico e tecnológico e com as transformações das formas de produção. Por tudo isso, apenas com a construção de uma sociedade socialista, igualitária (no sentido dos direitos sociais) e fraterna as pessoas portadoras de deficiência poderão ter condições de plena oportunidade e de ver assegurados os seus direitos de plena igualdade.

A juventude tem um papel importante na construção do socialismo e do PT, que foi considerado uma alternativa de futuro. Reconhecer a necessidade do trabalho petista entre os jovens significa perceber suas características de heterogeneidade, pluralidade, abertura para a construção de novos valores, criatividade, irreverência e, principalmente, a contribuição que a juventude pode trazer para resgatar o caráter de um partido jovem, novo e de futuro.

A juventude não se limita simplesmente pela faixa etária, mas principalmente como momento de reflexão, de opção, de escolha de um projeto de vida e por seu potencial de combatividade e disposição de luta. Mas, na atual situação, premida por uma superexploração no trabalho, discriminação e obrigações impostas pelas elites, vê seus ideais de liberdade contrariados. Hoje, a sociedade brasileira marginaliza o jovem, política, econômica e socialmente. Nesse sentido, temos que afirmar uma moderna condição juvenil que rejeite o estigma e o preconceito ao jovem como incapaz, inconsequente ou, simplesmente, “o futuro do País”. A juventude é o presente. E o grande desafio do PT é ousar na luta pela conquista e o exercício pleno da cidadania.

O Partido dos Trabalhadores realizará uma ampla campanha de resgate da cidadania infanto-juvenil, no sentido de esclarecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como para fiscalizar o seu cumprimento, implantar lutas para a concretização dos Conselhos de Defesa da Criança e

do Adolescente, desenvolver campanhas contra a discriminação e extermínio de crianças e adolescentes, que significa, principalmente, o extermínio de crianças negras.

Nossa ação política deve sintonizar-se com os movimentos internos de interesses específicos que movem esses segmentos, à margem dos canais de informação institucionalizados, e intervir nesta realidade, que não está nas contradições formais do chamado mundo do trabalho, apreendendo as experiências e incorporando-as às disputas políticas pela democracia, compreendendo a sua dimensão radical, abrangente e cidadã.

É necessário que os movimentos populares e demais movimentos sociais e culturais da sociedade articulem e politizem suas lutas reivindicatórias, conferindo-lhes um caráter nacional e alternativo às propostas do governo, como é o caso do movimento de habitação e saúde nas disputas em torno da Lei do Inquilinato, do Plano de Custeio e Benefício da Previdência e da iniciativa popular legislativa que propõe a organização do Fundo Nacional de Moradia Popular.

O acúmulo na frente institucional não acontecerá se não avançarmos no campo social, o que fica evidente em nossa própria experiência nas administrações municipais e no Legislativo (Congresso Nacional, Assembleias e Câmaras). Nenhuma política de governo e nenhuma proposta parlamentar se viabilizam sem sustentação social e sem pressão popular, muito menos um governo em nível nacional. Assim, o crescimento, a generalização e a politização dos movimentos sociais são fundamentais em nossa política de acúmulo de forças e disputa de hegemonia.

A ação de governo que o PT exerce hoje tem que ser vista como elemento decisivo na consolidação de nossa hegemonia, já que se trata de governar, executar políticas e democratizar o Estado, acionar a participação e o controle popular, conviver e interagir com outros setores, segmentos e classes sociais, exercer, de fato e de direito, a hegemonia, legitimada pelas urnas, ainda que no nível municipal.

Está, portanto, colocado na prática para o PT o problema da democracia, do governo de coalizão, da alternância no governo e, principalmente, de demonstrar no dia a dia sua capacidade de fazer uma vida mais digna, feliz e justa para milhões de cidadãos. Por tudo isso, temos de superar os problemas existentes na relação das prefeituras com o Partido, com os movimentos sociais e nossas dificuldades administrativas e políticas.

A política de alianças desenvolvida pelo PT a partir de 1987 não só precisa ter continuidade, mas, inclusive, deve ser radicalizada, principalmente frente à ofensiva neoliberal e ao agravamento da crise econômica e social do

País. Toda a experiência nos governos municipais, no Parlamento e mesmo nos movimentos sociais aponta para a necessidade de uma ampla política de alianças, destinada a enfrentar a nova realidade internacional e o bloco político que sustenta a onda neoliberal no Brasil.

Em síntese, no atual período, em que se trata de travar uma luta decisiva contra o projeto neoliberal capitaneado pelo Governo Collor, a disputa da hegemonia supõe uma ação simultânea no terreno político, social e ideológico. Engloba o trabalho nas instituições, onde atuamos no sentido de alargar as fronteiras da participação, da democracia, da cidadania e da afirmação da sociedade sobre o Estado. Inclui a diversidade das lutas sociais não institucionais e nem sempre legais. Incorpora a construção dos instrumentos organizativos pelos quais os trabalhadores e a sociedade brasileira poderão definir os rumos do País. Envolve a disputa de ideias, a construção de uma nova cultura, de uma nova ética e de uma nova solidariedade social, que se contraponham aos valores dominantes. Em resumo, disputar hegemonia, hoje, significa construir um enorme movimento social por reformas em nosso país, essencial para viabilizar um caminho alternativo de desenvolvimento, que tenha entre suas principais características a incorporação à cidadania e ao trabalho de milhões de marginalizados e deserdados sociais existentes no Brasil.

Toda essa visão, e a proposta que apresentamos à sociedade, tem relação direta com nossa concepção de socialismo democrático, reafirma nossa vocação democrática e pluralista, nosso compromisso com a luta institucional e social como meio de alcançarmos o poder com o apoio da maioria do povo brasileiro, sem nos afastarmos da luta social, dos interesses da classe trabalhadora e da luta por transformações radicais na sociedade brasileira, pela democratização do poder, da terra, da riqueza, da informação e da cultura. Portanto, nosso centro tático é a luta pela hegemonia política, que a curto prazo se concentra na disputa pelo governo em 1994. Nesse sentido, tem papel central o Governo Paralelo, como instrumento de construção do Programa de Governo, mantendo um diálogo com os movimentos sociais e sendo uma referência para nossa atuação no Legislativo e nos governos municipais.

Da mesma forma, para criar as condições para a disputa de 1994, temos que assumir a luta pela democratização das Forças Armadas e dos meios de comunicação no plebiscito e na reforma constitucional, em 1993. Nesse sentido, o PT precisa preparar-se para a disputa eleitoral de 1992 e para as reformas constitucionais de 1993, ampliando sua atuação, radicalizando os movimentos sociais e criando um bloco democrático e popular para derrotar a política do governo Collor. Só assim poderemos assumir a direção política do processo de disputa da hegemonia que, neste momento, Collor e a burguesia exercem no País.

O BRASIL QUE QUEREMOS TRANSFORMAR

Os anos 80 talvez tenham sido o momento em que o capitalismo brasileiro mostrou mais claramente suas mazelas. O Brasil não cresceu, enfrentou vários anos de recessão, outros de estagnação. Chegamos a 1990 com o mesmo produto interno bruto que tínhamos em 1980, mas com uma população bem maior. É visível o aumento da miséria: os serviços públicos essenciais entraram em colapso. Durante toda a década, os diferentes caminhos tentados pelas elites brasileiras não estabeleceram as bases de um modelo alternativo àquele implantado pela Ditadura Militar, enquanto, por outro lado, agravaram a crise socioeconômica que o País atravessa, marcada pela estagnação, pela ampliação da miséria e pela marginalização de parcela considerável da população brasileira.

A eleição de Collor, em 1989, foi feita com base na promessa de que essa fase de estagnação seria superada. Após dois planos econômicos frustrados e várias mudanças ministeriais, o que Collor nos oferece de concreto, no seu primeiro ano de governo, é a maior recessão da história brasileira, o que tem impacto direto na sua base social e política, mesmo no interior da burguesia. O enorme custo social e os riscos envolvidos na política do Governo Collor intensificam a disputa política que se trava no País, tendo em vista as eleições presidenciais de 1994. Vários projetos já se encontram em articulação na sociedade, a partir de posições no aparelho de Estado, prefeituras, governos estaduais, Congresso Nacional, meios de comunicação de massa e disputa direta da base social. Brizola, Quéricia, Maluf, Antônio Carlos Magalhães, Sarney e o próprio Collor movimentam-se, desde já, tendo em vista a próxima disputa presidencial. O PT deve tirar todas as consequências deste quadro, pois é nele que, nesta conjuntura, se materializa a disputa por hegemonia na sociedade brasileira.

A crise brasileira não é uma crise qualquer. País de industrialização mais avançada no Continente e com um imenso potencial econômico, vivemos, hoje, a crise mais intensa de todo o século XX. Um País que manteve uma taxa de crescimento histórico do PIB em 7% ao ano no período do pós-guerra, com um crescimento de quatro vezes o PIB por habitante, permaneceu praticamente estagnado nos anos 80. A estrutura produtiva envelheceu, o fluxo positivo da poupança externa se inverteu, em função da dívida externa. A economia brasileira perdeu competitividade de forma acelerada e tenta manter posições no comércio exterior com um brutal arrocho salarial e deterioração do câmbio. O Estado está fragilizado financeiramente e com imensas dificuldades para reverter este quadro de deterioração econômica e

social. A hiperinflação passou a rondar perigosamente o País. E as próprias bases materiais da democracia vão sendo solapadas pelo avanço da crise.

Neste cenário, o projeto alternativo que o PT apresenta, explicitado no PAG [Programa de Ação de Governo] da candidatura Lula, nos projetos do Governo Paralelo, no programa alternativo de estabilização e desenvolvimento, nas políticas públicas levadas a cabo por nossas administrações municipais, na plataforma do movimento sindical combativo, na ação de nossas bancadas parlamentares, está centrado na ampliação do mercado interno, na democratização da renda, da terra e da comunicação, na retomada do crescimento e na defesa e ampliação das conquistas democráticas.

O Brasil é um País de 150 milhões de habitantes, dos quais pequena parte possui acesso ao tão enaltecido mercado. Esses milhões de “expulsos do mercado”, seja pela concentração de renda ou pela estreiteza relativa de nosso parque produtivo, constituem uma base excepcional, a partir da qual se pode desenvolver um ciclo de desenvolvimento econômico no País. Diferentes países, em diferentes épocas históricas, recorreram a esse expediente para superar fases de crise estrutural semelhantes à nossa. Uma opção desse tipo implica uma política econômica radicalmente distinta daquelas que têm norteado a ação governamental neste país. Trata-se de distribuir renda para crescer, e crescer distribuindo renda; trata-se de fazer do Estado um instrumento de repartição cada vez mais igualitária do produto social; trata-se de uma reforma patrimonial da sociedade, em que o imposto sobre as grandes fortunas, a reforma fiscal e a reforma agrária, aliados a gastos sociais com educação, saúde, saneamento, abastecimento alimentar e com uma política salarial e de previdência adequados, reorientem o desenvolvimento econômico-social; trata-se de subordinar o combate à inflação a uma política de crescimento com distribuição de renda; trata-se, enfim, de compatibilizar a modernização tecnológica com o atendimento das demandas populares básicas.

Para o PT, muito diferentemente do projeto neoliberal, modernizar a sociedade significa mudanças nas relações de trabalho, a melhoria das condições de vida da população, a participação política crescente do povo nas decisões de governo. Modernizar o País é distribuir renda e alargar o espaço de cidadania para as grandes massas populares. Um projeto democrático e popular de desenvolvimento, como o nosso, confere ao Estado democrático o papel de atuar direta e indiretamente no processo de produção e distribuição de renda e de riqueza. Nossa proposta é recuperar o papel de planejamento econômico, estratégico e democrático do Estado, criando novos mecanismos de regulamentação e orientação social do mercado.

O PT deve se preocupar, também, em apontar propostas que ofereçam perspectivas de avanços para o movimento social no campo da democra-

cia e dos direitos econômicos. Propostas que sirvam de referência para uma luta combinada nos parlamentos e em campanhas de rua. Neste sentido, tão importante quanto nossas proposições econômicas, que indicam uma nova perspectiva de desenvolvimento para o País, são as nossas propostas para a reforma constitucional de 1993, abrangendo itens voltados para a democratização da sociedade e do Estado. A importância do Partido em levantar esta bandeira, desde já, decorre da necessidade de acumularmos força contra o movimento das elites, que pretendem restringir os direitos democráticos conquistados em 88, em nome da “governabilidade”, apregoada, antes, por Sarney e, agora, por Collor. A essa campanha para 93 devemos combinar a luta pela regulamentação de direitos conquistados em 88, e que vêm sendo alvo de manobras protelatórias por parte da maioria conservadora do Congresso Nacional.

Tanto na ação de regulamentação da Constituição de 1988, quanto nas discussões da reforma constitucional, a ação do PT deve se pautar pelo fortalecimento da sociedade civil, direcionada para um maior controle social sobre o Estado e as instituições, especialmente dos meios de comunicação de massa; este caminho nos permite operar com a perspectiva de apropriação do Estado pelo povo organizado, através da democratização radical de suas instituições e da criação de canais de controle e de participação popular em seu interior. Nessa linha, assume importância decisiva a qualificação do trabalho parlamentar do PT, com nossas bancadas unificando sua atuação em torno de projetos de democratização do Estado e do próprio Parlamento, de saídas globais para a crise e propostas de política públicas. Tal postura exige também, de nossa parte, um esforço para a viabilização, em nossas prefeituras, das propostas de participação popular e de democratização do Estado. Um insucesso do PT, nesse campo, desgastará nossa luta estratégica por democracia, seja pelo uso que disso farão nossos adversários, seja pela desmoralização de nossa própria base social.

AS ELEIÇÕES DE 1994

Ao definir como nossa perspectiva de médio prazo a conquista da Presidência da República em 1994 – e como batalha já em curso a disputa das eleições de 1992 e a reforma constitucional –, o PT entende que nossa ação política só tem sucesso quando está ancorada num forte trabalho junto aos movimentos sociais, às lutas de massa, que devem ser combinadas com a ação propriamente institucional. Para o PT, conquistar a Presidência da República significa não só obter uma vitória eleitoral, mas também as condições para governar e cumprir o seu programa. Portanto, a pavimentação de nosso cami-

inho para uma vitória eleitoral em 1994, e para a viabilização de um governo democrático e popular, exige mudanças em nossa forma de intervir e nos relacionarmos com a sociedade e uma política de alianças que nos possibilite articular um campo de forças partidárias e, especialmente, de forças sociais que incorpore, também, os setores desorganizados e marginalizados da população. Passa também, necessariamente, por um crescimento qualitativo do movimento social e de suas organizações e pelo aprofundamento da democratização da sociedade e do Estado brasileiro.

Numa realidade onde são valores populares o fisiologismo, o paternalismo, o machismo; onde o índice de analfabetismo é altíssimo; onde o desinteresse pela participação política é crescente; em que grande parte das classes populares está alijada da participação na sociedade; onde os índices de pobreza são alarmantes e a comunicação é monopólio das classes dominantes, só poderemos implementar nossa tática se conseguirmos desenvolver, de forma criativa e pedagógica, um intenso trabalho político e organizativo de base, que difunda valores democráticos, socialistas e humanitários junto a parcelas crescentes da população.

Os rumos políticos do Brasil nesta década dependerão, em grande medida, da capacidade que a esquerda demonstre em transformar nosso projeto alternativo de desenvolvimento num catalisador de um poderoso movimento social por reformas, por um novo caminho de desenvolvimento econômico, político e social para o País, que não apenas supere a crise atual, mas também o modelo excludente que sempre marcou o capitalismo brasileiro. Centrado na ampliação do mercado interno brasileiro, na democratização da renda, da terra e da informação, na reorganização do crescimento e na defesa e ampliação das conquistas e do espaço democrático, o nosso projeto alternativo deve se constituir em eixo da ação política das diversas frentes de atuação partidária e social.

Neste quadro, vemos a luta por um governo democrático e popular e a possibilidade de chegarmos a ele por uma maioria eleitoral como um objetivo estratégico, porque o entendemos como a expressão atual de um governo de hegemonia dos trabalhadores, voltada para atender as reivindicações e anseios históricos e contemporâneos de nosso povo e na perspectiva de construção do socialismo. O programa de reformas implementadas por este governo atingirá interesses da burguesia e da burocracia técnico-militar, ampliando conflitos políticos no Estado e na sociedade.

Nessa situação, o governo democrático reafirmará como referência central da sua sustentação a participação organizada dos setores populares e da maioria da população e uma política de alianças com partidos e setores democráticos e populares, que só se viabilizará se mostrar, desde o início, seu

intransigente compromisso popular, através de medidas econômicas, políticas e sociais imediatas. Estará, assim, visível a diferença com governantes anteriores, o que animará a participação política dos milhões hoje descrentes ou manipulados politicamente.

Mas a luta por um governo desse tipo não se restringe às eleições. Passa pela politização dos trabalhadores e pela constituição de um amplo movimento de massa em defesa de um plano alternativo de caráter democrático e popular, articulado em torno de reformas na sociedade e no Estado e de uma promoção de valores anticapitalistas e democráticos; por uma alternativa política imediata e global à situação, que oriente nossa atuação nos movimentos sociais e na disputa política na sociedade, englobando os mais diversos aspectos da vida nacional como, entre outros, uma política salarial de redistribuição de rendas e investimentos; a suspensão da dívida externa; uma ampla reforma agrária e uma política agrícola que apoie o pequeno agricultor; a democratização dos meios de comunicação e das Forças Armadas.

A conquista do poder político é um momento da luta pelo socialismo, mas não garante, por si só, a sua construção. A conquista do poder pode significar a vontade da maioria, mas não é sinônimo de hegemonia política com base no projeto global, e muito menos ideológica e cultural. Sua consolidação virá com o exercício democrático do poder, de modo a compreender as diversas contradições materiais, políticas e ideológicas que permanecerão existindo, mesmo entre os setores sociais revolucionários, além das tradições políticas e culturais da velha sociedade.

O PT, compreendendo essa realidade nacional, defende, assim, a construção de novos espaços e canais diferenciados de exercício da democracia, de modo que esta seja a mais ampla possível, garanta os interesses em jogo entre as camadas populares e crie condições para a eliminação da dominação política da burguesia monopolista e a construção do socialismo. Uma democracia que articule formas representativas e diretas. E uma transição econômica que, partindo da socialização dos grandes meios de produção, de uma reforma agrária antilatifundiária sob o controle dos trabalhadores e de um planejamento econômico democrático, entenda que o mercado ainda sobreviverá por longo período, porém não mais como força hegemônica na regulação da economia e a serviço da exploração.

8º ENCONTRO NACIONAL DO PT – 1993²¹

A VITÓRIA EM 1994 CONSOLIDARÁ O PT – E SUA EXPERIÊNCIA DE GOVERNO – COMO UMA REFERÊNCIA PARA O MOVIMENTO SOCIALISTA INTERNACIONAL²²

O colapso do socialismo real e a decadência da social-democracia – expressa nas derrotas eleitorais, nos escândalos e, principalmente, no compromisso com os ajustes econômicos neoliberais – conferirão ao PT, e aos que conosco compartilham a defesa do socialismo democrático, um papel de dimensão internacional.

O PT deve aprofundar suas relações com os setores independentes de diversas origens, que reafirmam seu compromisso com a luta pelo socialismo, participando e incentivando os foros internacionais que se constituem nesta luta.

21. O 8º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores foi realizado de 11 a 13 de junho no Centro de Convenções em Brasília-DF. Nele foi eleito o 6º Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, presidido por Luiz Inácio Lula da Silva. As resoluções aprovadas foram *Carta de Brasília; Por um governo Democrático-Popular; O momento político*. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

22. *A vitória em 1994 consolidará o PT* é um item de discussão da resolução aprovada no 8º Encontro Nacional *Por um governo Democrático-Popular*. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

Num mundo dominado pela disputa entre as grandes potências capitalistas, pela decadência norte-americana, pelo desmonte das conquistas sociais, pelo crescimento do militarismo e do conservadorismo, pela degradação das condições de vida da maioria da população do planeta, provocando miséria e instabilidade política, a chegada do PT ao governo de um País com o porte do Brasil estabelecerá novas condições para a luta pelo socialismo. É nessa perspectiva que o PT conduzirá suas relações internacionais.

O capitalismo e a propriedade privada não representam um futuro para a humanidade. Sua sobrevivência está cada vez mais ligada à restrição da produção em benefício da especulação e do parasitismo (armamentismo, narcotráfico etc.). Em última instância, é daí que provém a tendência regressiva atual de questionar em todo o mundo os direitos e conquistas sociais adquiridos ao longo de décadas. É o que o FMI batizou de “ajuste estrutural universal”.

Nessa situação, as iniciativas internacionais do PT devem retomar a denúncia do Imperialismo e da exploração; opor-se à Nova Ordem Mundial, afirmando a necessidade de uma integração soberana; solidarizar-se com as lutas contra a supressão das conquistas sociais (serviços públicos, empresas estatais, a flexibilização do trabalho etc.); denunciar violações aos direitos democráticos e à soberania nacional (caso do embargo a Cuba, por exemplo). Com essa base, o PT deve participar de atividades e organismos internacionais que tenham esse caráter e essas finalidades.

11º ENCONTRO NACIONAL DO PT - 1997²³

O SOCIALISMO²⁴

O socialismo é uma questão presente nas lutas de hoje, como problema teórico e político. A crise das experiências socialistas no século XX não significa que as questões que tentaram enfrentar estejam resolvidas. Ao contrário, esses problemas estão mais vivos do que nunca. Há quase um bilhão de desempregados no mundo, e seu número cresce nos países desenvolvidos. A exclusão, o desemprego e a precarização do trabalho não são consequência apenas de recessões, como ocorria no passado, mas resultado de uma forma perversa de crescimento.

A hegemonia das ideias liberais transformou a estabilidade monetária em valor supremo. Para alcançá-la, destroem-se programas sociais, desindus-

23. O 11º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores foi realizado de 29 a 31 de agosto no Hotel Glória no Rio de Janeiro-RJ, em 1997. Nele foi eleito o 8º Diretório Nacional. As resoluções aprovadas foram *Carta do Rio de Janeiro*; *Resoluções Políticas*; *Campanha José Rainha é inocente*; *Sobre o Grito dos Excluídos*. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

24. O *Socialismo* é um item de discussão das *Resoluções Políticas* aprovada no 11º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

trializam-se regiões ou países, eliminam-se dezenas de milhares de empregos. Vivemos uma era de desconstrução nacional e social. Ao mesmo tempo, crescem os monopólios e concentra-se a riqueza: 80% do mundo produzem e consomem apenas 20% da riqueza, enquanto 20% produzem e consomem 80%. Menos de 500 pessoas detêm metade da riqueza mundial.

Essa polarização social corrói os laços de solidariedade, privatiza cada vez mais homens e mulheres, lançando-os em competição selvagem, estimula o racismo, o fanatismo religioso e todas as formas de fundamentalismo.

Um novo projeto socialista contemporâneo deve dar conta dos grandes problemas onde o socialismo do século XX acabou fracassando: promover o crescimento acelerado da economia, que os países periféricos exigem, realizando um processo sustentado de distribuição de riqueza. É fundamental mudar radicalmente a organização dos processos de trabalho em todas as esferas da atividade econômica, fazendo com que as atividades produtivas sejam cada vez mais momentos criativos de autoconstrução individual e coletiva.

Mas o socialismo exige, sobretudo, a socialização da política. Por esta razão, há uma ligação umbilical entre socialismo e democracia. A democracia é uma conquista dos trabalhadores e não um presente das classes dominantes. A estratégia de construção de um novo projeto nacional de desenvolvimento, acompanhado da perspectiva de uma revolução democrática e de uma nova economia sustentável e solidária recolocam os valores e princípios de uma sociedade socialista como contraposição ao neoliberalismo, responsável pela desconstituição nacional e social do País.

12º ENCONTRO NACIONAL DO PT - 2001²⁵

FHC: CRISE, CORRUPÇÃO E DESGOVERNO²⁶

Estamos vivendo um momento de aprofundamento da crise do neoliberalismo no Brasil e do seu núcleo político, o PSDB. Isto se dá em um contexto internacional de ampliação do movimento de resistência à globalização neoliberal. Ao mesmo tempo, desenvolve-se uma instabilidade crescente da economia mundial, com uma impressionante sucessão de crises e com o seu encaminhamento para um quadro de recessão internacional, com graves repercussões, sobretudo, para a periferia. O aprofundamento da crise brasileira coincide com este processo internacional porque a característica central dos governos do PSDB foi justamente a de ampliar ao máximo a inserção dependente do país à globalização capitalista.

Por isto, a crise atualmente representa muito mais do que o ocaso de um governo. É toda a sua concepção política e econômica neoliberal que está

25. O 12º Encontro Nacional do PT ocorreu em Olinda/PE, nos dias 14 a 16 de dezembro de 2001. As resoluções aprovadas deste encontro foram *Resoluções* e *Moções*. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

26. *FHC: Crise, corrupção e desgoverno* é um item de discussão do documento *Resoluções*. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

abalada. Este processo vem minando a legitimidade do projeto neoliberal, aqui e no mundo. E ampliando as possibilidades de resistência e de construção de alternativas programáticas que afirmem um outro sentido, um outro destino para o Brasil e para o mundo. As ideias de que o mundo não é uma mercadoria, que um outro mundo e um outro país são possíveis, mostram o grande potencial de transformação que está posto no presente. Como o neoliberalismo tem sido, nas últimas décadas, a ideologia dominante, seu enfraquecimento abre uma oportunidade histórica para a esquerda em todo o mundo, e para o PT em especial, de aprofundar a defesa dos valores do socialismo democrático.

AS BASES DE UMA ALTERNATIVA DE ESQUERDA DEMOCRÁTICA E POPULAR²⁷

VITÓRIA DE 2000 E CRESCIMENTO DO PT

Foi neste contexto histórico de crise do modelo neoliberal e da necessidade de dar uma resposta de esquerda que o PT deu mais uma contribuição revolucionária à democracia brasileira, ao realizar, pela primeira vez na história partidária do país, eleições diretas para a escolha de todos os dirigentes do partido. O PT reafirma os valores do socialismo democrático, que continua sendo uma possibilidade histórica aberta para a humanidade, um processo a ser construído, e não uma inevitabilidade. Compromisso assumido desde a construção do partido e sacramentado nas resoluções do I e II Congressos. Nas eleições de 2000, o PT obteve a sua mais importante vitória eleitoral. O PT se consolidou como partido nacional, majoritário eleitoralmente nas esquerdas e na oposição. Já no primeiro turno obteve 11.938.753 votos, um crescimento de 51,2% em relação a 1996. Com a vitória em 187 municípios, os prefeitos petistas vão administrar 28,8 milhões de habitantes. O PT elegeu ainda 131 vice-prefeitos e 2.485 vereadores.

27. *As bases de uma alternativa de esquerda democrática e popular* é um item de discussão do documento *Resoluções*. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

13º ENCONTRO NACIONAL DO PT – 2006²⁸

A CONJUNTURA INTERNACIONAL²⁹

Vivemos uma conjuntura de avanço da esquerda política e social na América Latina, num contexto internacional marcado por forte instabilidade.

Politicamente, a hegemonia das forças que sustentam a atual ordem internacional vem sendo fortemente questionada, em grande medida porque os ricos não têm um projeto de futuro a oferecer aos pobres do mundo.

Militarmente, os Estados Unidos seguem mantendo a supremacia, mas esta vem se demonstrando absolutamente insuficiente para lidar com os vários focos de conflito existentes no mundo, a começar pelo Iraque.

Economicamente, as baixas taxas de crescimento na Europa e os enormes déficits dos Estados Unidos contrastam e dependem do dinamismo de economias como a chinesa.

28. O 13º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores ocorreu em São Paulo/SP nos dias 28 a 30 de abril de 2006. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

29. *A Conjuntura internacional* é um item de discussão das Resoluções do 13º Encontro Nacional do PT. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

Neste quadro, o objetivo central de um partido como o PT é trabalhar pela superação do neoliberalismo, em todas as suas dimensões.

Enquanto partido socialista, o PT almeja que esta superação se dê num sentido anticapitalista. Mas a luta contra o neoliberalismo assume múltiplas formas, responde a diferentes estratégias e assume ritmos ditados não por nossa vontade, mas sim pela correlação de forças em âmbito nacional e internacional.

Um dos desafios das forças progressistas, democráticas, populares e socialistas na América Latina está justamente em ampliar sua força e cooperação política, social e institucional, utilizando a presença no governo para construir um modelo alternativo, que nos liberte da ditadura do capital financeiro e das ameaças políticas e militares dos Estados Unidos.

Este desafio estará sendo enfrentado em vários terrenos: na construção da integração continental, em oposição aos acordos bilaterais com os Estados Unidos; na atuação dos governos de esquerda e progressistas; nas eleições que vão ocorrer em vários países latino-americanos; na mobilização e nas lutas sociais; na elaboração de uma política de segurança para a região, que impeça a militarização dos conflitos, bem como a instalação de bases militares dos EUA; no apoio a Cuba contra o bloqueio norte-americano; e também no acompanhamento da situação interna dos Estados Unidos, onde o fundamentalismo político e religioso precisa ser derrotado.

A existência e as ações desenvolvidas pelos governos da Argentina, Brasil, Cuba, Venezuela, Uruguai, Bolívia, bem como a força que a esquerda socialista, setores progressistas e antineoliberais demonstram ter em países como Chile, Peru, El Salvador, México e Nicarágua mostram que estão se criando as condições para impor uma derrota de conjunto ao neoliberalismo em nosso continente.

[...]

Isto impõe ao nosso Partido um duplo movimento. Por um lado, aprofundar nosso conhecimento e análise teórica acerca do capitalismo moderno, tanto no sentido econômico quanto político-social. Por outro lado, aprofundar a prática internacionalista do Partido, nos vários sentidos desta palavra: a solidariedade, as relações com organizações comprometidas com o socialismo e com outra ordem internacional, a mobilização interna e externa em torno de temas de nosso interesse, a ação parlamentar e de governos no plano internacional.

DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2006)³⁰

30. *Diretrizes para elaboração do Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores* é um item de discussão da resolução do 13º Encontro Nacional do PT. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

O Programa de Governo 2006 não se confunde com o Programa do Partido, que o Congresso do PT irá (re)definir em 2007, nem com as Diretrizes aprovadas pelo 13º Encontro Nacional do PT. Tampouco o debate sobre as Diretrizes esgota o processo de balanço do governo Lula e das opções feitas pelo PT em 2003-2006, debate que terá seu momento de conclusão no III Congresso do Partido. O Programa de Governo tem sua especificidade. Deve expressar, no processo eleitoral, a opinião de um conjunto de forças políticas de esquerda e democráticas comprometidas com transformações importantes de nossa economia, sociedade e instituições políticas. Busca ir além dos partidos, traduzindo a vontade de mudança de amplos setores da sociedade brasileira.

Mais do que isso: tendo em vista as resistências que ele enfrenta, só será factível se a sociedade mobilizar-se para sua implementação. O socialismo petista – nosso horizonte estratégico – é uma construção histórica e não um objetivo abstrato a ser atingido. O PG-2006 - sua formulação e implementação - tem de estar em sintonia com nossa visão mais ampla sobre o futuro do Brasil.

[...]

Ao combinar ganhos na qualidade de vida dos setores populares (que têm reivindicações e interesses históricos contraditórios com o funcionamento da sociedade capitalista) com novas formas de relação do Estado com a sociedade, colocando o primeiro sob controle desta, temos melhores condições de responder positivamente à contradição de como governar sem frustrar expectativas. Ao mesmo tempo, dialogamos com dois princípios básicos da sociedade socialista que pretendemos construir: uma democracia superior à democracia liberal e políticas que buscam superar as desigualdades econômicas e sociais existentes sob o capitalismo.

Dessa forma, associamos às realizações de governo a construção de uma nova cultura política, de homens e mulheres que participam, mobilizam-se socialmente em busca de direitos individuais e coletivos.

3º CONGRESSO NACIONAL DO PT - 2007³¹

O SOCIALISMO PETISTA³²

O PT se formou em fins dos anos setenta e começo dos anos oitenta como resultado da luta dos trabalhadores das cidades e do campo por melhores condições de trabalho e de vida e pelas liberdades de expressão e de organização. No seu enfrentamento com a ditadura militar e com as duras condições de exploração, os trabalhadores tiveram nesse projeto, desde o início, a solidariedade e participação de amplos setores da intelectualidade, de profissionais liberais, de defensores dos Direitos Humanos, de inúmeras comunidades religiosas de base, vastos segmentos da juventude, sobretudo dos estudantes, além de integrantes de novos movimentos sociais que organizavam mulheres, ambientalistas, negros, homossexuais e tantos outros grupos discriminados na sociedade brasileira. Destacado papel coube

31. O 3º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores foi realizado de 30 de agosto a 2 de setembro de 2007 em São Paulo-SP. As resoluções aprovadas foram *O Brasil que queremos; PT – Conceção e Funcionamento; Moções; Delegações Internacionais; Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva*. (N.E.)

32. *O Socialismo petista* é uma resolução do 3º Congresso Nacional do PT. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

igualmente a militantes das organizações de esquerda que haviam combatido a ditadura.

A luta do PT contra a ditadura, pela democratização da sociedade brasileira esteve na origem de nossas convicções anticapitalistas na medida em que a democracia é incompatível com a injustiça e a exclusão social, com a fome, a violência, a guerra e a destruição da natureza. Como já afirmamos em nossa história: “esse compromisso de raiz com a democracia nos fez igualmente anticapitalistas assim como a opção anticapitalista qualificou de modo inequívoco a nossa luta democrática”. De outro lado e coerentemente, esse compromisso com a democracia se traduziu em nossa organização interna o que contribuiu para que o PT se tornasse uma experiência inovadora e um patrimônio da cultura política brasileira.

A construção do Partido dos Trabalhadores, já nos anos oitenta, deu-se em um quadro internacional de crise das alternativas socialistas existentes. A partir da Polônia iniciava-se um movimento de contestação do socialismo burocrático, que se estenderia a todos os países da Europa do Leste, atingindo mais tarde a própria União Soviética. As chamadas “revoluções de veludo” no leste europeu e a posterior dissolução da URSS, não propiciaram uma renovação democrática do socialismo, serviram de base para instauração de um capitalismo selvagem que atacou duramente as conquistas sociais que os trabalhadores haviam anteriormente obtido naqueles países. Por outra parte, as experiências social-democratas europeias, desenvolvidas em um período de forte expansão capitalista, abandonavam pouco a pouco o ideário reformista anterior e iniciavam o desmonte do Estado de Bem Estar construído no pós Segunda Guerra Mundial.

A crise dessas alternativas socialistas foi acompanhada do renascimento do liberalismo econômico. O prefixo “neo” que se acoplou a esse liberalismo requeentado, não escondia o caráter conservador e regressivo de suas propostas. O neoliberalismo pregava a desregulamentação de toda a atividade econômica, fazendo do mercado seu elemento central, acompanhado da defesa de um “Estado mínimo”. O conceito de globalização servia para negar o Estado nacional. Em nome de um individualismo radical, que substituía o cidadão pelo consumidor, negava-se a luta de classes e estigmatizava-se qualquer conflito social. A partir daí decretava-se o “fim da história”, que se transformava em um eterno presente. Suprimia-se qualquer alternativa ao capitalismo. Mais que isso, atingia-se duramente a própria democracia. Negando-se a soberania nacional, tornava-se irrelevante a soberania popular.

Ao se impor uma situação adversa, após a queda do Muro de Berlim, a humanidade passou a viver sob o domínio de uma única potência hegemônica – os Estados Unidos. A nova ordem internacional, sob a influência

do Consenso de Washington, promoveu reformas constitucionais nos países periféricos que possibilitaram a privatização de vários setores estratégicos das economias desses países.

Nos países da periferia do capitalismo - especialmente nos da América Latina - os efeitos dessas teses foram devastadores. As ideias do chamado “Consenso de Washington”, que codificavam os princípios neoliberais para a região, traduziam a hegemonia do capital financeiro e imperialista sobre as atividades produtivas. O neoliberalismo buscava uma saída para a crise fiscal dos Estados latino-americanos, que tinha como inquietantes expressões os surtos inflacionários e o endividamento externo. Os fortes ajustes aplicados em nossos países não atingiram sequer seu objetivo principal: resolver os fortes desequilíbrios macroeconômicos que nos afetavam. Além de agravar a situação macroeconômica, essas políticas, que tiveram no FMI um instrumento importante, contribuíram para a desindustrialização e a contrarreforma agrária, aumentando a pobreza e a exclusão social.

Os efeitos do neoliberalismo no Brasil foram tardios. Na maioria dos países da região eles se fizeram sentir a partir dos anos oitenta. Em nosso país, graças à resistência dos trabalhadores, de vastos setores das classes médias e, inclusive, de segmentos empresariais, a aplicação de políticas neoliberais foi diferida de praticamente uma década. Apesar da desconstrução nacional e social que produziu, nos anos noventa, seus efeitos foram menores do que em outros países. Os movimentos sociais, apesar de duramente atingidos, não perderam sua capacidade de mobilização e foram decisivos para reverter essa situação a partir de 2002. O PT teve um papel fundamental nessa resistência, junto com outros partidos de esquerda e de centro-esquerda.

A vitória eleitoral do nosso candidato em 2002 levou o PT para o governo, e o Partido passou a viver a experiência de ser Governo num país capitalista, numa sociedade de classes, em que o poder não é só o político, mas também o poder econômico, o da mídia e o militar. O sonho de uma nova sociedade, superior à ordem capitalista vigente, diante das enormes tarefas de ser governo, levou a que nossos militantes, dirigentes e líderes maiores tomassem consciência de que a conquista de uma Nação soberana e democrática é parte integrante da luta pelo socialismo em nosso país.

A despeito das transformações pelas quais passou o Brasil nos últimos quatro anos, junto com outros países da América Latina, ainda é forte a presença das ideias neoliberais no país e na região. Vivemos hoje um período de transição, de duração incerta, nos cabe construir uma alternativa pós-neoliberal. A superação do neoliberalismo no plano das ideias, mas, sobretudo, por meio de alternativas concretas, é de fundamental importância para clarificar nosso horizonte pós-capitalista, hoje obscurecido pelos impasses do pensa-

mento e das práticas do socialismo. O século XX nos legou revoluções que não foram capazes de construir uma alternativa socialista democrática. O desafio que temos pela frente neste novo século é o de reconstruir uma alternativa socialista libertária.

A crise que afeta os mercados financeiros mundiais - de imprevisíveis consequências - não pode levar a enganos. Por certo ela demonstra a fragilidade do capitalismo realmente existente. Mas não devemos sucumbir ao catastrofismo que tantas vezes marcou o movimento revolucionário. Da crise não nasce necessariamente a revolução, a transformação progressista da sociedade. Na maioria das vezes o que ocorre são movimentos regressivos, contrarrevolucionários.

Nesse sentido, as realizações do primeiro mandato do Presidente Lula e as que vêm ocorrendo neste segundo, no tocante à realização das tarefas democráticas e de defesa de nossa soberania são um importante passo para a acumulação de forças que vai permitir construir não só um Brasil socialmente justo, mas também independente e democrático. A firme posição do País, e das nações que constituem o G-20 na Organização Mundial do Comércio, contra o protecionismo das grandes potências, o fim do acordo com o FMI e a construção da comunidade dos países da América do Sul são importantes afirmações de soberania do Governo de coalizão do Presidente Lula.

Mantendo um diálogo crítico com a social-democracia e com os partidos comunistas, o socialismo petista definiu-se, desde a fundação do partido como um processo de construção teórica e política. Parte importante de nossa crítica ao capitalismo e de nossa reflexão sobre os caminhos e descaminhos do socialismo do século XX foi resumida no documento *O Socialismo Petista*, aprovado no Sétimo Encontro do partido, em 1990. Essa reflexão se enriqueceu no contato que mantivemos com dezenas de partidos e organizações do mundo inteiro, especialmente da América Latina que, como nós, realizavam um esforço de repensar uma alternativa pós-capitalista. Mas se enriqueceu, sobretudo, com as lutas sociais e as experiências parlamentares, nos governos municipais e estaduais que conquistamos, no diálogo permanente com as melhores tradições da cultura brasileira.

Diferentemente de muitas vertentes hegemônicas no século XX, o socialismo petista não tem uma matriz política ou filosófica única, abrigando ampla pluralidade ideológica no campo da esquerda. Associa a luta contra a exploração econômica ao combate a todas as manifestações de opressão que permeiam as sociedades capitalistas e que - segundo mostrou a experiência histórica - persistiram, e até mesmo se aprofundaram - nas sociedades ditas socialistas. Por ser libertário, o socialismo petista se insurge contra todas as formas de discriminação de gênero, étnica, religiosa e/ou ideológica, em relação aos portadores

de deficiência, às opções sexuais, às preferências artísticas, aos jovens e aos velhos, enfim, às diferenças que marcam as sociedades humanas.

Para o socialismo petista a democracia não é apenas um instrumento de consecução da vontade geral, da soberania popular. Ela é também um fim, um objetivo e um valor permanente de nossa ação política. O socialismo petista é radicalmente democrático por que exige a socialização da política. Isso implica na extensão da democracia a todos e na articulação das liberdades políticas - individuais e coletivas - com os direitos econômicos e sociais.

O socialismo petista é defensor do irrestrito direito de expressão e de manifestação, pelo acesso aos bens materiais e simbólicos, à cultura e às condições de produção do conhecimento. Alicerça-se sobre a defesa e a ampliação dos Direitos Humanos. Propugna, enfim, o respeito ao Estado democrático de direito e a combinação da democracia representativa com a construção de um espaço público que garanta formas de participação cidadã capazes de garantir o controle do Estado pela sociedade. O socialismo petista implica práticas republicanas inseparáveis da democracia.

O socialismo petista pressupõe a construção de uma nova economia na qual conviva harmonicamente crescimento com distribuição de renda. Para tanto, é fundamental reabilitar o papel do Estado no planejamento democrático da economia. O socialismo petista admite a coexistência de várias formas de propriedade: estatal, pública não estatal, privada, cooperativas e formas de economia solidária. No caso brasileiro ganham especial importância o aprofundamento da reforma agrária e a relação a ser estabelecida entre a agricultura familiar e a agricultura de caráter empresarial.

O socialismo petista deve dar especial atenção às relações de trabalho. Apesar das extraordinárias mudanças na produtividade, alicerçadas em não menos extraordinárias transformações científicas e tecnológicas, a jornada de trabalho se encontra estancada no mundo há muitas décadas. É fundamental reduzi-la. Multiplicam-se os mecanismos de precarização do trabalho que convivem com altas taxas de desemprego. A noção de pleno emprego - para alguns "obsoleta" - deve ser plenamente reabilitada. Formas institucionalizadas de controle dos trabalhadores sobre todas as esferas da atividade industrial, agrícola e de serviços, serão fundamentais no combate à alienação do trabalho.

O socialismo petista compreende que os recursos naturais não podem ser apropriados sob regime de propriedade privada, mas sim de forma coletiva e democrática, em sintonia com o meio ambiente e solidária com as futuras gerações.

O socialismo petista articulará a construção nacional - que na maioria dos países da periferia do capitalismo ainda é um processo inconcluso - com

uma perspectiva internacionalista. As relações internacionais devem passar por um radical processo de mudanças. Necessitamos de um mundo multilateral e multipolar, que reduza as assimetrias econômicas e sociais e não esteja submetido à hegemonia de grandes potências. Queremos um mundo democrático, onde a paz seja um compromisso das nações, um mundo sem fome, enfermidades, crianças abandonadas, homens e mulheres desprovidos de perspectivas e de esperança. Lutaremos pela construção de uma solidariedade continental, com ênfase na América do Sul, capaz de alterar a atual correlação de forças internacional.

Composto de muitos sujeitos, o socialismo petista tem nos trabalhadores sua referência fundamental. Ele é um processo de sucessivas conquistas econômicas, sociais, políticas e culturais que abrem caminho para novas conquistas. É um caminho que se renova e se amplia à medida que o percorremos. Pode contemplar momentos de rupturas, mas se faz também no dia-a-dia. Não descuida do presente, mas tem seus olhos postos no futuro. Mas esse futuro não é um porto de chegada ou uma fortaleza a ser conquistada. É antes uma construção histórica.

OS PRINCIPAIS TRAÇOS DO SOCIALISMO

A mais profunda democratização. Isto significa democracia social; pluralidade ideológica, cultural e religiosa; igualdade de gênero, igualdade racial e liberdade de orientação sexual e identidade de gênero. A igualdade entre homens e mulheres, o fim do racismo e a mais ampla liberdade de expressão sexual serão traços distintivos e estruturantes da nova sociedade. O pluralismo e a auto-organização, mais que permitidos, deverão ser incentivados em todos os níveis da vida social. Devemos ampliar as liberdades democráticas duramente conquistadas pelos trabalhadores na sociedade capitalista. Liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária e a criação de novos mecanismos institucionais que combinem democracia representativa e democracia direta. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do Capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos.

Um compromisso internacionalista. Somos todos seres humanos, habitantes de um mesmo planeta, casa comum a que temos direito e de todos nós devemos cuidar. O capitalismo é um modo de produção que atua em escala internacional e, portanto, o socialismo deve também propor alternati-

vas mundiais de organização social. Apoiamos a autodeterminação dos povos e valorizamos a ação internacionalista no combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista é nossa inspiração permanente. Os Estados nacionais devem ter sua soberania respeitada e devem cooperar para eliminar a desigualdade econômica e social, bem como todos os motivos que levam à guerra e aos demais conflitos políticos e sociais. Os organismos multilaterais criados após a Segunda Guerra Mundial deverão ser reformados e/ou substituídos, capazes de servir como superestrutura política de um mundo baseado na cooperação, na igualdade, no desenvolvimento e na paz.

O planejamento democrático e ambientalmente orientado. Uma economia colocada a serviço, não da concentração de riquezas, mas do atendimento às necessidades presentes e futuras do conjunto da humanidade. Para o que será necessário retirar o planejamento econômico das mãos de quem o faz hoje: da anarquia do mercado capitalista, bem como de uma minoria de tecnocratas estatais e de grandes empresários, a serviço da acumulação do capital e, por isso mesmo, dominados pelo imediatismo, pelo consumismo e pelo sacrifício de nossos recursos sociais e naturais;

A propriedade pública dos grandes meios de produção. As riquezas da humanidade são uma criação coletiva, histórica e social, de toda a humanidade. O socialismo que almejamos, só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não deve ser confundida com propriedade estatal; e que deve assumir as formas (individual, cooperativa, estatal etc.) que a própria sociedade, democraticamente, decidir. Democracia econômica que supere tanto a lógica do mercado capitalista, quanto o planejamento autocrático estatal vigente em muitas economias ditas socialistas. Queremos prioridades e metas produtivas que correspondam à vontade social, e não a supostos interesses estratégicos de quem comanda o Estado. Queremos conjugar o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais, com uma nova organização do trabalho, capaz de superar a alienação característica do capitalismo. Queremos uma democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva, quanto para o sistema no conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob o controle social.

SOCIALISMO DEMOCRÁTICO E SUSTENTÁVEL

O 3º Congresso do PT reafirma os conceitos e posições sobre o socialismo petista definidos pelo 1º Congresso do PT e pelo 7º Encontro Nacional, agregando aos mesmos o conceito de sustentabilidade socioambiental, redefinindo o socialismo petista como socialismo democrático e sustentável.

A civilização industrial gerada pelo capitalismo, baseada no domínio da natureza pelo homem, na crença de que a ciência e a tecnologia possam constituir novas forças produtivas cada vez mais avançadas - conceitos persistentes em variadas concepções de socialismo - foi duramente questionada na segunda metade do século XX, quando se percebeu a crise ecológica, as limitações impostas a este crescimento de produção e consumo que se supunha ilimitado.

Esta visão planetária da crise, que não é apenas ambiental, mas humanitária, e mais que isto, civilizatória, é compatível com a visão global da necessidade do socialismo, se nossa concepção de socialismo incorporar a visão da sustentabilidade ampliada; se superar o produtivismo, o antropocentrismo, o androcentrismo, o etnocentrismo, o consumismo e a alienação do ser humano diante do humano e do ser humano diante da natureza - estabelecendo um novo paradigma sobre o qual se funda o socialismo democrático e sustentável.

O socialismo petista é fundado na democracia: como projeto dependente da vontade livre dos cidadãos e cidadãs, cuja realização se alicerça em uma nova hegemonia na sociedade e no Estado. Para construir essa nova hegemonia é fundamental incorporar o conceito da sustentabilidade forjado nas lutas e experiências práticas socioambientais, anunciadoras da utopia da sociedade socialista democrática e sustentável.

O socialismo petista ou será radicalmente democrático e sustentável, ou não será socialismo.

PELA SUPERAÇÃO DA OPRESSÃO DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE

Desde a sua fundação, o Partido dos Trabalhadores está comprometido com a luta contra o racismo. Consideramos o PT o melhor parceiro do Movimento Negro nessa agenda de combate ao racismo. Mas é preciso ir à frente com passos firmes. Os documentos, manifestos e programa de fundação do PT, mesmo que de forma não aprofundada, apontam para a superação do capitalismo como pressuposto para o combate ao racismo.

Queremos fortalecer este compromisso como estratégia na construção de uma cultura socialista capaz de romper com a opressão de raça, gênero e classe que causam sofrimento a cerca de 47% da população negra brasileira e, lá fora, no mundo globalizado, a combinação entre capitalismo e racismo têm aumentado o genocídio dos africanos e a diáspora negra.

O processo contemporâneo da globalização firma-se no ideário de que a lógica do mercado pode reger e corrigir tudo e todos. Seus propagandistas são os governos mundiais, o FMI e o Banco Mundial que são comandados por

Washington e pela União Europeia. A prática destas instituições supranacionais é não interferir diretamente nos territórios nacionais, mas submeter seus governantes às medidas inglórias da regulação aos interesses da lógica do mercado internacional.

A principal consequência, segundo Milton Santos, é que “os atores efetivos da nova ordem são as empresas, cuja ação é egocêntrica e autorreferida. Por isso, não há propriamente um mercado global, nem pode haver um mundo regulado. Daí a desordem atual, mais ou menos generalizada”.

Diz o receituário da globalização que é preciso eliminar o déficit do Estado, e, para tanto, a solução é a privatização de bens públicos. Toda a atenção é dirigida à moeda e a um comércio que espolia e deforma o mercado interno, os gastos sociais são reduzidos, o desemprego aumenta, o crescimento da informalidade e da precariedade das condições de trabalho não chega a satisfazer o número cada vez maior de pessoas que ingressam nesse mesmo mercado, o que empobrece toda a população em geral e, mais ainda, a juventude negra. Em nome da eficiência e da racionalidade capitalista o Estado se fragiliza diante dos interesses nacionais submetidos ao apetite insaciável do capital internacional.

É dessa forma que a soberania nacional se enfraquece. Abrimos as portas à desordem social para o enraizamento da socialização capitalista que, em última análise, significa a liberdade do capital – da mercadoria – e não a liberdade dos trabalhadores.

As condições atuais do capitalismo globalizado tornam mais evidente o apartheid racial à brasileira, na medida em que aprofunda a concentração dos bens, do poder, e, conseqüentemente, aumenta a selvageria urbana e a perspectiva genocida para os trabalhadores negros das periferias, principalmente crianças, jovens, mulheres e idosos.

Nos grandes centros metropolitanos intensificam-se as distorções sociais, entre elas, a expansão da violência que se naturaliza em decorrência da diminuição da qualidade de vida, ação de extermínio da juventude negra por policiais ou traficantes e o desemprego. É o preço do progresso capitalista, cuja excelência é atribuída às tecnologias e não ao sistema social e político.

No passado, a população negra foi vítima histórica do colonialismo escravagista e hoje, sob o neoliberalismo, não tem acesso ao mercado de trabalho, aos equipamentos urbanos e à preservação material e imaterial da sua cultura. A sociedade brasileira não respeita sua identidade étnica, racial e de gênero, nega seu direito à terra e às terras das comunidades quilombolas, nega-lhes o ensino de boa qualidade e as políticas públicas de ação afirmativa. Isolada nas periferias das cidades, nos povoados, vilas, encostas e favelas – regiões mais distantes do centro do poder, da distribuição da riqueza e do acesso à cultura

e à comunicação – a população negra constitui-se nas maiorias excluídas das cidades e da cidadania.

Este apartheid racial à brasileira expressa, na prática, um tipo de racismo cotidiano, perverso e estrutural que, enraizado nas relações de produção e nas relações sociais, configura-se como instrumento de desigualdade sociorracial e estratégia de exclusão de negros e negras do desenvolvimento material e espiritual produzidos coletivamente.

O conceito de raça não é uma acepção científica precisa, mas, aqui no Brasil, foi popularizado e amplamente utilizado com um viés conservador para estabelecer a ideia da hierarquia entre as raças com a valorização do padrão etnocêntrico, base para a ideologia do embranquecimento e o mito da democracia racial.

É interessante observar Marilena Chauí ao afirmar “que a palavra ‘racial’ surgiu apenas no século 19, particularmente com a obra do francês Gobineau, que, inspirando-se na obra de Darwin, introduziu formalmente o termo ‘raça’ para combater todas as formas de miscigenação, estabelecendo distinções entre raças inferiores e superiores, a partir de características supostamente naturais (...) e apenas no século 20 que surgiu a palavra “racismo”, que, conforme Houaiss, é uma crença fundada numa hierarquia entre raças, uma doutrina ou sistema político baseado no direito de uma raça, tida como pura e superior, de dominar as demais. Com isso, o racismo se torna preconceito contra pessoas julgadas inferiores e alimenta atitudes de extrema hostilidade contra elas, como a separação ou o apartamento total – o apartheid – e a destruição física do genos, isto é, o genocídio (...) Em outras palavras, o racismo é uma ideologia das classes dominantes e dirigentes, interiorizada pelo restante da sociedade”. (Chauí, “Contra a Violência”, Portal da Fundação Perseu Abramo, 2007)³³.

Nos anos 1960, Florestan Fernandes cunhou a expressão “mito da democracia racial” e abriu brecha teórica para o entendimento da democracia racial como mito nacional, uma ideologia dominante criada pelas classes dirigentes para alienar os trabalhadores negros.

Em contraponto, o Movimento Negro brasileiro reinterpreta politicamente o conceito de raça para desconstruir o mito da democracia racial e afirmar a identidade de negros e negras, mobilizar a ação de protesto contra as péssimas condições de vida e fortalecer a consciência antirracista dos trabalhadores.

Nesse contexto, reafirmamos “raça” e o racismo como uma construção histórica, social e política da sociedade brasileira, categorias de exclusão so-

33. O link para o o texto *Contra a Violência* de Marilena Chauí é <http://csbh.fpabramo.org.br/contravioencia-por-marilena-chau>. (N.E.)

cial, através das quais negros e negras são despojados de direitos e sua condição de classe e étnico-racial atua como elemento determinante do lugar social e político ocupado pela população negra, a cidadania de segunda classe.

Uma releitura crítica dos estudos de Florestan Fernandes demonstra que, com a chamada “abolição da escravatura”, o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, longe de eliminar as desigualdades sociorraciais, a recompõe sob a ótica da acumulação do capital. Isso ocorreu porque, com a transição do modo de produção escravista para o trabalho assalariado, o valor da reprodução da força do trabalho dos (as) trabalhadores (as) negros (as) foi determinado socialmente a partir de uma cultura política de discriminação, preconceito e desvalorização da matriz cultural africana. Sabemos que a força de trabalho é valorizada coletivamente, e não por currículos individuais com domínio da tecnologia. É na história concreta de uma nação que encontramos os nexos explicativos da valorização ou não da força de trabalho. Portanto, se na sociedade brasileira há uma desvalorização social das dimensões de raça e gênero, ela incide como fator de barateamento do valor da força de trabalho dos negros e das mulheres.

É a partir dessa compreensão teórica que afirmamos que é desigual a condição dos trabalhadores negros e negras. O processo de exclusão do trabalhador negro (a) é mediado por uma articulação ideológica que determina a absorção da população negra na estrutura de classe de acordo com a necessidade de reprodução do capital e a orientação ideológica vigente. Ou seja, o mito da democracia racial tem o papel de negar a desigualdade de oportunidade entre negros e brancos na sociedade brasileira.

Isso acaba por delinear um quadro no qual a condição racial do trabalhador se transforma num dado seletivo na competição do mercado de trabalho. Quanto mais o trabalhador for identificado com a matriz africana, maior será o grau de discriminação e preconceito, reservando-lhe a mais baixa posição na estrutura do emprego ou o recebimento dos mais baixos salários. No dia a dia este fato é reconhecido no desemprego, no subemprego e na rotatividade da mão-de-obra, determinando o empobrecimento contínuo da população negra.

A compreensão da marginalização social dos trabalhadores negros, assim como a sua superação, só será possível se admitirmos a centralidade da contradição de raça, classe e gênero no interior da classe trabalhadora. Esse é o primeiro passo para construirmos a identidade política de negros e negras na luta pelo socialismo.

“O socialismo, para o PT, ou será radicalmente democrático, ou não será socialismo”. Ao relembra esse princípio do 7º Encontro Nacional do PT, queremos ir mais além, reafirmando que socialismo e democracia não combinam com racismo, machismo e homofobia.

O 3º Congresso Nacional do PT consolida o caráter socialista do partido e compreende que o socialismo democrático é um processo histórico de construção permanente. O PT, como um partido democrático e popular, deve ampliar o espaço público de participação popular, o controle social do Estado e estimular a participação das maiorias e das minorias sociais.

A democracia é, para nós, a invenção permanente de direitos e reinvenção cotidiana da política. Portanto, a superação do racismo, do machismo e da homofobia e de todas as formas de preconceito e discriminação requer comprometimento e apoio efetivo do PT, dos governantes, gestores e parlamentares e o engajamento político dos movimentos sociais para a superação das relações desiguais de raça, gênero e classe. Isso requer, além de uma ousada elaboração de um projeto político de inclusão social de negros e negras, o engajamento efetivo dos petistas, a participação concreta da liderança negra nos processos decisórios do PT e nos centros de poder do Estado brasileiro.

Se queremos ampliar o espaço público e controle social do Estado, se queremos construir o socialismo democrático, isso requer o compromisso do PT com a liderança negra no mesmo nível de respeito e dignidade com que trata e interage com outras forças políticas da sociedade brasileira.

Este é o segundo passo para construirmos uma nova sociedade com a tradição e experiência das lutas populares, como o Quilombo dos Palmares, a Conjuração Baiana ou a Revolta dos Búzios, as greves dos trabalhadores negros e brancos por todo século 19 e 20, as lutas pela posse da terra e contra todas as formas de discriminação.

Uma sociedade onde o pluralismo, a auto-organização e a democracia são marcos fundamentais. O socialismo que queremos se constrói a partir das experiências das lutas dos nossos ancestrais, a exemplo de João Cândido, Carlos Marighela, Santo Dias, Lélia González e Hamilton Cardoso, que tomaram para garantir muitas das nossas conquistas.

O socialismo que queremos se constrói com a resistência das lutas populares. O socialismo que queremos tem a ver com a democracia social capaz de oferecer igualdade de condições e liberdade de participação para todos os grupos sociais, respeitando a diversidade étnica e cultural da nossa população.

Para avançarmos nesta direção com passos firmes é necessário planejarmos, inventarmos novas estratégias e definirmos metas de superação pautadas nas políticas de ações afirmativas. Até que atinjamos uma democracia econômica capaz de superar a lógica perversa da produção, circulação e distribuição capitalista das mercadorias e garantirmos o sentido social e coletivo dos bens na cidade e no campo. Uma democracia política que seja capaz de transformar o potencial dos diversos movimentos sociais em movimentos políticos à medida que amplie o espaço de poder desses mesmos grupos e movimentos.

O SOCIALISMO QUE QUEREMOS CONSTRUIR

A democracia será a referência estratégica para a construção do nosso modelo de socialismo. Uma democracia alicerçada na participação organizada das massas e que seja capaz de articular representação com participação direta.

A pluralidade também deve ser um referencial da ação petista para a construção do socialismo. Mesmo tendo clareza de que é necessária a existência de uma direção em todo o processo, não devemos propugnar pela direção de um único partido ou de uma força social. Ao contrário, devemos buscar nossos aliados estratégicos para a formulação de um projeto socialista para o Brasil. Da mesma forma, o PT deve afirmar compromissos públicos de que a direção deste processo, em todos os momentos e estágios, estará pautada pela democracia e pela pluralidade.

A separação entre as funções de partido e Estado deve ser a referência central das ações de um governo no regime socialista. As experiências vividas mundo afora demonstraram os equívocos cometidos nesta relação.

Se o compromisso primeiro é com a democracia, é preciso reafirmar que não há democracia sem liberdade de opinião e expressão, bem como distribuição de renda e riquezas. O PT deve avançar também na concepção de um socialismo libertário, comprometido com a superação de todas as formas de opressão e de discriminação. A reafirmação da defesa dos direitos humanos é um imperativo de luta.

Nosso compromisso com a humanidade se dá através da busca pela eliminação de todas as injustiças e formas de discriminação, contribuindo para a afirmação de novos padrões de relação social. Esta perspectiva – que inclui o reconhecimento dos direitos da infância, das mulheres, dos povos indígenas, dos idosos, negros e negras, das comunidades tradicionais, das pessoas com deficiência e altas habilidades, da livre orientação sexual, do direito à terra, à moradia, ao trabalho, à saúde, à alimentação, à vida em sua forma plena e tantos outros direitos – é profundamente anticapitalista, na medida em que o capitalismo se caracteriza por um anti-humanismo que se revela na naturalização da exclusão.

A relação com o meio ambiente deve constituir outro foco dentre os principais na luta pelo socialismo. Não há socialismo sem a defesa de um desenvolvimento sustentável. Hoje, a própria sobrevivência da humanidade está em jogo, independentemente do sistema socioeconômico. O firme posicionamento em defesa da vida e da natureza deve ser um dos pilares de uma nova sociedade.

A transição de sociedade que o PT quer construir deve defender o controle dos trabalhadores sobre os meios de produção; a universalização da edu-

cação; os investimentos em conhecimento e pesquisa; o acesso universal aos bens culturais; o controle e taxação do capital improdutivo e das grandes fortunas; as reformas profundas nas estruturas de ocupação e de exploração das terras e no planejamento e desenvolvimento das cidades.

A defesa da paz em todas as circunstâncias e a denúncia da banalização da guerra e da violência precisam constar claramente em nosso projeto socialista. A guerra de qualquer natureza atinge fundamentalmente os trabalhadores e suas famílias, pois as classes dominantes têm seus meios de proteção, além de ser inaceitável utilizar a violência como meio de solucionar os conflitos internacionais. Da mesma forma, temos de desenvolver políticas para prevenir a violência na sociedade, especialmente por parte das forças repressivas, nas relações pessoais e no meio escolar. O compromisso com a paz faz parte da história da esquerda contemporânea e deve ser resgatada com muita ênfase pelo PT.

A construção do socialismo, na nossa visão, segue o processo de acumulação de forças previsto nas resoluções amplamente discutidas e aprovadas no 5º Encontro (1987), bem como na resolução “Socialismo Petista”, aprovada no 7º Encontro (1990) e referendada no 1º e 2º Congressos. Esta reafirmação não dispensa que façamos um debate sobre as formas de transição ao socialismo adequadas à contemporaneidade.

Para que este debate tenha uma profundidade devida, a Fundação Perseu Abramo deverá promover uma mesa permanente de discussão sobre o tema em todo o país. Dela deverão participar, além da militância petista, intelectuais orgânicos de esquerda para possibilitar a reflexão sobre a totalidade das experiências vividas e propostas programáticas em voga sobre o socialismo.

SOCIALISMO E ESTRATÉGIA

A partir de sua definição sobre o socialismo, nosso Partido deve elaborar uma estratégia adequada ao atual período histórico.

A estratégia que adotamos na primeira década de vida do Partido foi sistematizada por dois encontros nacionais: o 5º Encontro (1987) e o 6º Encontro (1989).

As resoluções destes encontros afirmavam que nosso objetivo estratégico é o socialismo. A luta pelo socialismo exigia, então, construir e conquistar o poder político; construir o poder exige acumular forças, através do Partido, dos movimentos sociais, de espaços institucionais, de alianças e através da formação de uma cultura socialista de massas.

O programa democrático-popular detalharia assim os objetivos da luta pela igualdade social, pela democratização política e pela soberania nacional,

articulando as tarefas antilatifundiárias, antimonopolistas e anti-imperialistas com a luta pelo socialismo.

A eleição do presidente da República visava dar início, através do governo federal, à implementação de reformas estruturais de caráter democrático-popular. A execução destas reformas e a previsível reação das classes dominantes alterariam o patamar da luta de classes, criando uma situação em que ficaria clara, para amplos setores das classes trabalhadoras, a necessidade de passar da construção à conquista do poder. Para fazer avançar a estratégia democrático-popular e consolidar as conquistas programáticas que estiveram na origem do atual governo é fundamental constituirmos um eixo de esquerda.

Esta necessidade é acentuada pelas mudanças positivas, ocorridas desde 2002, na correlação de forças do Brasil e da América Latina.

Evidente que não cabe retomar, sem mediações, a estratégia democrático-popular, tal como definida no 5º e no 6º Encontros. Evidente, também, que ao reafirmarmos o PT como partido socialista e reconstituirmos a classe trabalhadora como sujeito histórico da transformação, não estaremos criando automaticamente as condições políticas necessárias para implementar na sociedade brasileira um projeto socialista.

Atravessamos um novo período histórico, tanto em nível nacional quanto internacional, que exige do PT e de todas as forças socialistas e democráticas uma elaboração estratégica mais audaz e rigorosa.

Trata-se de dar continuidade à elaboração estratégica dos anos 80, adequando a estratégia do PT a este novo período histórico. Mas mantendo a compreensão de que, com a posse do governo – portanto, de parte importante do poder do Estado – a disputa pela hegemonia passa a se dar em outro patamar, estando colocada para o PT e para as forças democrático-populares a possibilidade de iniciar um acelerado e radical processo de reformas econômicas, políticas e sociais, criando assim as condições para a conquista da hegemonia política e de transformações socialistas. Palavras do 6º encontro nacional do PT (1989), que continuam atuais, quase 20 anos depois.

UMA POSTURA INTERNACIONALISTA, ANTIIMPERIALISTA E SOCIALISTA³⁴

O PT busca fomentar, no povo brasileiro, valores e práticas de solidariedade internacionalista, com as lutas por democracia, por soberania nacional e por igualdade social em todas as partes do mundo.

34. *Uma postura internacionalista, antiimperialista e socialista* é um item de discussão da resolução do 3º Congresso Nacional do PT. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

Já no Manifesto de Fundação do PT e em sua Carta de Princípios, o PT afirma sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo”. O documento “O Socialismo Petista” (1990) diz que o PT “apoiará ativamente a autodeterminação de todos os povos, valorizando a ação internacionalista.

4º CONGRESSO NACIONAL DO PT - 2011³⁵

RESOLUÇÃO POLÍTICA³⁶

O CENÁRIO MUNDIAL³⁷

A esquerda dos países europeus, que tanto influenciou a esquerda mundial desde o século XIX, não conseguiu dar respostas adequadas à crise e parece capitular ao domínio do neoliberalismo. Por isso, há hoje um deslocamento geográfico de liderança ideológica da esquerda no mundo. Neste

35. O 4º Congresso Nacional do Partido dos trabalhadores foi realizado em 2011, em Brasília. As resoluções publicadas foram: *Resolução da Comissão Executiva Nacional sobre alguns pontos da reforma estatutária, Construção e organização partidária, Resolução Política, Tática eleitoral e política de alianças*. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

36. *Resolução Política* compõe o conjunto das resoluções do 4º Congresso Nacional do PT. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

37. *O cenário mundial* é um item de discussão das *Resoluções Políticas* do 4º Congresso Nacional do PT. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

contexto, a América do Sul agora se destaca. Depois de ter passado por estagnação e forte inflação nas ‘décadas perdidas’ de 1980 e 90, e de seus governos aderirem à onda neoliberal, eis que despertou na década de 2000 para outra política, progressista e de forte conteúdo social. A luta da esquerda latino-americana contra as ditaduras militares fez dos valores democráticos parte integrante essencial nesta promoção de cidadania e soberania.

Neste cenário de crise mundial, cabe ao Partido dos Trabalhadores, bem como às demais forças de esquerda do Brasil e da América Latina, aprofundar seu compromisso com outra visão de mundo e com outro modelo de desenvolvimento, reafirmando a defesa da construção do socialismo. Importante também na etapa atual da crise do capitalismo que atinge as principais potências imperialistas é a integração econômica, social e política da América Latina. Nessa nova situação, a realização de eleições diretas em 2014 para os 75 representantes brasileiros no Parlamento do Mercosul (Parlasul), é um passo fundamental para não só enfrentar as consequências da crise na América Latina como também para sua integração.

[...]

REFORMA POLÍTICA E REFORMA DO ESTADO³⁸

Como socialistas democráticos, queremos uma alternativa de civilização ao capitalismo, a ser construída democraticamente com o povo brasileiro, que esteja à altura de sua dignidade e de sua esperança, que promova a liberdade para todos, a soberania popular em regime de pluralismo, que universalize a condição plena e em igualdade dos cidadãos e das cidadãs, que seja multiétnica, que seja solidária com todos os povos oprimidos do mundo, que saiba construir novos modos de organizar a vida social para além da mercantilização do capital, da exploração social e da predação da natureza.

Tal programa de civilização requer a construção histórica de um novo Estado democrático, republicano e popular no Brasil. Esta conquista só é possível em um quadro de um amplo e profundo ascenso dos partidos de esquerda, progressistas e democráticos, e dos movimentos sociais. Este ascenso apoia-se no fortalecimento estrutural das classes trabalhadoras e de seus direitos, promove a formação de uma maioria eleitoral sob a liderança da esquerda, dinamiza a formação de uma consciência pública afim aos valores do socialismo democrático, e, por fim, constrói uma rede de comunicação social capaz de expressar e dar voz pública plural a este bloco histórico.

38. *Reforma política e Reforma do Estado* é um item de discussão das *Resoluções Políticas* do 4º Congresso Nacional do PT. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

5º CONGRESSO NACIONAL DO PT – 2015³⁹

01.

Reunido em seu V Congresso, o Partido dos Trabalhadores, na presença de centenas de militantes de todo o País, renova sua confiança no povo brasileiro, protagonista das grandes transformações que vivenciamos nos anos mais recentes. Reafirmamos, igualmente, nossa convicção de que a edificação de uma nova sociedade, justa, fraterna e solidária, uma Pátria socialista, só se fará com o aprofundamento da democracia e a ampla participação organizada das maiorias sociais. Por isso, diante do cenário atual, em que o mundo sofre as consequências do terremoto da crise global do capitalismo, o PT vem a público apresentar propostas de superação das dificuldades do momento, ao tempo em que nos fiamos na determinação e competência do governo da presidenta Dilma para nos liderar nessa travessia.

[...]

39. O 5º Congresso Nacional do PT ocorreu em Salvador/BA de 11 a 13 de junho de 2015. Dele resultou a *Carta de Salvador* e as *Resoluções* reunidas no mesmo documento. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

MEIO AMBIENTE⁴⁰

O 5º Congresso do Partido dos Trabalhadores reafirma a concepção de sociedade futura pela qual luta como uma sociedade socialista, democrática e sustentável, fruto da ação de homens e mulheres livres da exploração e de todas as formas de opressão, vivendo em relação amigável com a natureza, da qual se reconhece parte.

Compreende que a luta para se construir a sociedade socialista, democrática e sustentável é longa, exige revoluções políticas, econômicas e culturais que possibilitem transformar a realidade econômica, a estrutura de poder político que lhe sustenta e o paradigma produtivista que lhe dá suporte ideológico.

Reconhece que uma mudança desta grandeza, em escala global, não ocorrerá por mero determinismo econômico, fruto das contradições intrínsecas do capitalismo, mas poderá ser construída pelo protagonismo político e cultural da classe trabalhadora e da cidadania global.

Identifica na realidade histórica do primeiro quarto de século XXI duas tendências avassaladoras:

a) financeirização global da economia que estabeleceu um novo patamar de exploração do trabalho, da expropriação da riqueza, e da concentração de renda e patrimônio jamais vistas na história da humanidade; e **b)** a apropriação e mercantilização dos bens comuns, dos ecossistemas naturais, em processo de degradação incompatível com sua capacidade de regeneração; e a alteração das condições ambientais em escala global, que coloca em risco a reprodução da vida no planeta.

Não obstante o crescimento exponencial da produtividade do trabalho que possibilitou a geração de bens e serviços suficientes para satisfazer as necessidades humanas básicas de toda a humanidade, apenas uma parcela da classe trabalhadora e da população mundial obteve melhorias sensíveis em suas condições de vida; enquanto a maioria da humanidade vive em condições precárias de trabalho e de sobrevivência.

Mais estarrecedor ainda é constatar que as determinações deste avanço tecnológico, desta forma de produzir e consumir, mesmo com a exclusão da maioria da humanidade do bem-estar social, conduziu a um impasse global cuja expressão mais nítida são as mudanças climáticas que ameaçam não apenas o atual modo de vida humana, mas até mesmo a capacidade de sobrevivência de todas as formas de vida do planeta. Ou seja: exclusão da maioria da humanidade dos benefícios sociais e inclusão de todos e todas nos riscos ambientais.

40. *Meio Ambiente* é um tópico de discussão das resoluções do 5º Congresso Nacional do PT. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

A classe trabalhadora como um todo, povos e nações que não fizeram a revolução industrial e não são protagonistas da atual revolução tecnológica se tornaram reféns de megacorporações financeiras que sofisticaram suas formas de apropriação do excedente criado pelo trabalho de toda a humanidade e usam do poder político e militar de potências nucleares para sustentarem essa ordem mundial.

Acabou-se a utopia do bem-estar social para todos e todas durante o capitalismo e firmou-se a ideologia justificadora da fuga para o futuro de uma minoria deixando para trás a maioria da humanidade vítima da exclusão do sistema capitalista e sua exposição aos eventos violentos das mudanças climáticas.

Enfrentar essa dupla realidade da superexploração do capital em sua fase de financeirização global e da exposição da humanidade aos riscos ambientais exige a combinação da luta pela realização futura da sociedade socialista democrática e sustentável com a luta presente contra a exclusão social e a apropriação desigual do produto do trabalho humano e a luta contra os graves danos ao meio ambiente que expõe a riscos imediatos bilhões de seres humanos e variadas espécies sobre a terra.

Para o PT, que define seu horizonte utópico como sociedade socialista, democrática e sustentável, é necessário fazer uma verdadeira revolução cultural para adequar os objetivos imediatos aos objetivos futuros, sob pena de se perder no meio do caminho, no pragmatismo, nas veleidades do jogo de poder político, nas dimensões imediatas da luta de classe, e o que é pior, na gestão descomprometida deste atual modelo de desenvolvimento desigual e insustentável.

Trata-se não apenas de adequar objetivos imediatos aos objetivos futuros, mas também de adotar meios adequados aos objetivos; de exercitar métodos que possibilitem a conscientização dos seus militantes, filiados e eleitores, e também de toda a classe trabalhadora e da população em geral, para que tenham efeitos verdadeiramente revolucionários. [...]

6º CONGRESSO NACIONAL DO PT – 2016⁴¹

RESOLUÇÃO SOBRE SITUAÇÃO INTERNACIONAL⁴²

1. A crise do capitalismo, que teve seu epicentro nos países desenvolvidos em 2008, não se encerrou. Teve consequências – de desaceleração ou de recessão econômica – sobre o conjunto dos países do mundo com importantes impactos negativos sobre o Brasil e a América Latina.

[...]

12. O mundo caminha para o aumento acelerado dos conflitos entre o imperialismo e os países dependentes, entre os super-ricos e uma crescente maioria empobrecida. Por isso mesmo, a dinâmica atual do capitalismo é cada vez mais autoritária e incorpora, de modo crescente e permanente, ameaças às liberdades democráticas. As políticas de super austeridade esvaziam os regimes de bem-estar social e impõem novas formas de exclusão social e

41. O 6º Congresso Nacional do PT ocorreu em Brasília, de 1 a 3 de junho de 2017. (N.E.).

42. *Resolução sobre a situação internacional* é um item de discussão das resoluções aprovadas no 6º Congresso Nacional do PT. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

aumento acelerado da desigualdade. Esse mundo não pode ser compreendido e nem superado, se não empreendermos a crítica radical do capitalismo e a defesa do socialismo democrático, recolocando essa perspectiva como motor de nossas ações.

[...]

Diante das considerações acima consolidadas, o 6º Congresso Nacional do PT sintetiza sua política internacional nas seguintes resoluções:

1. As principais características do atual cenário mundial são as crises, as guerras e a instabilidade generalizada. O aparecimento da xenofobia e do protecionismo comercial surge como elemento ao mesmo tempo decorrente e alimentador da crise política. A dominância da globalização neoliberal entrou em crise.

2. Nos países centrais, as políticas neoliberais não foram interrompidas com a crise de 2008. Os grandes estados capitalistas fizeram uma profunda intervenção estatal, mas seu objetivo foi salvar o grande capital, sem alterar o padrão de acumulação. Este tipo de intervenção impediu o colapso, mas à custa de uma ampliação da polarização social, assim como do aprofundamento das agressões imperialistas e do recurso crescente à manipulação do “terrorismo” e de questões étnicas ou confessionais para fins de “guerra interna”. As forças que causam a crise e que se beneficiam dela são as mesmas que dominam o poder político, econômico, militar e ideológico nos Estados Unidos e União Europeia. É por isso que as ações práticas do governo dos EUA ampliam a crise.

3. Em decorrência dessa contraofensiva capitalista, os valores humanistas e civilizatórios estão perdendo espaço para a xenofobia, o racismo e o preconceito; a intolerância e a descrença na política fazem crescer a tecnocracia. Os partidos que se reivindicam socialistas em todo o mundo precisam, lado a lado com os movimentos sociais, construir a unidade no combate e resistência ao golpismo e às políticas de ajuste fiscal e exploração que a direita implementa em todos os continentes.

RESOLUÇÃO SOBRE BALANÇO DE UMA EXPERIÊNCIA HISTÓRICA⁴³

1. O Partido dos Trabalhadores foi fundado em 1980, tendo realizado, desde então, seis congressos (contando o atual) e quinze encontros nacionais e setoriais, que aprovaram resoluções programáticas, estratégias, táticas e organizativas.

43. *Resolução sobre balanço de uma experiência histórica* é um item de discussão das resoluções aprovadas pelo 6º Congresso Nacional do PT. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

[...]

5. Nós sabemos que esta pluralidade não impediu nem impede, muito pelo contrário, que exista entre nós uma grande convergência em defesa de um conjunto de objetivos programáticos, entre os quais a luta contra todas as formas de opressão e exploração, a luta contra o capitalismo, o colonialismo e o imperialismo, a luta contra o machismo, o racismo e a homofobia, a defesa do socialismo democrático, do bem-estar social, da mais profunda democracia, da soberania nacional, do desenvolvimento sustentável, da integração regional, da paz e do desenvolvimento, assim como de uma nova ordem mundial

6. A pluralidade interna do PT tampouco impediu ou impede que consigamos construir importantes sínteses estratégicas e táticas, nas lutas sociais e na ação institucional, bem como na busca pela construção de um partido socialista, de massas e democrático.

7. Foi assim que construímos nosso Partido e desenvolvemos nossa ação, acumulando ao longo de quase quatro décadas um relevante conjunto de experiências em termos de organização popular, de luta social e de ação institucional, em todos os níveis. Experiências que a Fundação Perseu Abramo deve seguir sistematizando, debatendo e divulgando.

8. Sobre todas e cada uma destas experiências e formulações, há no interior do nosso Partido balanços muitas vezes diferenciados. Não achamos que isto seja um problema: trata-se de outra das muitas expressões de nossa pluralidade e, principalmente, de nossa democracia interna, que rejeita “vereditos oficiais” e não aceita “dar por encerrada a discussão”, especialmente sobre temas de natureza histórica, sobre os quais ainda se discutirá muito, sem que seja necessário emitir sobre eles qualquer pretensa “última palavra”.

9. Até porque nossas experiências e formulações não são propriedade privada do Partido dos Trabalhadores: elas fazem parte do patrimônio histórico do povo brasileiro. Primeiro, porque nossas experiências e formulações são inseparáveis das lutas deste povo. Segundo, porque o aprendizado acerca de nossas experiências e formulações está posto ao serviço das lutas populares. Terceiro, porque é inevitável, legítimo e necessário que haja um permanente debate entre os que militam nas diferentes organizações populares acerca das formulações e experiências protagonizadas pelo PT.

10. Aliás, nosso Partido já produziu diferentes avaliações acerca de sua própria trajetória, assim como da trajetória de outras experiências de esquerda. Não apenas porque o PT é plural, não apenas porque esta pluralidade é distinta a cada momento, mas também porque nosso ponto de vista é resultado de um acumulado histórico – no qual se incluem valores, princípios e tradições que nos marcam desde a criação do Partido -, sempre fortemente marcado pelas circunstâncias de cada época.

11. A época que vivemos, por exemplo, é caracterizada pela tentativa, patrocinada pelo grande capital e por seus instrumentos, especialmente o oligopólio da mídia, de desmoralizar e destruir o Partido dos Trabalhadores, bem como os avanços conquistados entre 1o de janeiro de 2003 e 12 de maio de 2016, período em que petistas estiveram à frente da presidência da República.

12. Por isto, ao realizar o balanço desse período, não podemos deixar de enfatizar nossos êxitos. Não porque não tenhamos cometido erros, tampouco porque tenhamos sido exitosos em tudo. Aliás, se fosse assim, o golpe não teria ocorrido e viveríamos no socialismo. Enfatizaremos nossos êxitos, em primeiro lugar, porque foi contra eles que os golpistas agiram e seguem agindo. Em segundo lugar, enfatizaremos nossos êxitos como resposta às mentiras e ao desmonte praticado pelos golpistas. E, em terceiro lugar, como um argumento adicional em defesa de nosso regresso à presidência da República.

13. Embora possa parecer óbvio, achamos necessário afirmar: se nós mesmos não defendermos o que fizemos, quem o fará? E se não temos motivos para defender o que fizemos, por que defendemos ser útil, ao povo brasileiro, o regresso do PT à presidência da República?

14. Ao destacar nossos êxitos, não deixaremos de apontar nossos erros e insuficiências. Está mais do que claro que os golpistas agiram contra nós, devido ao que fizemos de correto. Mas também está claro que tiveram sucesso no golpe devido a nossos erros e insuficiências. Evidentemente, identificar quais foram estes erros e insuficiências não alterará a história que passou, nem reduzirá o tamanho da derrota que sofremos, mas contribuirá para que consigamos dar a volta por cima e possamos voltar mais fortes e mais capazes de triunfar.

15. É importante, quando falamos de nossos êxitos, recordar que nossos governos não foram homogêneos. Os governos Lula e Dilma não foram iguais; o primeiro mandato de Lula não foi igual ao segundo, assim como o primeiro mandato de Dilma não foi igual ao interrompido segundo mandato. Mas, quando comparamos o desempenho de nossos governos com o desempenho de governos anteriores (nos referimos aqui, especificamente, aos mandatos de Sarney, Collor, Itamar e Fernando Henrique), constatamos que existe uma diferença profunda: durante nossos governos houve uma melhoria no padrão de vida da maioria da população brasileira. Aliás, podemos dizer que durante os mandatos Lula e Dilma nosso país ocupou a vanguarda mundial no combate à fome, à pobreza e à miséria: dezenas de milhões de pessoas passaram a ter direito à vida. De inspiração antineoliberal, nossos governos implementaram não apenas políticas públicas de inclusão social e transferência de renda, mas principalmente de ampliação de direitos

16. Elevar o padrão de vida da maioria da população brasileira também foi um dos êxitos de nossos governos, a razão fundamental pela qual – inde-

pendentemente dos nossos erros e insuficiências - consideramos que valeu a pena e segue valendo a pena o esforço de construir o Partido dos Trabalhadores, participar das organizações e mobilizações das classes trabalhadoras, disputar eleições e exercer mandatos, travar a luta política, ideológica e cultural contra o capitalismo e em defesa do socialismo democrático.

[...]

25. As teses debatidas no 6º Congresso não têm dúvida em apontar os limites de tudo que fizemos e o tanto que deixamos de fazer. Até porque não se conseguiria mudar, em menos de duas décadas, séculos de história. O que mais importa é que estas teses deixam claro que pretendemos voltar a governar e o faremos reafirmando que não queremos ser um país plutocrático, a serviço dos que ganham sem trabalhar, nem queremos ser um país falsamente meritocrático, que garante para alguns padrões de “classe média”, às custas de muitos que são privados do acesso ao consumo e aos direitos. Queremos ser um país onde as classes trabalhadoras tenham um alto padrão de vida, material e cultural, com base em novos paradigmas de consumo e de vida em sociedade, de relação com outros povos e com a natureza.

26. Sabemos que para atingir estes objetivos é necessário garantir fortes políticas públicas, que não apenas materializem, mas que também permitam ampliar de forma expressiva e continuada os direitos. Neste sentido, com todos os limites que possam ter tido e que efetivamente tiveram, os governos Lula e Dilma construíram experiências que contrastam com a lógica anteriormente predominante em diversas esferas do Estado: a ideia de que políticas públicas são precárias por natureza, ineficientes, quando muito tratadas como matéria prima de marketing, carentes da seriedade e da atenção que devem merecer ações cujo destinatário é o povo brasileiro.

27. Se os governos Lula e Dilma construíram e apontaram para aquele tipo de experiências, contrastantes com o que pensava e ainda pensa a classe dominante deste país, é, antes de mais nada porque, ao longo de sua história de 37 anos, o Partido dos Trabalhadores desenvolveu uma prática que apontava num sentido inovador. Fizemos isto contribuindo para a organização e participando da luta das classes trabalhadoras, de todos os setores explorados e oprimidos. Fizemos isto através da ação de governos municipais e estaduais, da luta parlamentar e de leis por nós propostas, das lutas políticas e sociais que o PT protagonizou ou integrou. Os governos Lula e Dilma são e devem ser vistos como uma parte importante desta trajetória. Não como seu ápice, nem como seu final, pois muito ainda há o que fazer e muito mais ainda conseguiremos fazer: transformações profundas e estruturais, em direção ao socialismo democrático.

RESOLUÇÃO SOBRE ESTRATÉGIA E PROGRAMA⁴⁴

1. O desenvolvimento do capitalismo brasileiro, ao longo de sua história, tem sido alavancado por superexploração do trabalho, concentração de renda e riqueza, exclusão social e subordinação aos centros imperialistas. O processo de formação das classes dominantes locais, associado à sua inserção subalterna na ordem capitalista mundial, somente ofereceu, aos trabalhadores e às demais camadas populares, a chibata do escravismo, da desigualdade, da dependência e da pobreza.

2. Esses fenômenos, longe de constituírem deformações ou enfermidades do sistema, representam sua própria lógica. Cruzam-se e sintetizam o processo permanente de barateamento da mão de obra, apropriação dos recursos estatais por grupos monopolistas, abertura indiscriminada aos fluxos internacionais de capital, desobrigação fiscal sobre o lucro capitalista e exploração predatória dos recursos naturais. São esses os caminhos pelos quais a burguesia brasileira historicamente se embrenhou para compensar fragilidades estruturais e melhorar seu lugar na acumulação planetária de capitais.

3. A reprodução da miséria e da pobreza, acompanhada por opressão de raça e gênero, sempre foi funcional para a manutenção de um gigantesco exército industrial de reserva, além de refletir a situação de abandono provocada por modelos de desenvolvimento nos quais o mercado interno se restringe às camadas médias e ricas da sociedade.

4. Ao longo dessa trajetória, ocorreram variações de duas naturezas distintas. O primeiro tipo refere-se a quando frações nacionalistas da burguesia, com forte base entre os trabalhadores, ascenderam à direção do Estado, como foram os casos do segundo governo de Getúlio Vargas e da administração de João Goulart. O segundo, durante os governos Lula e Dilma, quando um partido orgânico da classe trabalhadora alcançou o comando do poder público. Essas experiências tiveram em comum o redirecionamento do orçamento nacional para a expansão do mercado interno de massas por meio do aumento de salários e direitos, do fortalecimento do Estado como indutor e coordenador do desenvolvimento econômico e da adoção de uma política internacional efetivamente soberana. Mais cedo ou mais tarde, nesses capítulos de nossa história, os setores hegemônicos do empresariado e seus aliados externos acabariam por comandar movimentos de caráter antinacional, anti-

44. *Resolução sobre estratégia e programa* é um item de discussão das resoluções aprovadas pelo 6º Congresso Nacional do PT. Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

popular e antidemocrático, com o objetivo de trazer o capitalismo brasileiro de volta ao seu leito histórico.

5. Até o final do governo Fernando Henrique Cardoso, marcado pela financeirização global, essas características se exacerbaram: além de gerarem sofrimento e escassez de oportunidades às amplas majorias, levaram à perda de força propulsora, atolando o país em baixas taxas de crescimento e investimento, ao mesmo tempo que a rentabilidade dos ativos financeiros impulsionava os lucros monopolistas.

6. A principal consequência desse processo, no mundo do trabalho, é bastante conhecida: brutal precarização das relações laborais. O país foi empurrado à desindustrialização, à ampliação do território dedicado à agricultura de commodities e ao extrativismo mineral, à subordinação ao sistema financeiro internacional.

7. Esse cenário começou a ser alterado durante os governos liderados pelo PT, quando a elevação geral dos salários, a expansão de direitos, a recuperação do Estado e a reorientação do orçamento público impulsionaram o mercado interno, dinamizando o conjunto da economia em conjunto com a expansão do comércio mundial de commodities. A partir da crise capitalista de 2008, no entanto, paulatinamente emergiu forte reação burguesa, buscando cortar profundamente custos salariais diretos e indiretos, além de recuperar espaço nos gastos e fundos públicos, particularmente através da receita com juros e subsídios diversos. Essa contraofensiva foi relativamente contida até 2013, pelo sucesso das administrações petistas em preservar o consumo familiar, o investimento estatal e o crescimento econômico geral. Mas adquiriu agressividade quando começaram a declinar os fatores que serviam de compensação às elites frente ao aumento constante da renda do trabalho. Trata-se, enfim, da prova mais recente de incompatibilidade entre a via brasileira de desenvolvimento capitalista e os interesses nacionais populares. O golpe de Estado perpetrado em 2016 foi a expressão política dessa arremetida do grande capital.

8. O velho sistema oligárquico-burguês revela-se, portanto, incapaz de garantir desenvolvimento sustentável, justiça social, direitos civis e independência nacional. Nessas circunstâncias, criar as condições políticas, materiais e culturais para o nascimento de uma sociedade pós-capitalista, de natureza socialista e democrática, constitui a tarefa histórica fundamental que norteia o Partido dos Trabalhadores, tal como afirmam o Manifesto de Fundação e as resoluções sobre socialismo petista aprovadas no 7º Encontro Nacional (1990), no 1º Congresso (1991) e no 3º Congresso (2007).

9. A emancipação dos trabalhadores, nesse sentido, somente será possível com a superação do regime capitalista, incapaz de resolver os grandes

problemas do país. Reformas que arrefeçam sua natureza parasitária devem ser entendidas como potencialmente antagônicas às características dominantes que o regulam, colocando sob tensão a sobrevivência do próprio sistema e desmontando seus pilares de sustentação, ao mesmo tempo que favorecem a educação política e a mobilização de amplas massas.

10. O PT entende que a reconstrução do socialismo como ideal de amplos setores sociais é um dos maiores desafios de nossa época.

11. Nosso partido se constituiu realizando uma profunda crítica aos limites e às contradições da social-democracia e ao chamado socialismo real. Ao fazê-lo apontou a necessidade de superação da gênese e dinâmicas da concentração capitalista, de ruptura dos monopólios sobre a indústria, o comércio, a terra e as finanças, a necessidade de planificação democrática da economia, de fortalecimento de empreendimentos não monopolistas e da economia solidária e cooperativa, de grande desenvolvimento da ciência, da tecnologia, das artes e da cultura em geral, bem como de sua democratização, de proteção e sustentabilidade ambiental.

12. As transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, na direção da superação da dominação de seres humanos por outros seres humanos, envolverão processo continuado de lutas e conquistas, rupturas e conflitos, criação e recriação de experiências em todos os campos da vida humana. Como em outros períodos históricos as experiências de transformação nada terão de linear.

13. O Partido dos Trabalhadores buscará, com maior audácia e rigor teórico, com vigor e compromisso, intensificar o debate sobre os fundamentos de nossa concepção de socialismo democrático em diálogo com as forças populares, intelectuais, artistas, partidos de esquerda, alimentando-nos para isso também da interlocução com a esquerda em diferentes partes do mundo. Mas o fazemos a partir da luta e da experiência concreta da classe trabalhadora, cuja força e movimento alimentam a existência do PT. Temos a convicção de que a sociedade capitalista, baseada na exploração e na opressão, está longe de ser o fim da história e de que ela pode e deve ser superada, para que a humanidade alcance novos patamares de dignidade e padrões de convívio social justos e livres.

14. O socialismo pelo qual lutamos corresponde à mais profunda democratização. Isto significa democracia social; pluralidade ideológica, cultural e religiosa; igualdade de gênero, igualdade racial, liberdade de orientação sexual e identidade de gênero. A igualdade entre homens e mulheres, o fim do racismo e a mais ampla liberdade de expressão sexual serão traços distintivos e estruturantes da nova sociedade. O pluralismo e a auto-organização, mais do que permitidos, deverão ser incentivados em todos os níveis da vida

social. Devemos ampliar as liberdades democráticas duramente conquistadas pelos trabalhadores na sociedade capitalista. Liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária e a criação de novos mecanismos institucionais que combinem democracia representativa e democracia direta. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos.

15. O socialismo petista é internacionalista. Somos todos seres humanos, habitantes de um mesmo planeta, casa comum a que temos direito e de que todos nós devemos cuidar. O capitalismo é um modo de produção que atua em escala internacional e, portanto, o socialismo deve também propor alternativas mundiais de organização social. Apoiamos a autodeterminação dos povos e valorizamos a ação internacionalista no combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista é nossa inspiração permanente. Os Estados nacionais devem ter sua soberania respeitada e devem cooperar para eliminar a desigualdade econômica e social, bem como todos os motivos que levam à guerra e aos demais conflitos políticos e sociais. Os organismos multilaterais criados após a Segunda Guerra Mundial deverão ser reformados e/ou substituídos, para que sejam capazes de servir como superestrutura política de um mundo baseado na cooperação, na igualdade, no desenvolvimento e na paz.

16. A economia socialista deverá ter como centro organizador o planejamento democrático e ambientalmente orientado. Uma economia colocada a serviço, não da concentração de riquezas, mas do atendimento às necessidades presentes e futuras do conjunto da humanidade. Para tanto será necessário retirar o planejamento econômico das mãos de quem o faz hoje: da anarquia do mercado capitalista, bem como de uma minoria de tecnocratas estatais e de grandes empresários, a serviço da acumulação do capital e, por isso mesmo, dominados pelo imediatismo, pelo consumismo e pelo sacrifício de nossos recursos sociais e naturais.

17. O principal pilar desse novo modo de produção será a propriedade pública dos grandes meios de produção. As riquezas da humanidade são uma criação coletiva, histórica e social, de toda a humanidade. O socialismo que almejamos só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não deve ser confundida com propriedade estatal, e que deve assumir as formas (individual, cooperativa, estatal etc.) que a própria sociedade, democraticamente, decidir. Democracia econômica que supere tanto

a lógica do mercado capitalista, quanto o planejamento autocrático estatal vigente em muitas economias ditas socialistas. Queremos prioridades e metas produtivas que correspondam à vontade social, e não a supostos interesses estratégicos de quem comanda o Estado. Queremos conjugar o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais, com uma nova organização do trabalho, capaz de superar a alienação característica do capitalismo. Queremos uma democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva, quanto para o sistema no conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob o controle social.

18. O progresso desse novo sistema depende, em grande medida, da integração latino-americana e do fortalecimento de blocos que se contraponham ao controle dos Estados imperialistas sobre as principais entidades creditícias, comerciais, reguladoras e militares do planeta. A alternativa socialista não se circunscreve apenas às fronteiras nacionais, pois sua viabilidade está parcialmente condicionada pela capacidade de criar gigantescos ativos em infraestrutura, crédito, mercado de consumo, escala de produção, comércio exterior, tecnologia e inovação, proteção do meio ambiente e autodefesa.

19. Os ideais e valores do socialismo democrático se constituem, para nós, nos referenciais para formulação das bandeiras de luta, para resgatar o que está sendo destruído pelo governo golpista e aprofundar a construção de nosso programa alternativo para o país, que deve avançar nas reformas democrático-populares iniciadas nos governos Lula e Dilma.

20. As profundas reformas de que nosso país necessita exigem a um só tempo mobilização popular e construção social, elaboração intelectual e política. Nosso intuito é que sejam defendidas pela maioria dos trabalhadores e trabalhadoras, pela juventude, pelos intelectuais e cientistas, de todas as etnias, em todas as regiões.

21. O PT está desafiado a contribuir para a ampliação da organização e consciência crítica das classes trabalhadoras na luta contra as orientações e as medidas ultraliberais impostas por um governo sem voto e sem legitimidade.

Nesse processo o partido deve seguir atualizando seu programa em diálogo com os movimentos sociais, com as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, com todos os setores e personalidades comprometidos com a transformação da sociedade brasileira no rumo da justiça social e da verdadeira democracia.

Trata-se de combinar, cada vez mais, mobilização social e ação institucional, o que envolverá conflitos e rupturas, pois a natureza das classes dominantes brasileiras, além de colonial e racista, é profundamente antidemocrática, refletindo mentalidade política decorrente do caráter particularmente predador e excludente do capitalismo tardio. Mesmo diante de reformas que

beneficiem as classes populares sem afetar de modo estrutural os interesses das elites, o grande capital não hesita em atropelar o Estado de Direito.

22. A realização dessas tarefas históricas depende, a médio e longo prazos, da construção do poder popular, de um Estado dirigido pelas classes trabalhadoras, condição indispensável para impulsionar reformas que promovam a transformação profunda da vida nacional. Esse é o caminho que materializa o destino traçado no manifesto de fundação do PT: “conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores”.

23. A edificação do Estado popular ultrapassa a disputa pelo comando das velhas instituições oligárquicas: apenas a radicalização da democracia, no curso de uma revolução política e constituinte, poderá sedimentar o processo de mudanças que almejamos. Novas instituições e métodos, que combinem mecanismos representativos com instrumentos plebiscitários, democracia direta e poder local, são indispensáveis para as reformas estruturais e a transição ao socialismo, com a plena vigência, entre outros direitos fundamentais, do voto universal e secreto, da liberdade de imprensa e manifestação, da livre organização partidária e sindical.

[...]

40. Ao retomarmos o fio da meada da estratégia democrático-popular, estabelecida ao longo da história de nosso partido, enriquecida pelas lições do período de governo e atualizada aos novos problemas nacionais, o Partido dos Trabalhadores reafirma seu compromisso com a construção do caminho brasileiro ao socialismo e com a luta do povo brasileiro por sua plena emancipação.

RESOLUÇÃO SOBRE ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO PARTIDÁRIO⁴⁵

1. O Partido dos Trabalhadores realiza seu 6º Congresso Nacional sob o fogo cerrado da aliança golpista que destituiu a Presidenta Dilma, impôs um governo ilegítimo e impopular e um programa neoliberal derrotado nas quatro últimas eleições presidenciais. Somente pela força e pela violência institucional esse golpe se sustenta e se perpetua. No seu horizonte, a destruição do PT e da esquerda, como alternativa de poder, está posta como um dos objetivos da aliança golpista.

2. O PT resiste com o povo brasileiro ao golpe, ao governo Temer e à sua agenda de contrarreformas em curso no Congresso Nacional. O 6º Con-

45. *Resolução sobre estrutura e funcionamento partidário* é um item de discussão das resoluções aprovadas pelo 6º Encontro Nacional do PT. Fonte: Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Acervo CSBH/FPA. (N.E.)

gresso reivindica, nessa resistência, a imensa contribuição que o PT deu, dá e dará ao processo político brasileiro e à luta democrática e socialista na América Latina e no mundo. Nosso legado não será enxovalhado e nosso futuro não será destruído pelas elites brasileiras e internacionais que se colocam no campo do golpe.

JULHO Nº 51 Cr\$ 50,00

Um balanço da atuação da bancada federal do PT você encontra nas páginas 15 e 16.

PT **BOLETIM NACIONAL**

EXECUTIVA NACIONAL DO PT

Petistas ligados ao movimento rural reuniram-se em São Paulo e aprovaram um calendário de lutas para 1990. Páginas 2 e 3.

PREÇOS: AOS COBRADORES

DESTA DATA

1990

O ENCONTRO DA UNIDADE



Sessão de encerramento do 7º Encontro Nacional do PT realizada no Auditório Elis Regina, no Centro de Convenções do Anhembi, em São Paulo

O Socialismo que queremos

Mas qual sociedade, qual socialismo, qual Estado lutamos com tamanho empenho para construir? É o que procura responder o texto do documento aprovado pelo 7º Encontro sobre a questão da nossa concepção de Socialismo e sobre a crise do mundo socialista.

ISBN 978-85-5708-098-0



9 788557 080980



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores